



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA
E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS**



ANA PAULA DOS SANTOS LIMA

**PRÁTICA CIENTÍFICA NO BRASIL - COLÔNIA:
ILUSTRADO LUSO-BRASILEIRO A SERVIÇO DA NATUREZA
(1786-1808)**

Orientador: José Carlos Barreto de Santana

SALVADOR / FEIRA DE SANTANA

AGOSTO DE 2008



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA
E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS**



ANA PAULA DOS SANTOS LIMA

**PRÁTICA CIENTÍFICA NO BRASIL - COLÔNIA:
ILUSTRADO LUSO-BRASILEIRO A SERVIÇO DA NATUREZA
(1786-1808)**

Texto apresentado para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências - Universidade Federal da Bahia - Universidade Estadual de Feira de Santana.

Área de concentração: História das Ciências

Orientador: José Carlos Barreto de Santana

SALVADOR / FEIRA DE SANTANA

AGOSTO DE 2008

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

Lima, Ana Paula dos Santos

696p Prática científica no Brasil – Colônia: ilustrado luso-brasileiro a serviço da natureza (1786-1808) / Ana Paula dos Santos Lima. – Feira de Santana, 2008.

140 f. : il.

Orientador: José Carlos Barreto de Santana

Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências)– Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2008.

1. Ciência – Brasil Colônia – História. 2. Natureza – Brasil Colônia. 3. Ciência – História. I. Santana, José Carlos Barreto de. II. Universidade Federal da Bahia. III. Universidade Estadual de Feira de Santana. IV. Título.

CDU: 50(091)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA
E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS**



AUTORA: ANA PAULA DOS SANTOS LIMA

Banca Examinadora:

José Carlos Barreto de Santana (Orientador – UEFS)

André Luís Mattedi Dias (UEFS)

Maria José Rapassi (UFBA)

A M^a das Graças, José, Mara, Bento, Zezinho,
Delney, Eudes e Flora.

Dedico

AGRADECIMENTOS

“Alguns confiam em carros, outros em si mesmo, mas, eu ainda prefiro confiar em Deus”, opto por reafirmar um Cristo para não proliferar a desigualdade, nem sermos “amantes de nós mesmos”. E, por tanto pensar e nada ser, dou sempre graças ao acaso do universo.

Maria (mainha), José (painho), meus irmãos, Mara, Bento, José Filho e Delney são meu significado e existência.

José Carlos Barreto de Santana, meu Orientador, desde o nosso engraçado primeiro encontro foi afeição e interação inquestionáveis. Escolhi sua orientação considerando seu lugar teórico, porém, além de ter encontrado o ambiente historiográfico pertinente ao meu objeto de pesquisa, achei também um admirável intelectual e amigo. Serei sempre sua aprendiz.

André Luís Mattedi, esplêndido historiador, sua presença neste trabalho foi essencial. O tamanho de sua compreensão e amabilidade é o mesmo em exigência e honestidade. Para mim é sempre uma grande honra receber suas contribuições.

Mestres e amigos Luiz Blume e Ivoneide Almeida cúmplices de sonhos, projetos e inquietações historiográficas, além de fervorosos leitores dos meus rascunhos que se tornaram o projeto desta dissertação. Saudações Históricas!

Maria Amélia Dantes, Genildo Silva, José Crisóstomo e Marcelo Henrique agradeço pelos questionamentos, debates e apoio.

Um agradecimento especial a Lorelai Kury sua ajuda e disponibilidade foram de suma importância.

Henrique Lyra, grande mestre! Saulo Carneiro, Elvis Barbosa, Vanderlei Dias, amizades que se tornaram álibis nos dias longos e difíceis, sempre haverá lugar de honra em meu coração para vocês.

Fabiana Andrade companheira de estudos históricos desde a graduação: “tudo que se vê não é igual ao que a gente viu há um segundo (...) tudo muda o tempo todo no mundo”.

Aos professores Charbel El-Niño, Olival Freire, Waldomiro Silva e José Luís pela competência e responsabilidade.

A Elizete Silva pelas contribuições a partir da leitura da primeira versão deste trabalho

Ao Sr. Orlando, secretário do Programa, pela atenção, disponibilidade e carinho

Aos colegas do Programa de pós-graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, em especial, Ana Cláudia e Sonilha companheiras de estudos. Fábio, Clemente e Fred que me trataram cuidadosamente como caloura e estiveram presente nos ritos de passagem.

Aos professores da área de geociências da UEFS pela atenção e cuidado, bem como, aos companheiros deste espaço Agda, Cristiano Uzêda, Beto, Ângelo, Carol, Camila, Taty, Davi, Felipe, Danúsia, Victor e Juliana pelos divertidos e proveitosos momentos.

Aos amáveis irmãos de orientação Ana Clara, Ivoneide, Fátima, Rodrigo e Nilton.

Aos familiares e amigos que coloriram meu cotidiano: Eudes, Flora, Flávio, Viviane, Dudu, Fábio, Cida, Guiga, Fabíola, Fred, Nivalda, Ane, tia Raimunda, Vó Madá, Carlos, tia Gildete, Émilie, Cristina, Vitor, Mateus, Luciana, Rísia, Nêssa, Tiane, Naiara, Alexandre, Welington, Pr. Roosevelt, Eleni, Pr. Delfino, Delfino Filho, Keila, Deyse, Eliene.

A Urano, Cândido e Rosara pela companhia no Arquivo Público da Bahia e dedicação na correção de minhas transcrições.

Aos funcionários da Universidade Estadual de Feira de Santana e Universidade Federal da Bahia (UFBA)

À Academia Real das Ciências de Lisboa, particularmente a Maria Leonor e José Lisboa.

Ao Arquivo Público da Bahia em especial as *meninas* da microfilmagem: Jacira, Marlene e Valda.

Ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, principalmente Lidjane, Sr. Fernando, D. Augusta e D. Zita

Ao Gabinete Português de Leitura (SSA), sobretudo, a Agnúbia.

A Capes que possibilitou essa pesquisa através do programa de concessão de bolsas

Muito Obrigada!!! Com vocês divido apenas os méritos.

RESUMO

Esta argumentação trata da prática científica de Baltasar da Silva Lisboa considerando sua formação ilustrada valorizando a perspectiva historiográfica das ciências naturais representada, principalmente, por uma corrente de historiadores ligados aos estudos empreendidos por Maria Amélia Dantes nos idos de 1980 sobre ciência no território brasileiro. Os resultados desses trabalhos mostraram a existência de atividade científica no Brasil no século XIX, no âmbito das ciências naturais e pesquisas recentes têm historicizado práticas científicas referentes ao século XVIII (Santana, 2001:26). Apresentamos a prática científica de Baltasar da Silva Lisboa concordando que seu fazer científico voltou-se para a realidade do Brasil colônia, pressuposto de Maria Odila (1968), bem como anuímos com Lorelai Kury (2004) no que diz respeito a uma especificidade do Iluminismo brasileiro e ainda, nos juntamos a Dantes (1988) afirmando uma dinâmica científica no Brasil antes da instituição das primeiras universidades nos idos de 1930. Baltasar da Silva Lisboa fez parte da geração de estudantes da Universidade de Coimbra que afincados na perspectiva naturalista ensinada por Domingos Vandelli elaboraram relatórios acerca da utilização dos recursos naturais no território brasileiro e desenvolveram estudos científicos ocupando-se com os problemas referentes à realidade do Brasil. Trabalhamos com uma considerável quantidade de documentos primários, os quais são provenientes de órgãos oficiais, especificamente Conselho Ultramarino Português e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Trata-se de correspondências, relatórios, biografias e memórias. O cruzamento dessa documentação entre si, bem como, com textos secundários, consiste na metodologia aplicada nesta pesquisa. Para Silva Lisboa, o conhecimento das ciências naturais era uma perspectiva de explicação do mundo, considerava a Mata Atlântica um “sublime celeiro da natureza”, a localização de Ilhéus como uma “alegre vargem, embelezada por coqueirais”, o Brasil um “um novo império” que em detrimento das “violentas agitações da prostrada Europa”, teria a exuberância natural, e ainda entendia que o corte indiscriminado de árvores era uma “ameaça aos dons da natureza”.

Palavras - chave: Ciência – Natureza – Brasil colonial

ABSTRACT

This work aims to study the scientific practice of Baltasar da Silva Lisboa considering his career valuing the historiographic perspective of the natural sciences represented, mainly, by researches undertaken by Maria Amelia (1980) about science in the Brazilian territory. The results of these works had shown the existence of scientific activity in Brazil in XIX century, recent researches have pointed out scientific practices in the XVIII century (Santana, 2001:26). We presented here the scientific practice of Baltasar da Silva Lisboa agreeing that his scientific taught focused on the reality of Brazil colony and we have the same understanding of Lorelai Kury (2004), furthermore we agree with Dantes (1988) in relation to the assumption that there was a scientific dynamics in Brazil before the institution of the first universities (1930). Baltasar da Silva Lisbon took part of the generation of students of the University of Coimbra that believes in the naturalist perspective according to Domingos Vandelli and produced reports about the use of natural resources in Brazilian territory and developed scientific studies occupying themselves with the problems concerning the reality of Brazil. We worked based on considerable amount of primary documents, which came from official agencies, more, specifically Portuguese Council Overseas and Brazilian Geographic and Historic Institute. The applied methodology in this research was cross-tabulation in which the documentation was compared with reports, biographies and memoirs. According to Baltasar da Silva Lisboa, the knowledge of natural sciences was a perspective of explanation of the world, and he considered that the knowledge of the natural sciences was a perspective of explaining the world, and the Mata Atlantica biosphere reserve a "barn of the sublime nature", the location of Ilhéus as a "joyful vargem land, beautified by coconut trees", the Brazil a "a new empire", and would have the natural exuberance, and still believed that the indiscriminate cutting of trees was a "threat to the gifts of nature."

Keywords: Science -Nature – Brazil colony

INDÍCE

ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	
Referencial Historiográfico	12
Fontes e Método	16
Visita à Historiografia	
Ilustração Portuguesa.....	17
Ilustração Brasileira.....	19
Debate sobre a Natureza.....	23
1. CIENTISTA BRASILEIRO SETECENTISTA	
1.1. Sobrenome: Da Silva Lisboa	27
1.2. “Superfície social” de Baltasar da Silva Lisboa	35
1.3. Espelho de uma geração	44
1.4. Espaços privilegiados de saber	54
2. PRÁTICA CIENTÍFICA NO BRASIL COLÔNIA	
2.1. Relatório sobre a abertura de uma estrada.....	60
2.2. Os relatórios de Baltasar Lisboa & o discurso sobre a desigualdade de J.Jacques Rousseau: uma aproximação	72
2.2. Crítica sobre os cortes de madeiras e a conservação da Mata Atlântica	79
PARA NÃO CONCLUIR.....	89
FONTES:.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
ANEXOS	98

ABREVIATURAS

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

ACL - Academia de Ciências de Lisboa

AHMB - Arquivo Histórico do Museu Bocage

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

ANRJ - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

BNL - Biblioteca Nacional de Lisboa

BNRJ - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BUC – Biblioteca da Universidade de Coimbra

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

RIGHB – Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

INTRODUÇÃO

Referencial Historiográfico

Maria Amélia Dantes (1988) considerou três momentos como determinantes na implantação das ciências no Brasil: o Iluminismo e a tradição naturalista, a ciência experimental associada ao positivismo e a criação das primeiras universidades no período de “intensa conturbação social e constantes levantes militares” nos idos de 1930. Para essa autora, o desenvolvimento científico pressupõe sempre questões sociais. Ao tratar sobre a primeira fase expressou que “este voltar-se para a realidade nacional, foi a grande contribuição do movimento iluminista no Brasil” (Dantes, 1988: 268).

A perspectiva historiográfica das ciências naturais representada, principalmente, por uma corrente de historiadores ligados aos estudos empreendidos por Maria Amélia Dantes nos idos de 1980 sobre ciência no território brasileiro mostrou a existência de atividade científica no Brasil no século XIX (LOPES, 1997: 323), pesquisas recentes têm historicizado práticas científicas referentes ao século XVIII (PATACA, 2006: 06)¹. Esses estudos vêm sendo desenvolvidos no Departamento de História da Universidade de São Paulo, na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast) e no Departamento de Educação Aplicada às Geociências do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (Santana, 2001:26). Valendo ressaltar nomes como: Ermelinda Pataca (2006), Clarete Paranhos (2002), Ana Lúcia da Cruz (2004), Alex Varela (2001), dentre outros.

Maria Odila Dias (1968) classificou as pesquisas voltadas para a realidade brasileira desenvolvidas por intelectuais luso-brasileiros como *Aspectos da Ilustração no Brasil*. Nesse clássico trabalho, norte teórico das pesquisas sobre ciência no século XVIII, explicita que formados nas principais universidades européias, estudantes brasileiros “procuraram ocupar-se dos problemas de sua terra e nela introduzir reformas” (Dias, 1968: 105), a divulgação dessas pesquisas se deu principalmente através de *Memórias* enviadas a Academia Real das Ciências de Lisboa, instituição que representava juntamente com a Universidade de Coimbra as aspirações científicas de Portugal.

¹ Ver a discussão historiográfica feita por José Carlos Barreto de Santana no livro *Euclides da Cunha e as ciências naturais*, p. 26.

“Persistiria na mentalidade dos que ensaiaram a modernização do Brasil, (...) muitas das peculiaridades de pensamento dos ilustrados com os quais nos ocupamos” (Dias, 1968: 169).

Lorelai Kury (2004) propõe observarmos nos discursos desses ilustrados especificidades do Iluminismo no Brasil, pois, “do ponto de vista de idéias e conceitos manipulados pela elite ilustrada luso-brasileira, não havia descompassos qualitativos em relação aos congêneres europeus” (Kury, 2004: 113), sendo possível integrar os estudos desses brasileiros ilustrados no rico leque de legados do Iluminismo.

Apresentamos a prática científica de Baltasar da Silva Lisboa concordando que seu fazer científico voltou-se para a realidade do Brasil colônia, pressuposto de Maria Odila (1968), bem como anuímos com Lorelai Kury (2004) no que diz respeito a uma especificidade do Iluminismo brasileiro e ainda, nos juntamos a Dantes (1988) afirmando uma dinâmica científica no Brasil antes da instituição das primeiras universidades nos idos de 1930.

A prática científica de Baltasar Lisboa possui como modelo a linguagem naturalista, descritiva, minuciosa, informativa, mas é ao mesmo tempo interpelativa, pois escreveu considerando o seu cargo público de Juiz. O contexto em que ele se tornou Juiz e Naturalista foi permeado pelo esforço de Portugal de se aproximar dos debates sobre economia da Natureza e filosofia natural, pressupostos fisiocráticos disseminados notoriamente na França. Nesse sentido, D. José I, através de seu ministro, o Marquês de Pombal, empreendeu substanciais reformas no currículo da Universidade de Coimbra. Domingos Vandelli, intelectual ilustrado italiano, foi convidado para colocar em prática esses objetivos reformadores. Alunos brasileiros ligados a Vandelli formularam críticas sobre a utilização dos recursos naturais na colônia – Brasil. Esse tema se tornou motivo de freqüentes debates na Universidade de Coimbra e na Academia Real das Ciências de Lisboa, criada em 1799.

Baltasar da Silva Lisboa fez parte da geração de estudantes da Universidade de Coimbra que afincados na perspectiva naturalista ensinada por Domingos Vandelli elaboraram relatórios acerca da utilização dos recursos naturais no território brasileiro. Ele estudou em paralelo ao curso jurídico: Química, Física Experimental, Geometria e História Natural (Lisboa, 1840: 396). Os relatórios feitos por ele, referentes aos estudos naturais, têm sido uma espécie de bússola para os pesquisadores centrados na produção científica dos ilustrados brasileiros da geração de 1790². Ermelinda Pataca (2006), por

² “Geração de 1790”, denominação dada por Kenneth Maxwell aos ilustrados luso-brasileiros que se formaram na Universidade de Coimbra depois da reforma pombalina, foram alunos de Domenico

exemplo, analisando as viagens filosóficas orientadas por Domingos Vandelli refere-se muitas vezes ao *Discurso Histórico* como manifestação do norte teórico desses ilustrados (Pataca, 2006: 40/71). Da Cruz (2004), por sua vez, tendo como centro esse mesmo documento reconstrói a estrutura educacional que formou esses intelectuais (Da Cruz, 2004: 37).

J. A. Pádua considera esse documento um marco de suma importância nos estudos acerca dos delineamentos da crítica ambiental brasileira. Ele considera que Silva Lisboa “combinava uma sólida formação jurista com bons conhecimentos de filosofia natural” (Pádua, 2001: 101). Warren Dean (1996) qualificou Baltasar da Silva Lisboa como importante aplicador das políticas de Souza Coutinho. Maria Odila Dias entende que esse *Discurso* de Silva Lisboa “é uma sugestiva orientação prática” dos estudos empreendidos na Universidade de Coimbra, pois demonstra a finalidade de desenvolvimento e de progresso técnico a que se destinaram os estudos dessa instituição (Dias, 1968: 116).

Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, (ministro da marinha e ultramar de Portugal entre 1796 e 1801), é um importante nome a ser destacado nesse contexto, representante do Iluminismo português, exerceu influência nos estudos científicos empreendidos pelos brasileiros. Estabelecia uma relação significativa com os ilustrados brasileiros, dando-lhes instruções e deles recebendo relatórios (Dias, 1968: 117-18). Numa carta escrita a Manuel Ferreira da Câmara³, recomendou que as minas e bosques no Brasil fossem gerenciados através de “princípios científicos” considerando a pública utilidade dos recursos naturais⁴. Durante esta pesquisa foram identificadas mais de dez correspondências entre Baltasar Lisboa e D. Rodrigo de Sousa Coutinho as quais tratam, sobretudo da experimentação de plantas na comarca de Ilhéus⁵, bem como, do controle dos cortes de madeiras. Através da documentação é perceptível a efetiva comunicação

Vandelli e elaboraram relatórios sobre, dentre outros assuntos, a realidade econômica e natural do Brasil no final do século XVIII e início do XIX. Ver: MAXWELL. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros*. RJ: Paz e Terra, 1999.

³ “(...) Ele (Manuel Ferreira da Câmara) teve uma participação ativa no programa reformista político-científico do Ministro da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao assumir o cargo de consultor do governo para os assuntos de minas e metalurgia”. Varela, Alex. *A atuação do naturalista Manuel Ferreira da Câmara na ilustração portuguesa: o cargo de consultor do governo português para os assuntos de minas e metalurgia*. Disponível em: www.ige.unicamp.br/simposioensino/artigos/001.pdf. Consultado em 15/05/2008, p.301.

⁴ MENDONÇA, Marcos. O Intendente Câmara, p. 88. *Apud*: DIAS, Maria Odila. *Aspectos da Ilustração no Brasil*. Revista do IHGB, 1968, p. 121.

⁵ A Comarca de Ilhéus hoje representa a região Sul da Bahia

entre Baltasar Lisboa e esse ministro equivalendo ainda notificar que as críticas e solicitações feitas por Baltasar Lisboa foram a sua maioria notada e considerada.

Apesar da prática desses ilustrados se pautarem na utilidade dos recursos naturais para o desenvolvimento do Estado português, como bem salientou Sousa Coutinho e Manuel Ferreira da Câmara, os relatórios elaborados pelos intelectuais luso-brasileiros possuíam certa visão romântica⁶, abstrata da Natureza, cuja percepção é possível, por exemplo, no prefácio de Frei Veloso, no qual o autor faz uma poética afirmação sobre a utilidade da Natureza: “Quem poderá calcular e expor os proveitos e ornamentos que resultam as aves? Elas despertam e movem os nossos sentidos, enfeitam e aformoseiam o mundo e o fazem agradável (...) belas e suaves cantoras da natureza, transportadas da maior alegria”⁷.

A fim de compreendermos a linguagem aplicada nas classificações, inventários feitos da Natureza no século XVIII focamos a obra *As palavras e as coisas* de Michel Foucault, pois, numa saga em busca de uma arqueologia do saber, esse filósofo estudou a mentalidade científica do século XVIII. Segundo ele, a História Natural consiste numa linguagem cujo desdobramento proporcional é, de pleno direito, uma articulação que resulta na colocação em série linear de elementos numa forma de representação segundo um modo que supostamente seria evidente e universal. Para ele, a linguagem naturalista é uma observação que se antecipa à possibilidade de nomear as coisas, “é a possibilidade de ver o que se poderá dizer” a partir da representação dos elementos que poderão ser nomeados (Foucault, 1999: 187/178).

No intuito de perceber a aplicação dos pressupostos naturalistas, o movimento curricular, produtivo e ideológico dos estudantes da Universidade de Coimbra, nos debruçamos na análise feita por Ana Lúcia da Cruz (2004), na qual a autora informa acerca das discussões sobre os métodos classificatórios de Lineu e Buffon, como também relata os motivos do fascínio pelas ciências naturais na reformada Universidade de Coimbra. A freqüente matrícula de estudantes das Humanas ou Humanidades nas disciplinas relacionadas ao estudo da Natureza, segundo a autora, foi conseqüência

⁶ Referência à escola literária brasileira, romantismo, sobretudo, à primeira geração que possuía como uma de suas características a valorização da natureza “que se torna mais viva e concreta” (Dias, 1968: 161). Maria Odila Dias sugere que existem muitas evidências de continuidade ideológica entre os ilustrados de 1790 e a geração romântica de após a independência. Encontramos algumas passagens nos escritos de Baltasar Lisboa que podem ser caracterizadas como românticas as quais serão apresentadas no decorrer desse texto.

⁷ VELLOSO, Frei José Marianno da Conceição. *Aviário Brasílico ou Galeria Ornithológica sobre as coisas Rústicas do Brasil*, disposto e descripto segundo sistema de Carlos Linneu, copiado do natural e dos melhores autores(...). Lisboa, na of. Da Casa Litterária do Arco do Cego, ano MDCCC (1800). *Apud*: DIAS, Maria Odila. *Aspectos da Ilustração no Brasil*. Revista do IHGB, 1968, p. 161.

direta da reforma curricular, pois, as disciplinas de Filosofia e História Natural tornaram-se requisitos básicos para o ingresso nos cursos oferecidos por essa universidade.

Em seus relatórios Baltasar Lisboa seguiu um modelo de classificação naturalista, minucioso em suas observações, descritivo. Valorizou a paisagem natural de Ilhéus remetendo-nos a uma visualização imagética da região Sul da Bahia no início do século XIX. De dois capítulos se constitui nossa argumentação, o primeiro consiste num ensaio biográfico desse *Cientista Brasileiro Setecentista* e no segundo mostramos a forma de escrever de Baltasar Lisboa, suas críticas e sugestões para o desenvolvimento econômico da região Sul da Bahia, estabelecemos um estudo comparativo entre a mentalidade iluminista de Baltasar Lisboa perceptível nos manuscritos escolhidos para esta pesquisa e o *discurso sobre a desigualdade* de Jean Jacques Rousseau, pois, constatamos que este filósofo fez parte das leituras de Baltasar Lisboa, além de aproximarmos as considerações de Baltasar Lisboa sobre a conservação das matas da Comarca de Ilhéus às observações ambientais atuais. Sua *Prática Científica no Brasil colônia* refere-se, sobretudo a Comarca de Ilhéus e possuía como norte ideológico a felicidade dos povos através da civilização.

Fontes e Método

Além de principais fontes, os documentos: *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural, acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil* (1786) e *Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a villa de Valença até o Rio Doce apresentada ao Príncipe Regente* (1808) foram utilizados para estabelecer o marco cronológico desta pesquisa.

Texto considerado por Ermelinda Pataca (2006), Maria Odila Dias (1968) e Ana Lúcia da Cruz (2002) como mostra da mentalidade ilustrada luso-brasileira, o *Discurso Histórico* traça a história da Academia Real das Ciências de Lisboa e informa sobre a aplicação das ciências naturais em Portugal e no Brasil. A *Memória acerca da abertura de uma estrada*, por sua vez, é um documento no qual o autor faz descrições, sugestões econômicas e críticas sobre o extrativismo de madeiras em Ilhéus. O espaço cronológico entre 1786 – 1808 é permeado de correspondências oficiais ativas e passivas.

Trabalhamos com uma considerável quantidade de documentos primários, os quais são provenientes de órgãos oficiais, especificamente, Conselho Ultramarino Português e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Podem ser encontradas cópias destes documentos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Arquivo Público da Bahia. Trata-se de correspondências, memórias e biografias que estão listados no final do texto. O cruzamento dessa documentação entre si, bem como, com textos secundários, consiste em nossa metodologia.

Visita à Historiografia

Ilustração Portuguesa

Existe uma tradição historiográfica que reflete sobre o Iluminismo a partir do estudo do pensamento de intelectuais europeus e ações reformadoras referentes principalmente à França e Inglaterra. Essa reflexão vem sendo enriquecida por uma historiografia mais recente que analisa a prática científica luso-brasileira, mostrando vários intelectuais brasileiros que cruzaram o Atlântico e se inseriram no processo de ilustração portuguesa, produzindo conhecimento, elaborando discursos que nos permitem refletir sobre a especificidade do pensamento iluminista brasileiro.

O livro *A Época Pombalina* escrito por Francisco José Calazans é rico em informações e reflexões sobre esse período denominado Iluminismo, sendo ainda hoje, uma leitura bastante recomendada e de reconhecida contribuição para a historiografia. Esse autor afirma que a ideologia das luzes se propagou por toda a Europa e os centros de irradiação do pensamento e prática ilustrada - França, Inglaterra, Itália, Alemanha - foram paradigmas seguidos por sociedades defasadas, que buscavam no movimento ilustrado uma ideologia de progresso, civilização e “modernização”, fazendo parte dessa categoria a Espanha, Portugal, Suécia, Rússia, Polônia, parte do Império Otomano, os Países Baixos e Suíça (Calazans, 1993: 104). Esta afirmação ofereceu uma notável contribuição à historiografia por mostrar que a “Europa das Luzes” era bastante heterogênea, mas, ele reafirma o centro como Inglaterra e França, elucidando os outros lugares como periferias (Calazans, 1993: 93).

Essa consonância geralmente é apresentada como um ponto limite, onde se estabelece o atraso de Portugal em relação às idéias iluministas tornando-o discursivamente uma periferia em relação às luzes européias do XVIII. No entanto,

poderia ser um ponto continuativo considerando-se a seguinte hipótese: Portugal não constituiu um modelo de “luzes” embasado num movimento laico como a França e a Inglaterra (Schwarcz, 2002: 86), porém, essa peculiaridade não o torna necessariamente uma periferia em relação à França e Inglaterra no que tange aos conhecimentos iluministas. Condições e relações materiais diversas levaram os indivíduos portugueses a construir novos direcionamentos no saber das luzes, salientando-se que “o conhecimento é relativo às transformações contínuas da realidade, o enfoque dos processos de gênese, estruturação e desenvolvimento da atividade científica devem sempre ser referenciados nas relações históricas-sociais que lhes dão significado” (Dias, 1994: 31). Seguindo os passos de Marc Bloch, Lilia Schwarcz salientou: “nenhum objeto tem movimento na sociedade humana exceto pela significação que os homens lhe atribuem, e são as questões que condicionam os objetos e não o oposto” (Schwarcz, 2002: 09). Considerando, enfim, que os homens apresentam inquietações relativas a seu lugar histórico, poderíamos entender que o modelo de ilustração português atendeu às necessidades e interesses daquele país numa determinada época.

A intenção dessa proposta é sugerir um limite historiográfico a ser superado, as afirmações estanques sobre a religiosidade de Portugal em detrimento da prática científica impossibilitam o encontro de novas formas de saber “das luzes” no âmbito das reformas ilustradas portuguesas. Desta forma, concordamos com a afirmativa sobre a diversidade do Iluminismo europeu, e sugerimos que se duvide acerca da categorização de centros e periferias no Iluminismo, considerando a premissa de Michel de Certeau de se apreciar o lugar social, histórico dos indivíduos, tornando-os assim específicos e não simplesmente melhores ou piores (Certeau, 1982: 04).

Vale ressaltar que Jean Jacques Rousseau, intelectual iluminista e leitor crítico das premissas “iluminadas” considerava que o grande defeito dos europeus era filosofar sobre o que se passava a sua volta quando na verdade para se estabelecer afirmativas sobre o homem necessário se fazia “observar as diferenças”, para só então, “se descobrir as propriedades” (Rousseau, 1991: 174).

Faz-se mister enfatizar que nossas considerações dizem respeito ao desenvolvimento e dinâmica intelectual, e não necessariamente ao progresso econômico, que, aliás, podemos considerar como a principal causa da hegemonia intelectual europeia nos estudos sobre o pensamento iluminista.

Ilustração Brasileira

O Iluminismo no Brasil é uma réplica da ilustração portuguesa? Uma resposta afirmativa a esta pergunta tem sido baseada na metáfora do centro e da periferia para explicar não apenas as relações políticas e militares, como também a circulação do conhecimento científico entre as metrópoles e suas colônias.

Xavier Polanco afirma que cada ciência mundial diz respeito a um fragmento do mundo, ciência conhecida mundialmente não quer dizer uma ciência universal. A idéia de universalidade da ciência e a Europa sendo a gênese desta ciência é uma construção que atendeu ao interesse de hegemonia européia. Esse autor propõe que se questione a centralização da ciência nas metrópoles, pois entende que o mundo da ciência é muito estratificado (Polanco, 1992: 225/242).

Desta forma, a categorização de centros e periferias subestima a capacidade criadora e criativa dos homens. Há uma tradição historiográfica que estabelece uma linha de continuidade no discurso histórico sobre o Iluminismo, que parte da Europa central para chegar depois aos supostos imitadores periféricos. Polanco alerta:

A hipótese de uma ciência universal, no sentido de uma ciência sem contexto e como que flutuando no éter das idéias é uma ficção. (...) Em consequência, proponho como alternativa a hipótese de uma “ecologia da ciência”, ou seja, estudar e conceber a ciência em suas relações com o meio ambiente cultural, social e econômico no qual nascem, se desenvolvem e morrem; de estudar as relações entre suas propriedades e as do meio ⁸.

O caminho historiográfico sobre o Iluminismo no Brasil pode ser muito promissor se começarmos a valorizar as singularidades do pensamento de ilustrados brasileiros. Lorelai Kury, por exemplo, se refere as especificidades do Iluminismo no Brasil ao tratar sobre homens de ciência brasileiros. Tendo como superfície o Iluminismo europeu, a autora mostra que não devemos considerar esse movimento no Brasil como uma réplica da Europa (Kury, 2004: 124). Seu argumento chave, *especificidade*, nos leva a questionar designações estanques sobre centros e periferias ou sociedades emanadoras e receptoras das “luzes”.

⁸ POLANCO, Xavier. La ciência como ficcion: historia y contexto. In: J.J. Saldana (ed). El perfil de la ciencia em la América. México: Sociedade Latino Americana de historia de lãs ciências e de la tecnologia. Cuadernos Quipu, 1986, p. 41-46, p.41. Apud: DA SILVA, Clarete. *O desvendar do grande livro da natureza*. São Paulo: Annablume, 2002, p.28

Os cientistas iluministas brasileiros conheceram “luzes européias” e aplicaram-nas a realidade do Brasil desenvolvendo “luzes brasileiras”. Lorelai Kury (2004) percebe que não havia descompassos qualitativos da elite ilustrada luso-brasileira em relação aos congêneres europeus. Muitos dos homens de ciência estavam a par das mais modernas teorias filosóficas e científicas do Iluminismo (Kury, 2004: 113). E acrescenta:

A tentativa de constituição de uma massa sólida de conhecimentos sobre a natureza, aliada a uma utilização sistemática de bibliografia internacional, fez parte das ambições dessa geração de homens de ciência e foi acompanhada por mais de três características relevantes: a crítica do modelo português, a exaltação de outros sistemas de colonização e a valorização da experiência brasileira e tropical. (Kury, 2004: 122)

Não obstante, a produção científica dos ilustrados brasileiros possuía especificidades, pois eles tratavam de questões oriundas da realidade brasileira referentes à exploração dos recursos naturais e minerais, à educação e tratamento dado aos negros e indígenas, e à própria relação da colônia brasileira com a civilização européia.

É importante referendar uma crucial interrogação bem estruturada pelo historiador Magnus Pereira, “difícil, porém é precisar o que vem a ser um brasileiro no século XVIII”⁹. Tal indagação notoriamente resolvida por Ana Lúcia da Cruz, a qual assumimos como nossa explicação: “Optou-se por utilizar o termo ‘brasileiro’, mas, é preciso deixar claro que o designativo brasileiro refere-se a uma naturalidade, nascido no Brasil, e não a uma nacionalidade, evidente anacronismo”¹⁰. Quando mencionamos ciência brasileira praticada por brasileiros nos referimos a pertencimento, ideologia e não a nacionalidade. Oferecemos também as considerações dessa mesma autora sobre o termo cientista:

No século XVIII, o termo cientista não era usado para designar os homens dedicados à produção de conhecimento. À época, estes recebiam a designação genérica de ilustrados, sábios, estudiosos, eruditos ou eram identificados por sua formação profissional: médicos, bacharéis, filósofos, naturalistas ou matemáticos. Entretanto, considerando a formação acadêmica e a atividade do grupo do qual nos ocupamos, bem como o caráter do seu trabalho intelectual e as características dos textos por eles produzidos, optamos por designá-los como cientistas (Da Cruz, 2004: 191).

⁹ PEREIRA, Magnus R. M. Brasileiros a serviço do Império; a África vista por naturais do Brasil, no século XVIII. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, v.33, 1999, p.158. *Apud*: DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas*. UFP – Curitiba, 2004, p. 2.

¹⁰ Ana Lúcia Barbalho faz esse comentário em nota na página 2 de sua tese de doutorado, *Op. Cit.*

Vecenzo Ferrone (1997) ao analisar a categoria homens de ciência na sociedade iluminista francesa explica que no século XVIII ser cientista não designava uma classe profissional (Ferrone, 1997: 174). Os homens de ciência eram geralmente reconhecidos profissionalmente como funcionários do Estado, já que a essa época as Academias funcionavam como uma instituição estatal (Idem: 161), cientista do século XVIII era “um intelectual que, organicamente inserido no aparelho do Estado, aceitava inteiramente a lógica e os valores de uma sociedade hierarquizada, estabelecida, organizada por privilégio e categorias” (Idem: 159).

Uma vez esclarecido esses conceitos que frequentemente serão utilizados no texto, voltamos às considerações sobre Iluminismo no Brasil. Entendemos que as manifestações ilustradas dos intelectuais brasileiros formados em Coimbra, consistem numa prática específica ao território Brasil, desta forma o Iluminismo no Brasil não foi simplesmente uma cópia da Europa ou de Portugal. Cabendo referendar que partindo de suas necessidades, vontades, valores e inquietações, os homens em sociedade desenvolvem suas sínteses intelectuais e políticas. As semelhanças de direcionamento teórico, ideológico são perceptíveis porque os homens se relacionam; o fundamento primeiro da sociedade, conforme Jean Jacques Rousseau¹¹ e posteriormente Karl Marx¹² são as relações.

Equivalendo notificar a observação feita por Vicenzo Ferrone:

Da Rússia ao Brasil, da Irlanda à Suíça, do Tâmbisa às margens do Mediterrâneo, o desenvolvimento rápido do circuito acadêmico no decurso do século XVIII prefigurava nitidamente aquilo a que chamamos hoje uma moderna comunidade científica internacional. Surgia como um mundo isolado que se fora formando a pouco e pouco e de modo diverso, segundo determinados mitos e valores cosmopolitas e universais da propaganda do movimento científico desde o século XVII, mas desenvolvendo-se também através de funções, tarefas e características específicas impostas pelos diversos contextos históricos que não devem ser subvalorizados (Ferrone, 1997: 165).

¹¹ “A reflexão nasce das idéias comparadas; a pluralidade dessas idéias é que leva à comparação. Quem vê um único objeto não pode fazer comparações” ROUSSEAU, Jean Jacques. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Tradução de Lourdes Machado. 4ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p.175.

¹² “No próprio momento em que a civilização começa, começa a produção a basear-se no antagonismo das ordens, dos estados, das classes, enfim, no antagonismo do trabalho acumulado e do trabalho imediato. Sem antagonismo não há progresso” MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. Tradução Paulo Roberto Banhara. São Paulo: Escala – Coleção grandes obras do pensamento universal – 77, p. 58.

O modelo historiográfico que vê a história das ciências no Brasil como apêndice da história das ciências européias e que difunde a idéia de atraso científico tem sido questionado nos últimos anos por um grupo de pesquisadores que têm mostrado a existência de atividade científica no Brasil antes do marco outrora estabelecido (Santana, 2001: 26):

(...) Linha de investigação relativamente recente tem dado importantes contribuições para o conhecimento do conjunto da produção dos cientistas brasileiros do setecentos. Trata-se dos trabalhos realizados pelos estudiosos da história das ciências. Este ramo da historiografia, até há pouco tempo incipiente entre nós, tem dado um contributo importante para a compreensão das origens das investigações científicas do período colonial no Brasil e sua vinculação com o iluminismo português. Destacam-se, nesta área, os trabalhos sobre a história da Química e das Ciências Naturais (Da Cruz, 2004: 15).

Existem muitos manuscritos de ilustrados brasileiros referentes ao final do século XVIII a serem explorados em pesquisas acadêmicas enfocando a história das idéias, história das Ciências, história ambiental ou outros domínios de análise historiográfica. Vale ressaltar que o estudo particularizado destes intelectuais, como fez Alex Varela (2001) e Da Silva (2002) é escasso e denota uma importante contribuição por possibilitar a reflexão sobre as particularidades de cada nicho teórico, como também, noções gerais que regiam as produções desse grupo de ilustrados brasileiros.

Na década de 1960 esses manuscritos começaram a chamar a atenção de historiadores e a escolha pelo viés de ilustração e aplicação da ciência no Brasil- colônia foi inaugurado por Maria Odila Dias (1968) que lista cerca de vinte intelectuais, seus respectivos trabalhos e região em que atuaram, dentre os quais Baltasar da Silva Lisboa.

Os trabalhos dos intelectuais luso-brasileiros nos fins do século XVIII despertaram a preocupação com a realidade social brasileira com objetivo de transformá-la através das luzes da razão (Dias, 1968: 113). Podemos considerar que os estudos aplicados no Brasil estiveram sobre o tripé: Razão, Natureza e Prática (Dias, 1968: 120), a prática ilustrada e científica no Brasil-colônia valorizou a realidade colonial brasileira, aspecto que pode ser notado na seguinte citação de Borges de Barros na revista da época, *O Patriota*:

Variando as circunstâncias em que se acharam, das em que nos achamos; servindo ela ali de farol, aqui pode iludir; cumpre portanto ler, mas com escrúpulo e nunca porém praticar o que colhemos de leitura, sem que com estudo do sitio e mais particularidades do caso em que nos achamos, possamos decidir se estamos na mesma circunstância que eles, a fim de ver

se os devemos seguir em tudo, ou que descontos é mister dar-lhes. Grande mestra é a teoria; mas deve dar as mãos às lições de prática.¹³

Maria Odila Dias referenda que a mentalidade desses intelectuais tendia para a idéia de perfectibilidade pautada em Voltaire (Dias, 1968: 106), segundo a qual, o progresso das ciências representava felicidade do indivíduo dentro da sociedade¹⁴ e estava completamente distante do pensamento de Rousseau em que a idéia de perfectibilidade estava ligada a degeneração do homem. A Natureza representava para Jean Jacques Rousseau, o estado primeiro do homem, as línguas, as palavras, enfim a ciência significava parte essencial da degeneração humana (Silva, 2007: 64).

Debate sobre a Natureza

Alguns historiadores têm focado a importância da relação entre o homem e a Natureza, esse tema tem sido bastante discutido nos últimos anos na historiografia. Fernand Braudel, por exemplo, dedicou mais de trezentas páginas de seu livro *O Mediterrâneo* ao ambiente físico: terra e mar, montanhas e ilhas. “Defendeu uma ‘história total’, dedicada também a questão do homem em relação ao seu meio, uma espécie de geografia histórica, ou, como Braudel preferia denominar, uma geo-história”. (Burke, 1929/1968: 49).

Analisando a historiografia, considerando principalmente a escola dos Annales, Peter Burke pronunciou: “No futuro, é provável que o movimento ecológico tenha cada vez mais influência sobre a forma como a história é escrita” (Burke, 1992: 20). Donald Worster referenda a contribuição dos Annales no discurso histórico, sobretudo, a perspectiva de olhar a história de “baixo para cima”, considerar as pessoas comuns, as dinâmicas do cotidiano ao invés de somente contar a versão das elites e afirma a possibilidade de se ir ainda mais fundo, até encontrar a própria terra, entendida como “um agente e uma presença na história” (Worster, 1991: 198/215).

¹³ BARROS, Borges de. Memória sobre o café. O Patriota. VI junho de 1813, p. 43. *Apud*: DIAS, Maria Odila. *Aspectos da Ilustração no Brasil*. Revista do IHGB, 1968, p.146.

¹⁴ “A ética de Voltaire, como em geral a de seus contemporâneos, é uma ética social. Seus valores são humanísticos e a felicidade do indivíduo dentro da sociedade, sua principal preocupação”. Comentário de Marilena Chauí *In*: VOLTAIRE. *Os Pensadores*. Tradução de Marilena Chauí (et al). 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. VIII.

Para percorrer essa nova possibilidade historiográfica, segundo esse autor, é necessário “abrir todas as portas e vagar pelos campos e florestas, ao ar livre (...) Chegou a hora de comprarmos par de sapatos resistentes para caminhadas, e não poderemos evitar sujá-los com a lama dos caminhos”. Compreende que a história ambiental trata do papel e do lugar da Natureza na vida humana (Worster, 1991: 202).

Entendemos que a atividade intelectual não deve ser uma abstração ou um simples exercício que forme graduados, mestres, doutores dentre outros graus de conhecimento, capazes de unicamente provar à sociedade que sabem raciocinar, mas, ao contrário, a Universidade deve preparar indivíduos que se dediquem à atividade intelectual a fim de interferir na sociedade com responsabilidade. E o tema NATUREZA é uma necessidade nos dias de hoje.

Alguns intelectuais se autodenominam historiadores ambientais, é o caso do já citado americano Donald Worster (1991) e o brasileiro José Augusto Drummond (1991). O primeiro referenda que as ciências naturais são instrumentos indispensáveis para o historiador ambiental e pronuncia uma reivindicação de cooperação interdisciplinar salientando que isso diz respeito a uma sociedade de interdependência global (Worster, 1991: 214). O outro, considera que as disciplinas sociais foram desafiadas, por cientistas naturais e movimentos sociais, a superar o seu paradigma e a incorporar variáveis naturais ao seu repertório legítimo de pesquisa. Para ele os historiadores ambientais não “visitam” protocolarmente as ciências naturais: dependem profundamente delas e muitas vezes trabalham em associação direta com cientistas naturais (Drummond, 1991: 182).

José A. Drummond ao tratar sobre a diversidade de fontes para o historiador ambiental considera que:

As seções de manuscritos da Biblioteca Nacional e de vários Institutos Históricos e Geográficos contam com inúmeros relatos e crônicas de viagem inéditos, alguns deles pertinentes aos séculos XVII e XVIII. Como disse em seção anterior, essas são fontes privilegiadas para os historiadores ambientais, e o Brasil, pela sua tropicalidade e pela diversidade dos seus ecossistemas, atraiu e continua a atrair centenas de viajantes e cientistas estrangeiros oriundos de países temperados, treinados para observar paisagens e aspectos da natureza (Drummond, 1991: 194).

Lembrando a perspectiva de Marc Bloch (2002: 65), essa discussão é fruto da época atual. Na atualidade, olhamos para situação presente e indagamos as dinâmicas do passado. A Mata Atlântica está reduzida a 7% de sua área original (Rocha, 2005: 225), é uma paisagem cicatrizada pelo pragmatismo associado à irresponsabilidade humana.

Na costa leste da América do Sul, estendia-se outrora uma imensa floresta ou, mais precisamente, um complexo de tipos de florestas, em geral latifoliadas, pluviais e de tropicais a subtropicais. Entre oito e 28° de latitude sul (...). No total, a floresta cobria cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados. Esse complexo tem sido chamado de Mata Atlântica brasileira, associado a outra muito maior, a Floresta Amazônica (...). Em conjunto, as duas florestas formavam uma zona biogeográfica diferente e mais rica em espécies que as outras florestas tropicais do planeta. (Dean, 1996: 24).

A história florestal como bem salienta Warren Dean (1996: 23), tem sido uma história de exploração e destruição, o homem tem criado “paisagens” necessárias à idéia de civilização, mas quase nunca suas criações lhes satisfazem. Sem determinadas legitimações teóricas como a inevitabilidade dos acontecimentos, a necessidade inerente ao homem de mudar, transformar, a adequação da sociedade e conseqüentemente da paisagem ao modo de produção, como seria possível explicar o caos ecológico? E se o modo de sobrevivência futuro não puder intervir nos estragos causados no passado? Seremos um ponto final e admitiremos a nossa ignorância em administrar a Natureza.

José A. Drummond focaliza a forte relação entre a economia brasileira e os recursos naturais, afirmando que este último consiste em nossa forma de sobrevivência num mundo globalizado, tecnológico e capitalista. Diz: “Sabemos que todas as dimensões da nossa economia (Brasil) de recursos naturais estão articuladas. Não podemos mais adiar um conhecimento histórico mais consistente de cada uma dessas dimensões” (Drummond, 1991: 195). Segundo ele, a história ambiental pode dar uma contribuição decisiva para entendermos o nosso passado e o nosso presente de país rico em recursos naturais e assolado por dívidas sociais.

A Natureza era, para os ilustrados luso-brasileiros da geração de 1790, objeto de observação e os relatórios produzidos por eles denotam uma importante contribuição aos homens no presente para perceber a paisagem que não mais existe e notabilizar a dinâmica intelectual brasileira na época das “luzes”. Cabendo referendar a seguinte consideração de Nicolau Sevcenko:

Acho que nessa breve consideração podemos ver a transição da natureza brasileira do paraíso para a carcaça, e considerar que o que ficou da paisagem talvez seja o que esteja concentrado nessa exposição: essa vontade de gozar e tocar o que já sabemos de antemão que está irremediavelmente e para sempre perdido e que só podemos hoje evocar como uma forma vaga e melancólica de nostalgia. (Sevcenko, 1996: 119).

Para os homens do século das luzes, inventariar, descrever, pesquisar os recursos naturais eram propostas inovadoras, revolucionárias, mas, para os indivíduos no século XXI é motivo de sobrevivência. Somos ao mesmo tempo a esfinge foucaultiana: “Que coisa é impossível pensar e de que impossibilidade se trata”? (Foucault, 1999) E o grande enigma de Latour: “Que artifício libertará a esperança de Pandora”? (Latour, 2001) O que nos resta é procurar compreender os delineamentos do saber e ao mesmo tempo propor formas éticas de constituição desses conhecimentos.

1. CIENTISTA BRASILEIRO SETECENTISTA

1.1. Sobrenome: Da Silva Lisboa

Baltasar da Silva Lisboa morreu em 14 de agosto de 1840, aos 79 anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro. Era irmão de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu; Daniel Nunes da Silva Lisboa, cônego prebendado na Sé Metropolitana e diretor das religiosas do Convento da Lapa; e de Paulino da Silva Lisboa, que era recebedor tesoureiro da Mesa da Inspeção da Bahia em 1809 (Almeida, 2008: 35). Foi Sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Real para a Propagação das Ciências em Nápoles e Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Lisboa, 1840: 395).

Nos idos de 1830, esteve próximo a Januário da Cunha Barboza e Raymundo da Cunha Mattos, importantes líderes da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Juntos criaram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Pádua, 2004: 172). Estabeleceu relações com Domingos Vandelli, importante naturalista italiano e seu professor de História Natural; Joaquim de Amorim e Castro; José Mariano da Conceição Veloso e Julio Mattiazi¹⁵. Assim escreveu sobre este último: “(...) Felismente tivemos esta planta no Real Jardim, conservada pelos cuidados de Julio Mattiazi, insigne Botanico, e amante das produçoens da natureza (...)”¹⁶.

Foi Juiz de Fora¹⁷ do Rio de Janeiro de 1788 a 1798. Ainda trabalhou como Desembargador dos Agravos, da Casa da Suplicação do Rio de Janeiro (1809), Comendador da Ordem de Cristo - Conselheiro do Imperador D. Pedro I e Professor da Faculdade de São Paulo (1827), cargo que segundo Bento Lisboa, seu sobrinho,

¹⁵ Naturalistas frequentemente citados na historiografia sobre o tema. Cf. PATACA, Ermelinda. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Campinas, 2006. Tese (Doutorado em Geociências), UNICAMP, p. 103.

¹⁶ LISBOA, Baltasar. Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural, acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil, 1786. In: DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas*. UFP – Curitiba, 2004.

¹⁷ “O cargo de juiz de fora era ocupado por homens letrados, bacharéis em leis e instruídos no direito romano, legislação patrocinada pelos príncipes, enquanto os juizes ordinários administravam a justiça a partir do direito costumeiro, os forais que, por vezes, desagradavam à Monarquia e a seus juristas. A chegada de um juiz de fora a uma vila ou cidade colonial provocava perturbações no equilíbrio político local. Além de serem representantes do monarca e desconhecidos nas localidades, eram bacharéis egressos da Universidade de Coimbra, formavam certamente uma elite culta, mais honrada e próxima do monarca do que os juizes ordinários e os demais vereadores”. (RAMINELLI, 2006: 284)

assumiu por apenas dois anos pela “avançada idade em que se achava, e as molestias que padecia” (Lisboa, 1840: 403).

Atuou por vinte anos como Conservador das Matas de Ilhéus e vale ressaltar que a maior parte de seus trabalhos se referem ao período em que ocupava esse cargo. Alguns relatórios escritos por ele sobre a Comarca de Ilhéus são ¹⁸:

- Memória sobre a comarca de S. Jorge dos Ilheos – (1799 - BNRJ);
- Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa, desde a villa de Valença da Bahia até ao Rio Doce – (1808 - BNRJ);
- Memória sobre as matas de Ilhéus, cortes das madeiras, ordens que a este respeito se tem expedido; regulamento dos referidos cortes, e Estado atual desta dependência, até o dia 1 de Agosto de 1803 (BNRJ);
- Comarca dos Ilheos: nothicia extrahida da informação do ouvidor Baltasar da Silva Lisboa (1813 - IHGB);
- Ensaio da Física Vegetal dos Bosques de Ilheos – (1801-1803 - BNL);
- Phisyca dos bosques de Ilheos (IHGB);
- Princípios de Physica vegetal para servir de preliminar ao estudo dos cortes de madeiras (BNRJ);
- Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria (1823 - IHGB);
- Viagem a parte da Comarca de Ilheos na capitania da Bahia (ACL);

Interessante a relação, de certa forma pessoal, que Baltasar Lisboa possuía com sua função de naturalista¹⁹. Algumas de suas correspondências mostram que sua casa era um verdadeiro laboratório de experiências botânicas. Ao relatar sobre a plantação do *Morus popyfero*²⁰ que lhe foi ordenado pelo Visconde de Anadia ele expressou:

¹⁸ Esta listagem é baseada na seriação feita por Ermelinda Patata (2006) anexa a sua tese de doutorado. Ela não apresenta o ano de composição de alguns documentos. Ver lista completa de documentos referentes a Baltasar Lisboa nos anexos dessa dissertação.

¹⁹ Ronald Raminelli também expressou a mesma impressão sobre a relação de Baltasar Lisboa com sua função de naturalista ao tratar sobre os episódios referentes a expulsão de Silva Lisboa do Rio de Janeiro por conta do “escândalo da farinha”: “A História Natural seria um trunfo que o acompanharia por toda a carreira. Silva Lisboa pleiteava ascender na magistratura, recorrendo certamente aos serviços como juiz, mas também como naturalista, sobretudo por não receber emolumentos pela última função” (RAMINELLI, 2006: 281).

²⁰ Lineu descreveu na sua obra *Species Plantarum* uma planta do gênero *Morus* com o nome de *Morus papyrifera*. Esta planta é da família das Moraceae (moráceas) que inclui também os figos. Atualmente o *Morus papyrifera* L. mudou de nome, sendo reconhecida pelos botânicos pelo nome de *Broussonetia papyrifera* (L.) L'Hér. ex Vent. (a abreviação L. se refere ao Lineu. O nome dele agora aparece dentro do parêntesis para indicar que a espécie já tinha sido descrita por ele, mas o autor L'Hér. ex Vent resolveu

(...) posso certificar a Vossa Excelencia que sendo-me entregue 5 arbustos de 2 palmos e meio de altura da dita planta, todas em um caixote, as fiz transplantar e logo morreram 2 e as 3 que ficarão em um terreno no quintal das casas da minha residencia, que fiz preparar, se derão tãobem, que já estão da altura de braça e meia²¹

Referindo-se a plantação da teca²² que lhe foi ordenada pelo governador geral da capitania da Bahia ele comentou:

(...) e algumas, que parecião mais sãs, forão por mim plantadas com todo o cuidado em diversas partes, assim em matas virgens, como em capoeiras, em vazos na minha caza, e já mais pude conseguir, que rebentassem as dittas sementes, e se reproduzissem, para se o obterem as preciosas Arvores de construção, que me forão recomendadas.²³

Num ofício para D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 1799, Baltasar da Silva Lisboa explicou que estabeleceu residência na Vila de Cairu a fim de assegurar a boa ordem nos cortes, pois deste local ele poderia caminhar tranquilamente pelas matas. Comentou sobre a possibilidade de separação entre a Ouvidoria e Conservatoria das Matas, solicitando nesse caso, que ele fosse mantido na casa onde residia “por não haver outras, em que me posa recolher e minha família com decência”²⁴. Sua solicitação foi respondida um ano depois lhe dando concessão ao que pediu²⁵.

mudar a espécie que estava incluída no gênero *Morus* para incluir no gênero *Broussonetia*). A importância desta planta é que ela tem sido bastante utilizada para produzir papel de alta qualidade. E isso o Lineu na época que descreveu a planta já conhecia, e daí ter batizado a planta com o nome de *papyrifera* em alusão ao papiro. W. Arthur Whistler. Craig R. Elevitch. *Broussonetia papyrifera* (paper mulberry) Moraceae (fig family). In: Species Profiles for Pacific Island Agroforestry. April 2006. Disponível em [www.traditionaltree.org.](http://www.traditionaltree.org/) / http://zipeodezoo.com/plants/B/Broussonetia_papyrifera.asp. Consulta em 20/04/08.

²¹ Ofício do Juiz Conservador das mattas Baltasar da Silva Lisboa, no qual informa sobre a cultura do *Morus Popyfero* e o resultado das experiencias a que procedera. Valença, 16 de fevereiro de 1802.

²² Baltasar Lisboa explica que essa árvore era utilizada para a construção de navios.

²³ Ofício do Juiz Conservador das matas Baltasar da Silva Lisboa para o governador interino da Bahia, no qual informa que nada conseguira das sementeiras de teça com o maior cuidado e interesse. Cairú, 23 de janeiro de 1802.

²⁴ Ofício do Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual se refere à erecção da villa de Nova Valença do Santíssimo Coração de Jesus e participa que brevemente allí fixaria a sua residência oficial para mais facilmente exercer a fiscalisação do córte de madeiras. Cairú 2 de setembro de 1799.

²⁵ Ofício do Governador D.Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual participa ter communicado ao Ouvidor da comarca dos Ilhéos Baltasar da Silva Lisboa, conservador das mattas reaes, que podia continuar a residir na casa, que antecedentemente habitava. Bahia, 23 de agosto de 1800.



Residência na Vila de Cairu - sede da Ouvidoria²⁶.

José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, era o irmão mais velho de Baltasar da Silva Lisboa. Eles tinham em comum, além dos vínculos familiares, os estudos de História Natural com Domingos Vandelli na Universidade de Coimbra e a atividade de funcionários da Coroa Portuguesa. Porém, enquanto um se dedicava à carreira de naturalista, o outro seguia pelos caminhos da política. Enquanto José Lisboa se dedicava a entender Adam Smith (Lisboa, 1839: 240), seu irmão mais novo lia Buffon²⁷. Fiéis a

²⁶ A casa de Cairu era a sede da Ouvidoria, pois uma das mais importantes funções do ouvidor da comarca de Ilhéus naquele período era o gerenciamento das atividades madeireiras. Não sabemos se Baltasar Lisboa tinha outra residência além desta. Fotografia tirada em 2006 por Marcelo Henrique Dias a qual integra seu banco de dados sobre a Comarca de Ilhéus. Para maiores esclarecimentos sobre a dinâmica administrativa da Comarca de Ilhéus ver: DIAS, Marcelo. A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. In: DIAS, Marcelo (org) (et al). *Um Lugar na História*. Editus, 2007.

²⁷ Warren Dean (1996), José Augusto Pádua (2004) e Ermelinda Pataca (2006) discorrem sobre a intensa discussão sobre as teorias de Buffon e Lineu introduzidas por Domingos Vandelli na Universidade de Coimbra e Bento da Silva Lisboa informa que Baltasar Lisboa foi um dos melhores alunos de Vandelli: “(...) Tal foi sua aplicação e aproveitamento nestas sciencias que a congregação dos Lentes no 4º ano o gratificou com dous premios um de 28\$800 e outro de 48\$000 rs” (Lisboa, 1840: 396). No documento *Memória sobre a Comarca de Ilhéus* Baltasar refere-se a opinião de Buffon sobre os indígenas americanos (ver segundo capítulo dessa dissertação).

coroa portuguesa, avessos às ideologias revolucionárias, ambos foram úteis à Coroa portuguesa dando contribuições de ordens bem diferentes à máquina estatal²⁸.

José da Silva Lisboa, baseando-se na tese de Adam Smith, entendia que o desenvolvimento do Brasil calcava-se na necessidade de aplicar “o primado da inteligência na economia” (Rocha, 2001: 26) e Baltasar Lisboa asseverava que o crescimento do Brasil se daria através da aplicação da inteligência no domínio da Natureza; compreendia que a Coroa deveria atentar para a conservação e aproveitamento dos recursos naturais do Brasil²⁹, posturas tais que podem ser notadas nos seguintes trechos:

Como a nação inglesa tem, por assim dizer, com vigor atlântico metido ombros ao mundo, e sustenta impávida o edifício da civilização para salvar a Europa do barbarismo eminente; é necessário que, participando das vantagens do seu comercio, entremos em competente partilha (...) e de ganhar a glória qua parece estar reservada ás nações que abrirão e largarão a comunicação dos homens, estendendo a esfera dos seus bens e conhecimentos³⁰.

Dominar unicamente a Natureza pelas obras da inteligência, que considera o Mundo, segundo as suas rellações phisicas, e moraes, e dá ao homem a verdadeira Sabedoria do amor de Deos, e da justiça [...] deixando a sua futura posteridade, alem de huma riqueza inexaurivel, a memoria das obras do seo trabalho³¹

Os irmãos Silva Lisboa não eram provenientes de família nobre afortunada. Segundo Bento da Silva Lisboa, autor da biografia considerada a fonte mais segura destes intelectuais³², seu avô era um *architetto*. Mas, Rocha (2001) chama atenção para o

²⁸ Conquistaram a simpatia de D. Rodrigo de Souza Coutinho e antipatia de José Bonifácio. Bento da Silva Lisboa contou que em ocasião de ter sido acusado de não defender a causa do Brasil Baltasar Lisboa foi ao Rio de Janeiro explicar-se, mas, não foi recebido por José Bonifácio, então Ministro de Estado (Lisboa, 1840: 403). Pádua especula que ressentimentos por Bonifácio uniram Baltasar Lisboa a Januário da Cunha Barboza e Raymundo da Cunha Mattos (ver segundo capítulo dessa dissertação). Rubens Ricupero refere-se às zombarias feitas por José Bonifácio à publicações de José da Silva Lisboa: “Que escreve folhetos a milhares/ Que ninguém lê, porque ninguém entende/ Por mais que lhes dê títulos diversos” (Ricupero, 2007: 28). Ver também: ROCHA, (org). *Visconde de Cairu*. 34 ed. São Paulo, 2001. p.14/ DEAN, Warren. *A ferro e fogo*. São Paulo: Cia das letras, 1996, p. 152.

²⁹ LISBOA, Baltasar. *Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente por Baltasar da Silva Lisboa – 1808*. BNRJ, maço 512 (58, doc.52).

³⁰ Lisboa, José. Observações sobre o comércio Franco do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808. In: ROCHA, (org). *Visconde de Cairu*. 34 ed. São Paulo, 2001, p. 95.

³¹ LISBOA, Baltasar. *Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente por Baltasar da Silva Lisboa – 1808 / Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, maço 512, p. 48.*

³² Ver ROCHA, (org). *Visconde de Cairu*. São Paulo: Ed. 34, 2001/ MOTA, Carlos Guilherme. Da ordem imperial pomalina à fundação do Império brasileiro (1750 – 1831): o significado da Abertura dos Portos

fato de que esse título profissional se refere ao que conhecemos hoje como pedreiro. Ele chega a essa conclusão a partir das designações vocabulárias do termo “architetto” no século XVIII e dos comentários de Cipriano Barata³³ sobre as dificuldades da família Silva Lisboa no último quartel do século dezoito.

Cipriano Barata, jornalista baiano, também estudou na Universidade de Coimbra, foi contemporâneo de José Bonifácio, Manoel da Câmara Bittencourt e José da Silva Lisboa. No entanto, os outros se inseriram na máquina estatal, ao contrário desse intelectual das letras (Morel, 2001: 33). Marco Morel (2001) considera que ele se sentia incomodado por essa diferenciação social e constantemente fazia críticas a esses intelectuais. Numa dessas vezes, procurando desvalorizar o Visconde de Cairu, que considerava seu inimigo político, escreveu:

Eu conheci como as palmas de minhas mãos, entre os fidalgos modernos, um Visconde que até a idade de 22 anos andou com casaca de cotovelos róticos, botões caídos e chapéu *casquete*, e às vezes de vestes de ganga rôtas e chinelos, o qual depois de vários lances da fortuna e traições à Pátria fizeram chibantão; e o pai dêste, até vinte anos nunca teve sapatos; sua camisa e calça eram de aniação e rôta; e em lugar do chapéu servia um pedaço de bamba – querê atado na cabeça, o qual também lhe fazia vezes de lenço; e era ajudante e remador de uma canoa de pescar tainhas; e um irmão dele e tio daquele, todo esfarrapado, tomava esmolas na portaria de São Francisco e trazia atrás de si moleques, que o apupavam (...)³⁴

A intenção deste discurso na época foi desvalorizar a condição política de José da Silva Lisboa, mas, na atual circunstância, contribui para percebermos o lugar social de Baltasar Lisboa. Não se deve, porém, considerar *ipsis litteris* essa descrição do jornalista Cipriano Barata, já que Rocha (2001) destaca o intenso histórico político dele possivelmente interferindo na prática discursiva. No entanto, cabe também considerar, que seus desafetos políticos não o fariam construir um texto baseado completamente em

(1808). In: OLIVEIRA (org) (et al). *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Senac, 2007/ RICUPERO, Rubens. O problema da Abertura dos Portos. In: Idem.

³³ “(...) o doutor Baratinha, formado em Coimbra, figura que se destacaria nas Cortes Liberais de Lisboa, logo personalidade fulgurante do Primeiro Reinado (apesar de encarcerado quase todo o tempo)”. MOTA, Carlos Guilherme. Da ordem imperial pombalina à fundação do Império brasileiro (1750 – 1831): o significado da Abertura dos Portos (1808). In: OLIVEIRA (org) (et al). *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Senac, 2007, p. 87. Apesar dessa rápida argumentação que fizemos sobre esse interessante intelectual, cabe destacar a importância e singularidade de Cipriano Barata nesse contexto. Sugerimos as seguintes leituras: TAVARES, Luis Henrique. *Da sedição de 1798 à revolta de 1824 na Bahia: estudos sobre a sedição de agosto de 1798, o soldado Luís Gonzaga das virgens, os escravos no 1798, Francisco Agostinho Gomes, Cipriano Barata e levante dos Periquitos*. Salvador: EDUFBA, 2003 e MOREL, Marco. *Cipriano Barata na sentinela da liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

³⁴ Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel-General de Pirajá: hoje presa na Guarita de Villegagnon em o Rio de Janeiro, nº 27, de 17 de dezembro de 1831, exemplar pertencente ao Sr. Francisco Marques Santos, estudado no capítulo intitulado “Cipriano Barata e as Sentinelas da Liberdade (1762-1838). In: VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro, 1945, p. 442-3.

mentiras e Marcos Morel informa que a origem social de Cipriano Barata foi semelhante à de José da Silva Lisboa (Morel, 2001:33).

Enfim, “os ganhos do pai de Cairu no ramo de construções deviam oferecer à família, dificilmente, uma condição remediada” levando-se em conta, por exemplo, que tanto José da Silva Lisboa como seu irmão completaram os estudos em Portugal. Raminelli (2006) nos informa que os pais e avôs de Baltasar Lisboa eram familiares do Santo Ofício, viviam dos rendimentos de prédios urbanos e rústicos e não dispunham de títulos e cargos estatais ³⁵.

No livro organizado por Carlos Figueredo, (2003) destacam-se cem discursos históricos brasileiros, dentre os quais:

A árvore da indústria do Brasil está crescendo sob a benigna influência do seu paternal governo; ela dará a seu tempo, os mais copiosos sazonados frutos. Colha mais depressa quem puder (...). Privilégio exclusivo dado aos que não são inventores ou introdutores de máquina ou arte realmente nova, ou ainda não constituída de direito público, vem a ser o machado à raiz daquela árvore, e os privilégios que encontrarem com o direito dos outros cidadãos, só servirão para fazer estabelecimentos semelhantes aos vegetais parasitas, que se nutrem com marasmo do tronco ou ramo a que se aferram. ³⁶

Nesse texto, José Lisboa compara o crescimento do Brasil ao de uma árvore cujo alimento necessário para o seu desenvolvimento seria a valorização da indústria. Já seu irmão considerava que a árvore, literalmente, seria motor do crescimento do Estado, deviam-se usar as madeiras de forma racional para se legar a “futura posteridade, além de uma riqueza inexaurível, a memória das obras do seu trabalho”³⁷. Pádua (2004) salienta que José da Silva Lisboa, representante do pragmatismo ilustrado e liberalismo brasileiro, não compartilhava da preocupação com a destruição dos recursos naturais com Domingos Vandelli, seu professor e correspondente, nem com Baltasar Lisboa, seu irmão mais novo, que se tornou um dos principais críticos desta questão (Pádua, 2004: 50).

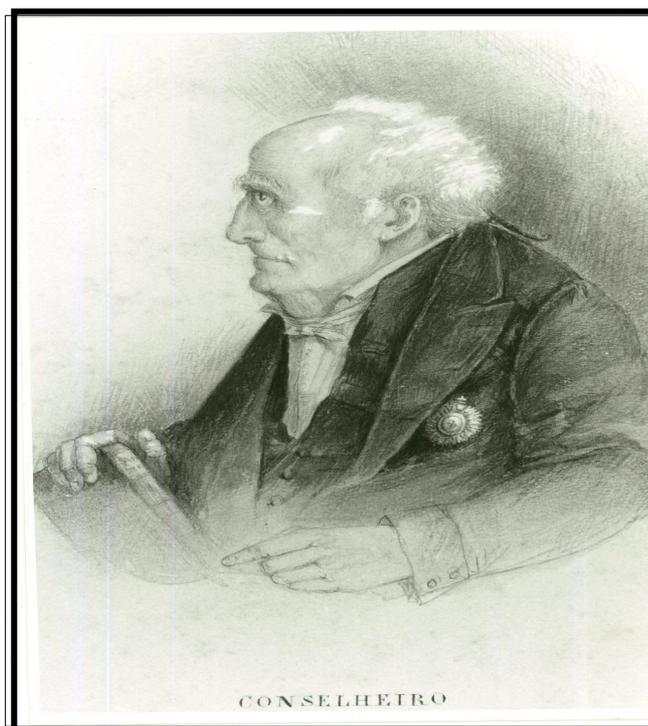
³⁵ IANTT – Habilitação à ordem de Cristo maço 10 n.5: Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa – Processo de Baltasar da Silva Lisboa: IANTT – Bacaréis. Maço 10d. 13. Lisboa, 30 de abril de 1784. *Apud*: RAMINELLI, Ronald. Baltasar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista. *In*: *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro, 2006, p. 291

³⁶ LISBOA, José da Silva. *In*: FIGUEIREDO, Carlos (org). *100 discursos históricos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2003, p.103.

³⁷ LISBOA, Baltasar. *Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente por Baltasar da Silva Lisboa – 1808* / Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, maço 512, p. 48.

Baltasar da Silva Lisboa foi estudar na Universidade de Coimbra aos quatorze anos de idade, aos cuidados de seu irmão José da Silva Lisboa e do bispo D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho³⁸. Ingressou nesta instituição no período da reforma pombalina, fez parte do grupo de intelectuais que confiavam na felicidade coletiva através do progresso da ciência. Acreditava que os homens deveriam interferir na Natureza com inteligência e a filosofia iluminista denotava a condução para esse fim.

Filho de Henrique da Silva Lisboa, lisboeta, e Helena Nunes de Jesus, natural da Bahia, casado com Joana Evangelista de Souza, provavelmente não teve filhos³⁹. Constam dois *Elogios históricos* à sua memória na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, feitos respectivamente por Bento da Silva Lisboa e Pedro de Alcantra Bellegarde, nasceu na Bahia, a 06 de janeiro de 1761.



Baltasar da Silva Lisboa (1761- 1840)⁴⁰

³⁸ Bispo D. Francisco de Lemos, brasileiro, Reitor da Universidade de Coimbra no período da Reforma Pombalina. (Lisboa, 1839: 239). “Sem dúvida um dos mais ilustrados Fluminenses, extremamente generoso, e protetor da mocidade aplicada e talentosa” (Lisboa, 1840: 396). “(...) Foi o reitor que mais tempo permaneceu na reitoria da Universidade de Coimbra. Em 1777 escreveu a Relação Geral do Estado da Universidade, obra que se constitui em um documento fundamental para se avaliar os primeiro cinco anos da implantação da Reforma Pombalina” (Gauer, 1996: 13).

³⁹ “(...) privado de uma esposa, que por muitos annos havia sido sua companheira fiel e virtuosa, e sem filhos, cultivava a amizade dos seus sobrinhos, que o estimavão como pai”. BELLEGARDE, P. A. *Elogio historico do fallecido socio honorario o conselheiro Baltasar Da Silva Lisboa*. RIHGB 1840, tomo 2 (suplemento): 34-39.

⁴⁰ Foto In: ALMEIDA, Ricardo. NASCIMENTO, William. *Baianos nos Tribunais Superiores do Brasil: Da Casa da Suplicação ao Supremo Tribunal Federal*. Salvador: Edição do autor, 2008, p.35.

1.2. “Superfície social” de Baltasar da Silva Lisboa

Esta reflexão foca o processo da ilustração do Estado português considerando as reformas pombalinas. As ações do Marquês de Pombal possuíam um duplo caráter: Mercantilista e Ilustrado (Calazans, 1993: 229), seus esforços estiveram bastante concentrados em transformações advindas de uma nova política educacional pautada na razão burguesa, comercial e industrial em detrimento da educação jesuítica. Em nome desse distanciamento redigiu-se em 1771 um relatório no qual foram imputadas aos jesuítas todas as mazelas da decadência da Universidade de Coimbra, e apresentadas as novas políticas educacionais que estavam sendo delineadas (Neder, 1992: 04).

O modelo de sociedade arquitetada por Pombal no reinado de D. José I objetivava o deslocamento de uma sociedade eclesiástica para a organização de uma sociedade civil, tendo em vista a manifestação de uma burguesia relativamente poderosa, com o colbertismo industrial e com as reformas estruturais de conteúdo agrário. O deslocamento da sociedade eclesiástica para a sociedade civil cedeu passagem do direito divino ao direito natural (Gauer, 1996: 34).

Pombal, ministro de D. José I aplicou em Portugal o que na época os intelectuais iluministas chamavam de despotismo esclarecido, este tipo de governo consistia num esforço de alguns Reis de gerir o Estado a partir de concepções ilustradas sem necessariamente abandonarem o poder absoluto. Essa prática, porém, não encontrou fertilidade em todos os teóricos iluministas, os principais adeptos foram os enciclopedistas Voltaire e Diderot (Calazans, 1993:15).

Jean Jacques Rousseau foi o principal discordante do governo de déspotas, para ele esse tipo de governo rompia com o contrato social, já que a legitimação da prática despótica através da idéia de poder paterno não podia servir de base aos direitos da sociedade (Rousseau, 1991: 273):

É do seio dessa desordem e dessas revoluções que o despotismo, elevando aos poucos sua horrenda cabeça e devorando tudo o que percebesse de bom e de sadio em todas as partes do Estado, conseguiria por fim esmagar sob seus pés as leis e o povo, e estabelecer-se sobre as ruínas da república. Os tempos que precederiam esta última mudança seriam períodos de agitações e de calamidades, mas, no fim, tudo seria devorado pelo monstro e os povos não mais teriam nem chefes, nem leis, mas unicamente tiranos. Desde esse momento também deixariam de interessar os costumes e a virtude, pois em todo lugar onde reina o despotismo (...) para quem não existe esperança alguma (...) a única virtude que resta aos escravos é a mais cega obediência (Rousseau, 1991: 280).

Como bem salientou Francisco José Calazans (1993), a Europa das luzes era bem heterogênea, os iluministas não possuíam iguais concepções em torno da aplicação da inteligência, do raciocínio, enfim, das tecnologias no mundo. Jean Jacques Rousseau, por exemplo, era um típico iluminista e ao mesmo tempo crítico ferrenho das “luzes”, deixou pistas aos seus leitores sobre a relação dos discursos, palavras, ciência com a vontade de poder:

Tais são as causas visíveis de todas as misérias a que a opulência acaba por lançar as nações mais admiradas. À medida que a indústria e as artes se estendem e florescem, o cultivador desprezado, sobrecarregado de impostos necessários à manutenção do luxo e condenado a passar uma vida de trabalho e fome, abandona seus campos para ir procurar nas cidades o pão que deveria levar para lá. Quanto mais as capitais enchem de admiração os olhos estúpidos do povo, tanto mais se deveria sofrer vendo os campos abandonados, as terras incultas e as estradas inundadas de infelizes cidadãos transformados em mendigos ou ladrões, e destinados a um dia acabarem a sua miséria no suplício ou num monturo. É assim que o Estado, enriquecendo por um lado, se enfraquece e se despovoava por outro, e as monarquias mais poderosas, depois de muitos esforços para se tornarem opulentas e desertas, acabam por se tornar a presa das nações pobres que sucumbem à tentação funesta de invadi-las e que, por sua vez, se enriquecem e se enfraquecem até que sejam, elas próprias, invadidas e destruídas por outras (Rousseau, 1991: 295).

Saber e poder foi o entrelaçamento que se tornou o fio condutor da instrução e formação de intelectuais pelo e para o Estado português, de modo que as reformas pombalinas tinham como claro fim o restabelecimento econômico do reino, visando a sua inserção no desenvolvimento industrial que França e Inglaterra experimentavam.

Conforme Maria Odila, (1968) a mentalidade da geração de 1790, da qual Silva Lisboa fazia parte, tendia para a idéia de progresso pautada em Voltaire, segundo a qual, o desenvolvimento das ciências representava o adiantamento e felicidade dos povos e estava completamente distante do pensamento de Rousseau segundo o qual a idéia de perfectibilidade estava associada a degeneração do homem⁴¹.

O debate relativo ao modelo de classificação de Buffon e Lineu permeou a formação de Silva Lisboa, valendo ressaltar que os alunos de Domenico Vandelli costumavam utilizar os dois modelos (Pataca, 2006: 84). Uma outra destacada discussão que se configurou no final do século XVIII foi sobre a questão da demarcação sobre o que se deveria ou não considerar ciência, querela que se prolongou até a contemporaneidade (Ferrone, 1997: 157).

⁴¹ Esta afirmação de Maria Odila (1968) encontra-se problematizada no segundo capítulo dessa dissertação.

O esforço intelectual desses ilustrados, especificamente, do próprio Baltasar da Silva sugere dúvidas sobre o marasmo intelectual português, opinião recorrente na época, pois, conforme veremos nas próximas páginas, existiu produção científica portuguesa nos idos de 1700 e esta tinha como principal foco os estudos naturalistas. Voltaire era um dos que fazia pilhéria com o esforço de ilustração portuguesa, dizendo que o monarca D. João V “quando queria uma festa, ordenava um desfile religioso. Quando queria uma construção nova, erigia um convento. Quando queria uma amante, arrumava uma freira”⁴². Esse filósofo, grande representante do Iluminismo, criticava a visão sacralizada do mundo apresentada pela Universidade de Coimbra e tecia fortes críticas à atuação da Inquisição no Estado português.

Além das críticas externas sobre a Ilustração portuguesa, outro notório embate ideológico vivenciado por Silva Lisboa foi o que Schwarcz (2002), afincada na tese de Fernando Novais, denominou “viradeira”. Esse foi um período de bruscas mudanças no direcionamento político a partir do reinado de D. Maria I, que procurou se afastar dos lugares de privilégio que Pombal instituiu. A criação da Academia Real das Ciências de Lisboa foi fruto dessa querela, que tinha como fim a descentralização da Universidade de Coimbra como o lugar do saber português.

Baltasar da Silva Lisboa formou-se quatro anos depois de fundada a Academia Real das Ciências de Lisboa, participando de um estado de divisão entre os fiéis à política pombalina e os que se distanciavam completamente dela e estavam livres das amarras daquele governo. Ele foi um típico intelectual barroco, que vivenciou conflitos por conta da sua fé simultânea em Deus e nos progressos da razão, os quais procurou transformar em palavras escritas. Dean (1996) qualifica Baltasar Lisboa como dotado de posicionamentos realistas, diretos e honestos, ao tratar de questões sociais, sobretudo a escravidão no Brasil (Dean, 1996: 158).

José Augusto Pádua (2004) bem visualizou as várias faces de Baltasar Lisboa, documentando em sua obra uma variedade de relatórios escritos por ele, chegando mesmo a dividindo-os de forma tímida entre uma fase jovem e outra madura. Informa que, seguindo o espírito da época, Baltasar Lisboa examinou os três reinos da Natureza com um olhar pragmático: sobre o reino vegetal sugeriu que se deviam estabelecer experiências com vegetais de diferentes partes do planeta e as culturas já estabelecidas careciam de ser consolidadas de forma mais inteligente e racional através da introdução de novas culturas como arroz, anil, café e uvas; sobre o reino animal, considerou que era preciso promover uma pecuária mais eficiente e denunciou práticas predatórias no trato

⁴² *Apud*: SCHWARCZ, Lilia. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Cia das letras, 2002, p.87

com os animais, como “costume de se matarem, logo que se quer completar certo número de couros, bois, vacas e bezerros indistintamente, sendo consequência disso à diminuição do gado e a má qualidade dos couros”; criticou também a pesca de tartarugas na praia de Tacaré: “e as que se apanhao os naturaes nada as aproveitão, estirando-as na terra para apodrecerem e sem trabalho, levarem os cascos”⁴³; estudos sobre suas pesquisas no reino mineral são modestas, mas, segundo Pádua (2004) e Pataca (2006), ele considerava que as minas deveriam ser dirigidas por magistrados filósofos e que existia um importante potencial de exploração na Serra dos Órgãos.

O lugar social de Baltasar da Silva Lisboa é como Juiz e Naturalista formado na Universidade de Coimbra depois da reforma de 1772. Enquanto um naturalista produziu saber partindo de uma concepção ôntica, referindo-se “à estrutura e à essência própria de um ente, aquilo que ele é em si mesmo, sua identidade, sua diferença em face de outros entes, suas relações com outros entes”. Considerando a classificação de Marilena Chauí (2000) sobre as estruturas ônticas em nossa experiência cotidiana, diríamos que Baltasar Lisboa ocupou-se da categoria, “entes materiais naturais que chamamos de *coisas reais* (frutas, árvores, pedras, rios, estrelas, areia, o Sol, a Lua, metais, etc.)”. Como um Juiz desenvolveu uma retórica jurídica que valoriza o conectivo deôntico, *dever ser*, conforme Coelho (2000) tanto a norma como a proposição jurídica são enunciados deônticos, isto é, “verificado o antecedente, deve ser o conseqüente”. Uma vez isto considerado, cabe salientar as principais mudanças ocorridas no curso jurídico depois das reformas pombalinas. Conforme Neder (1992), antes da reforma pombalina predominava as concepções do Direito Romano e Canônico, a posteriori estabeleceu-se que o Direito Romano só deveria ser utilizado quando em conformidade com a *boa razão*.

O desenvolvimento dos estudos histórico-jurídicos em Portugal estiveram, a partir de então, focados na corrente iluminista, tendo na obra de Luís António Verney um importante representante. Gauer (1996) informa que a orientação sobre como o professor da disciplina de Direito Natural deveria atuar foi bastante planejada:

Distinguirá com grande cuidado o referido Direito Natural da Theologia Natural; da Ethica; da Moral; do Direito Civil, e Canônico; da Política; da Economia; e de todas as Disciplinas, que com elle tem afinidades: (...) Ensinará

⁴³ Ofício do ouvidor Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual se refere à criação e pesca das tartarugas e à descoberta de ambargris na praia do Tacaré. Cairú, 22 de agosto de 1799.

também o mesmo Professor uma brevíssima História das Leis, e da Jurisprudência Natural⁴⁴.

Além dos procedimentos que orientavam a forma de abordagem que o professor deveria seguir, os *Estatutos* orientaram sobre livros a serem utilizados, autores, bibliotecas e a divisão dos conteúdos da disciplina (Gauer, 1996: 72). Neder (1992) e Gauer (1996) fizeram as seguintes afirmações sobre as mudanças jurídicas no contexto da reforma pombalina:

A partir do século XVIII, assiste-se a um recrudescimento do rigor do sistema penal da Coroa, observável através do aumento da frequência da aplicação da pena de morte, sobretudo, na mais visível funcionalização desta aplicação. Decorre daí a necessidade da política iluminista de definir como objetivo a reforma da justiça, para aumentar sua eficácia. Em Portugal, as medidas pombalinas apontam esta tendência: a certificação das fontes de direito e a disciplina da jurisprudência, através da Lei da Boa Razão de 1769 (Neder, 1992: 17).

O período pombalino pode ser caracterizado pelo abandono do romantismo em favor de um sistema do Direito Natural e do individualismo crítico. A transformação da jurisprudência portuguesa embasada na Lei da Boa Razão, nos *Estatutos* de 1772 e na tentativa de um novo Código de 1788 fundamentou-se no jusnaturalismo da Escola do Direito Natural e das Gentes, (...). O direito proposto pelos reformadores se contrapunha à visão do direito ensinado pelos jesuítas; a tese de que todo poder emana de Deus se contrapõe à origem social do pacto feito pelo consentimento dos homens. A legitimação do poder se encontra no próprio homem que o instituiu (Gauer, 1996: 77).

O trabalho de Baltasar Lisboa mais recorrente na historiografia atual é o *Discurso Histórico* (1786), escrito quando ele tinha vinte e cinco anos de idade, no ano da promulgação do considerado “primeiro código penal moderno” em Portugal (Neder, 1992:15). Desta forma, ele participou ativamente da aplicação no território brasileiro dos conhecimentos naturais e jurídicos pautados na razão iluminista.

Provavelmente a interpretação ideológica de Baltasar Lisboa sobre o iluminismo o levou a assumir durante sua atuação profissional posicionamentos firmes e convictos sobre os trâmites jurídicos e administrativos no Brasil. Vale referendar, por exemplo, que em todas as biografias de Baltasar Lisboa, constam relatos sobre a disputa com o Conde de Rezende, então Vice-Rei referente ao suposto aumento indevido da farinha

⁴⁴ Estatutos da Universidade de Coimbra. *Apud*: GAUER, Ruth. *A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 71.

que esta autoridade Real empreendeu⁴⁵. As confusões de Silva Lisboa não terminam por aí, ele assumiu partido de diversas causas ao longo de sua vida, colocando-se em complicadas situações políticas. “Desde a juventude, cultivava a crítica ferina que tanto incomodou autoridades do Rio de Janeiro” (Raminelli, 2006: 281) “seu gênio era pouco dado ao sossego e se envolvia em disputas (...) não só com alguns ministros (...), mas até com os Vice-Reis tanto atual como o seu anterior”⁴⁶.

Silva Lisboa denunciou os contrabandistas de farinha de guerra que provocaram a escassez do produto, murmurações e tumultos populares no largo do Palácio, na provedoria e na praia, durante a repartição de farinha pelos militares: “pois que a pobreza só tem sido servida de pancadas, o preço da farinha a 1.920 [réis], cujas desordens podem produzir gravíssimas conseqüência”⁴⁷.

Referindo-se as atividades contrabandistas no Brasil, Caio Prado (1981) utilizou esse episódio da vida de Baltasar Lisboa para expressar sua opinião sobre esse personagem histórico:

Em 1794, o juiz-de-fora do Rio de Janeiro, Baltasar da Silva Lisboa (...) denunciava este contrabando que se fazia, segundo ele, às escâncaras e sob as vistas de autoridades desleixadas e mesmo coniventes. E cita dados edificantes: nos quinze meses que precedem sua denúncia, nada menos de 30 embarcações estrangeiras, na maioria inglesas e carregadas de mercadoria tinham aportado ao Rio de Janeiro (Prado, 1981: 230).

Baltasar da Silva Lisboa possuía um claro posicionamento sobre a política que se deveria empregar aos povos no Brasil:

Os negros deveriam ser tratados com moderação, sem ‘criminosos excessos’ praticados pela maioria dos senhores; Quanto aos índios, era preciso ‘civilizá-los e salvar suas almas’; o método mais apropriado para isso, tal qual se praticava na América do Norte, era o de ‘multiplicar cada vez mais suas necessidades, pelas quais eles serão forçados a comunicarem-se com seus vizinhos mais industriosos’ (Pádua, 2004: 65).

⁴⁵ Ver RAMINELLI, Ronald. Baltasar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista. In: *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro, 2006.

⁴⁶ AHU – Rio de Janeiro. D.A. Ofício do chanceler da Relação do Rio de Janeiro, desembargador Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho à Martinho de Melo e Castro, Rio de Janeiro, 1 de abril de 1793. *Apud*: RAMINELLI, Ronald. Baltasar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista. In: VAINFAS, Ronaldo (org) (et al). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro, 2006, p. 287.

⁴⁷ AHU – Rio de Janeiro. D.A. Ofício de Baltasar da Silva Lisboa a Martinho de Melo e Castro. Rio de Janeiro, 8 de março de 1793. *Apud*: Idem.

Qualificava os índios como inferiores, conforme as idéias dos “iluminados europeus”, como Voltaire, Buffon, dentre outros, mas, conversava e convivia com os índios, inclusive quis apreender os conhecimentos indígenas sobre a Natureza, porém, ao mesmo tempo, desejava mudar suas formas de vida, civilizá-los. Informava sempre à Coroa que aqueles povos precisavam de atenção. Pádua (2004) informa que, na fase madura de sua obra, a partir de 1800, o autor assume uma perceptível antipatia à escravidão, debate que se tornou bastante presente nos círculos intelectuais brasileiros após a Independência do Brasil (Pádua, 2004: 67).

Fiel vassalo, assim geralmente assinava seus trabalhos, acreditava que a Coroa portuguesa era o canal para “iluminar” os povos, respeitava e louvava o pacto colonial, como foi instruído, e ao mesmo tempo vivenciava significativos levantes que questionavam a condição colonial brasileira, a exemplo da Inconfidência Mineira (Mahony, 1996: 110).

O fiel condutor das políticas ilustradas portuguesa tornou-se cidadão brasileiro em setembro de 1822. Esteve à vontade com essa nova condição social? Talvez não. O estado que via como delineador das políticas ilustradas era o de Portugal e não aquele embrião que começava a surgir. Cientista brasileiro? Sim, com certeza, esse é seu lugar social, nunca deixou de produzir conhecimento por conta de reveses políticos. Em tempos de independência, os cidadãos deveriam conhecer e reconhecer sua história. Escreveu os *Anaes do Rio de Janeiro*, contribuindo significativamente para a História do Brasil.

Um luso-brasileiro a serviço da Natureza, assim achamos por bem denominá-lo, pois ele próprio expressou que desde que trabalhou como Juiz de Fora do Rio de Janeiro, por nove anos, não abandonou suas pesquisas de História Natural iniciadas em Coimbra, procurando obter conhecimentos úteis sobre as madeiras de construção e carpintaria⁴⁸. Essas pesquisas continuaram sendo aplicadas na Comarca de Ilhéus, onde ocupou por vinte anos o cargo de Ouvidor e Juiz Conservador das Matas.

Mesmo no complicado contexto da independência⁴⁹, Baltasar Lisboa escreveu o relatório *Riqueza do Brasil em madeiras de construção* (1823) no qual agradece à Coroa pelas oportunidades de atuação, apresentando uma relação de cerca de trezentas árvores e suas respectivas utilidades. Feito isso, pede licença e desculpas ao Monarca para

⁴⁸ LISBOA, Baltasar. *Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria*. RIHB. N.52, 1926, p.225.

⁴⁹ Bento Lisboa cita ao menos dois impasses políticos vividos por Baltasar Lisboa no contexto da independência do Brasil (Lisboa, 1840: 402-03) José Augusto Pádua (2004) e Ermelinda Pataca (2006) também esclarecem esses fatos.

criticar o comércio do pau brasil, reclamando que a exploração dessa madeira não estava levando em conta as condições reais da Natureza. Afirmou que, apesar de estar ciente do artigo 8º do Tratado de Comércio de 1810 com a Inglaterra, que tornou essa madeira um dos “Estancos Reaes”, não poderia deixar de informar o sistema “opressivo e destruidor” aplicado na exploração do pau brasil. Retratou-se dizendo que não tinha intenção de apresentar um plano de corte para o pau brasil, conforme fez com outras árvores, estando ciente de não ter para isso autorização, mas, fazia tais críticas por sua própria conta. Todavia essas críticas não impediram que ele fosse acusado de não defender a causa da Independência do Brasil quando o grupo emancipacionista se preparava para assumir o poder. Até que ponto isso está relacionado com as divergências entre o primado da inteligência na economia e a aplicação da inteligência no domínio da natureza, na medida em que Baltasar Lisboa defendia um controle estatal nas matas e o grupo emancipacionista defendia a sua exploração. Assim terminou seu relatório:

(...) espero não pareça deslocado aqui transcrever as seguintes reflexões do recente Historiador da Historia do Brasil Roberto Southey (...) deixando à sabedoria do Governo decidir se converia a liberdade de Commercio deste precioso genero, como elle propõem (...): O Páo Brasil, que desde o descobrimento, foi hum artigo de Commercio de tal importancia, que deo o nome a este grande Paiz, se reduzio à Monopolio do Governo, por conta da Coroa. A consequencia deste systema, opressivo e destruidor, tem sido o não fazerem plantações de taes arvores: estas são cortadas pelos Officiaes incumbidos do serviço Real, onde quer que se achem, sem atenção ao tempo, e crescimento; e sendo assim exportadas das costas, onde antes erão tão abundantes, agora são acaretadas de muitas legoas do interior para o uso do governo, a baixo do seo natural valor. Os proprietarios dos terrenos em que se achão são expostos á muitos retardos e vexames, além de positivos damnos. Se se franqueasse este ramo de industria agricola, os particulares plantarião taes arvores em situações oportunas a exportação, e o Governo ganharia dando liberdade do Commercio ao gênero, impondo-lhe Direitos Racionaveis. O actual systema faz o trabalho, e o custo delle muito maior do que seria em livre cultura, e por fim hade destruir o seo Commercio⁵⁰.

Entre defender inquestionavelmente os interesses da Coroa portuguesa assistindo ao prejudicial desgaste da Natureza, ou impedir a irracionalidade dos cortes nas matas, através de seu cargo público, prejudicando diretamente interesses comerciais vigentes, que era de centrar as pesquisas na obtenção de produtos úteis ao sistema mercantil. Optou de forma generalizante pela segunda, como a saída mais coerente, instruindo a Coroa a aplicar uma política racional de cortes. Sua prática procurou harmonizar os interesses comerciais vigentes com a necessidade vital das matas: “facilitem os meios de poder fazer as replantações das arvores dos bosques, conservando as existentes, fazendo

⁵⁰ LISBOA, Baltasar. *Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria*. RIHB. N.52, 1926, p.226.

os córtex uteis, e rendosos a Real Fazenda, observando-se as Leys de hum systema agronomo proprio do local”⁵¹.

Em Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa procurou aplicar uma política racional dos cortes e incomodou diretamente a elite local, desenvolvendo consideráveis desafetos. José de Sá Bittencourt e Accioli foi um desses⁵². A aposentaria e uma casa onde possuía seu próprio jardim de experiências parece ter sido a última escolha de Baltasar Lisboa, em detrimento de continuar a falar ou escrever a “surdos” sobre suas observações. Em pleno século XVIII Baltasar Lisboa herboriza⁵³.

Analisando os discursos desses ilustrados luso-brasileiros, devemos notar com Foucault que a superfície teórica onde se instaura a *episteme*⁵⁴ da ilustração portuguesa - e consequentemente brasileira - é a História Natural:

O apriori histórico que, no século XVIII, fundou as pesquisas ou os debates sobre a existência dos gêneros, a estabilidade das espécies, a transmissão dos caracteres através da gerações, é a existência de uma história natural – esse apriori é aquilo que, numa dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro (Foucault, 1999: 219).

No final do século XVIII, o homem de ciência estava efetivamente “à la moda” e, a prova disso são os resultados das investigações sobre o gênero de livros presentes nas bibliotecas francesas nesse período: “se nos anos 20, a quota dos volumes de caráter científico era de 18%, no início dos anos 80 sobe rapidamente para 30%” (Ferrone, 1997: 169). Aplicar as classificações referentes à História Natural era uma forma de

⁵¹ Ofício do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha, visconde de Anadia, João de Sá e Melo] sobre os cortes de madeira na referida comarca. Lisboa, 17 de Julho de 1805.

⁵² Para maiores esclarecimentos sobre as disputas pelas matas da Bahia ver Pádua, J.A. Um sopro de destruição. 2004, p. 100.

⁵³ Considera-se o seguinte comentário de Foucault: No coração do século XVIII Rousseau herboriza. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 8ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 172.

⁵⁴ Michel Foucault preocupou-se com a constituição do saber. Entendia que cada época mostra o que se pode e o que não se pode pensar e toda ciência se desenvolve no âmbito de uma episteme. Isto o levou a sugerir um apriori histórico, independente da experiência, ou seja, um campo autônomo de saber. Sendo que a episteme de uma época não é a “soma de seus conhecimentos”, mas indica o “afastamento, as distâncias, as oposições, as diferenças, as relações de seus múltiplos discursos científicos”. Empreendeu uma arqueologia do saber para responder se o pensamento contemporâneo inicia uma nova episteme. Propôs uma abordagem descontínua da história. Ver: BARBOSA, Elyana. As repercussões das teorias da relatividade de Einstein e da mecânica ondulatória no pensamento contemporâneo: Bachelard e Foucault. In: Dias, André Mattedi (org) (et al). *Perspectivas em epistemologias e histórias das ciências*. Feira de Santana: UEFS, 1997.

fazer ciência e ser homem de ciência; intelectuais tais como Baltasar da Silva Lisboa acreditavam portar e construir a verdade que significava o mundo. Esses intelectuais ilustrados super valorizavam a racionalidade. Hoje, temos noção das muitas possibilidades de verdades científicas, cabendo considerar a contribuição de Michel Foucault, pois, em sua análise dos discursos, nos mostrou ao mesmo tempo nosso lugar múltiplo de verdades, bem como o fato de que para esses iluministas a técnica aplicada na construção do conhecimento era juízo suficiente para admitir e crer sem reservas na “verdade da razão” como inquestionável.

Depois deste ensaio biográfico, que procurou contextualizar a ideologia científica iluminista de Baltasar Lisboa. Argumentamos a seguir acerca de sua trajetória acadêmica em paralelo à produção científica da geração que estudou na Universidade de Coimbra nos idos de 1790, Maria Odila (1968) qualificou o *Discurso Histórico* como notório exemplo da mentalidade pragmática que esta geração de ilustrados luso-brasileiros possuía.

1.3. Espelho de uma geração

Os relatórios de Baltasar da Silva Lisboa têm sido referendados desde a segunda metade do século XX numa ampla bibliografia. Para começar, os trabalhos de Maria Odila (1968), já citado anteriormente, e de Silva Campos (1981), que desenvolveu um relato descritivo sobre a história de Ilhéus desde o século XVI até a década de 1940, utilizando as memórias de Baltasar Lisboa como fonte documental, assim se expressou: “(...) o desembargador Baltasar da Silva Lisboa a quem a história da Capitania dos Ilhéus deve inestimáveis subsídios” (Campos, 1981: 155).

Warren Dean (1996) e José Augusto Pádua (2001) focalizaram Baltasar da Silva Lisboa em um debate acerca da conservação dos meios naturais, referindo-se à mesma minoria ilustrada apontada por Maria Odila. Eles qualificaram esses relatórios como uma importante reflexão sobre a depredação da Mata Atlântica, extermínio das baleias e outros debates sobre a utilização dos recursos naturais do Brasil. Dean é um dos pioneiros neste enfoque ambiental e o trabalho de Pádua é dedicado à sua memória.

José A. Pádua centraliza o discurso de José Bonifácio como sendo o início da crítica sistemática sobre meio ambiente no Brasil. Para chegar a essa conclusão, mostra o discurso desses ilustrados setecentistas, referendando a formação acadêmica e atuação política dos mesmos. Debruça-se numa reflexão acerca do papel do Estado português nas produções sobre a Natureza brasileira e chega à conclusão de que esta geração teve

uma mentalidade utilitarista acerca da preservação dos recursos naturais. Apesar de qualificar Bonifácio como precursor da crítica ambiental brasileira sistemática, explicita ser Baltasar da Silva Lisboa o que iniciou essas reflexões.

Recentemente alguns trabalhos, ainda inéditos foram produzidos. Ermelinda Pataca (2006) fez comparações entre as produções de Domingos Vandelli e às pesquisas dos alunos deste ilustrado italiano, mostrando o delineamento da História Natural em Portugal e Brasil. Ana Lúcia da Cruz (2004), tendo como centro o *Discurso Histórico*, reconstruiu a estrutura educacional que formou esses intelectuais. Marcelo Henrique Dias (2007) apresenta a dinâmica econômica de Ilhéus no século XVIII através do discurso desses intelectuais⁵⁵.

As referências supracitadas mostram sempre a especificidade de Silva Lisboa. Dean (1996), por exemplo, considera-o “extraordinariamente ativo e leal à Coroa, foi motivado por um compromisso com a conservação daquilo que ele chamava este sublime celeiro da Natureza” (Dean, 1996: 152). Pádua comenta:

O caso mais interessante de continuidade, ao menos do ponto de teórico, foi o de Baltasar da Silva Lisboa. Além de testemunharem a riqueza e longevidade da sua história de vida, as atividades finais desse autor, especialmente sua dedicação ao ofício de historiador, ajudam a entender o novo contexto social aberto pela independência (Pádua, 2004: 169).

No *Discurso Histórico* além de outras questões, Baltasar Lisboa dissertou sobre a importância da agricultura e sua notabilidade nas civilizações antigas. Afirmou que a agricultura era “perene fonte de riqueza para o estado, mas, a invasão dos bárbaros representou desgraças, redução dos conhecimentos e desde tão parecia que a Natureza havia perdido toda a sua actividade”. As luzes da filosofia natural, porém, teriam transformado essa situação “fecundando os espíritos humanos de conhecimentos interessantes à Humanidade”.

Os alunos de Domingos Vandelli eram formados numa perspectiva naturalista, segundo a qual a compreensão do mundo repousava no domínio na Natureza, que deveria ser inventariada e estudada como objeto científico. Não é por acaso que Baltasar Lisboa aconselha ao Príncipe Regente D. João que se deveria dominar a Natureza com inteligência para que as riquezas e prosperidade no Estado português perdurassem⁵⁶.

⁵⁵ Existe uma recente publicação desse autor na qual se encontra parte substancial de sua tese. A saber: *Um Lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus, Editus, 2007.

⁵⁶ LISBOA, Baltasar. *Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente por Baltasar da Silva Lisboa* – 1808. BNRJ, maço 512 (58, doc.52), p. 48

Esses alunos tornaram-se uma espécie de estagiários a serviço da Coroa portuguesa nas chamadas viagens filosóficas (Pataca, 2006: 71).

Em 1779, objetivando a concretização das orientações do ensino experimental presente nos *Estatutos*, a Congregação Geral das Faculdades de Filosofia, Matemática e Medicina determinava que professores e alunos realizassem viagens de estudo. Domingos Vandelli e Dalla Bella foram encarregados de elaborar o plano de execução dessas viagens, cujos participantes tinham a obrigatoriedade de apresentar relatórios escritos e de encaminharem à Faculdade os produtos que coletassem (Da Cruz, 2004: 154).

Esses intelectuais ilustrados espalharam-se por todo o Brasil e isso aumentou ainda mais a diversidade desses relatórios de exames da Natureza brasileira. Há observações sobre a Amazônia, Bahia, Maranhão, São Paulo e Rio de Janeiro feitas por mais de cinquenta autores (Pádua, 2004: 16).

O período de formação desses ilustrados foi permeado pelas discussões em torno das classificações de Georges Louis Leclerc, Conde de Buffon (1707-1788) e de Carl Von Lineu (1707-1778). Esses naturalistas eram adversários, a diferença que os separava, segundo Da Cruz, pode ser resumida na opção de Lineu por descrever e nomear todas as espécies, enquanto Buffon entendia ser desnecessário multiplicar gêneros e espécies ao infinito, quando o importante era não perder de vista as leis da produção das formas de vida e das suas transformações e adaptações (Da Cruz, 2004: 141).

Michel Foucault (1999), em sua filosofia sobre a constituição do saber, considerou que o método de classificação destes intelectuais desempenhava o mesmo papel que era da prática investigativa que se exercia “sobre a forma, sobre a grandeza, sobre as diferentes partes, sobre o número, sobre a substância mesma da coisa”. Para eles, se oferece o mesmo crivo: “o olhar ocupa sobre as coisas a mesma superfície de contato; os mesmos vãos negros configuram o invisível” (Foucault, 1999: 186).

Foi no contexto de crise do antigo sistema colonial que os ilustrados brasileiros produziram seus relatórios, enquanto a Inglaterra e outros países na Europa investiram no capital industrial de forma direta⁵⁷, Portugal procurava em suas colônias formas de se aproximar desse desenvolvimento econômico. Baltasar da Silva Lisboa sempre referenda em seus relatórios a preocupação de seus estudos com o crescimento da indústria:

⁵⁷ MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. Tradução Paulo Roberto Banhara. São Paulo: Escala – Coleção grandes obras do pensamento universal – 77, p.125-126

(...) Os Povos entregues as artes, a navegação e ao Comercio fazendo novas descobertas uteis embelesarião o seo pais, deixando a sua futura posteridade, alem de huma riqueza inexaurivel, a memoria das obras do seo trabalho, e industria, que darião ao Estado de Vassallos ricos, perennes fontes de riqueza, credito e poder⁵⁸.

Da Silva (2002) elucida que os relatórios de José Vieira Couto, outro intelectual da geração de 1790, foram escritos conforme as instruções do Estado português que almejava superar a crise do antigo sistema colonial. Ele estudou filosofia e matemática na Universidade de Coimbra, graduou-se no ano de 1778. Sua biblioteca refletia uma formação tipicamente iluminista, com obras de Gramática, História, Filosofia, Política e Educação, além de inúmeros livros que tratavam de Medicina, Mineralogia e Metalurgia, Química, Física e Botânica. (Da Silva, 2002: 37/59). As pesquisas desse ilustrado são sobretudo sobre mineralogia. Conforme a autora, ele possui peculiaridades em sua forma de relatar:

Notório detalhismo, anotação de impressões sobre os moradores, aspectos arquitetônicos das construções nos arraiais e vilas e sobre as atividades econômicas às quais se dedicavam os habitantes das localidades pelas quais passava; além de abrir longos parênteses para falar da agricultura, da criação de animais e de outras atividades econômicas que achava ser importantes (Da Silva, 2002: 80).

Essas mesmas particularidades estão presentes no discurso de Baltasar da Silva Lisboa, que não eram, portanto, peculiaridades singulares, mas, direcionamentos teóricos adotados dentro dessa tradição a que nos referimos. O trabalho de Ermelinda Pataca (2006) nos permite aguçar essa interpretação sem receio de percorrer um caminho movediço. Pois essa autora se refere às instruções de viagens elaboradas por Vandelli e direcionadas a esses intelectuais, nas quais se instruíam os viajantes a serem minuciosos em seus relatos: “o ideal de naturalista, seria, então, um sujeito que possuía talentos, habilidades e conhecimentos muito diversos, numa abordagem essencialmente enciclopédica” (Pataca, 2006: 12). Uma dessas instruções era composta de dez campos de análise⁵⁹:

⁵⁸ LISBOA, Baltasar. *Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente* – 1808, p. 48.

⁵⁹ Este texto de instruções de Domingos Vandelli foi transcrito por Ana Lúcia da Cruz e está anexo a sua dissertação de doutorado: VANDELLI, Domingos. *Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas peregrinações devem observar – 1779*. In: DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas*. UFP – Curitiba, 2004.

- 1- Síntese da obra
- 2- Da Necessidade dos Diarios, e Methodo de os fazer.
- 3-Do Conhecimento fisico, e moral dos Povos.
- 4-Do que deve observar o Naturalista, principalmente nos lugares beira mar
- 5- Da Mineralogia.
- 6- Dos Rios, Fontes mineraes, e Lagoas.
- 7- Do Reino da Plantas.
- 8-Do Reino Animal.
- 9- Dos Insectos
- 10- Preparação dos Animaes.

É possível notarmos as mesmas preocupações descritivas em Baltasar da Silva Lisboa e José Vieira Couto nas seguintes citações:

Tem a Villa (Ilhéus) 280 fogos com 2 mil habitantes, os ques perecem na ociosidade e miseria, por se não entregarem ao trabalho bem dirigido que lhe subministraria a riqueza e o gozo das delicias da Sociedade Civilizada (...) Seria para desejar que elles aproveitassem melhor os seus coqueiraes, extrahindo de sua casca fibroza, o linho do Cairo, para cabos, como he ordinario na Azia, aproveitando alem disso o licor, que sahe da palmeira ferida (...) não ambicionão as iguarias, que saboreão as mesas das pessoas civilisadas⁶⁰

A ignorancia dos mineiros, e o descuido que houve de se instruir em tempo na sua profissão, esta precioza classe de homens he a cauza única, e ao mesmo tempo mui bastante da decadencia actual da mineração⁶¹

A admiração poética e romântica da Natureza se mostra claramente nos escritos de ambos:

“O Natureza, o Santa Deoza, como zombas dos delírios dos sábios! Eu seguirei sómente os teus vestígios, te observarei som^{te} nos teus effeitos e não procurarei entrar no teus recônditos mistérios”⁶²

⁶⁰ LISBOA, Baltasar. *Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente* – 1808, p. 27

⁶¹ COUTO, José. Memória sobre a Capitania de Minas Gerais, 1799, p. 24. *Apud*: DA SILVA, Clarete. *O desvendar do grande livro da natureza*. São Paulo: Annablume, 2002, p.89.

⁶² Idem, p.81.

“Foi fundada a Villa em huma vargem alegre, a borda d’agoa, formozeada de Coqueirões”⁶³.

Em cada região, o olhar do Estado português se dava pelos recursos que poderiam lhes dar valor comercial. Enquanto em Ilhéus o olhar repousava sobre as matas, em Minas Gerais o governo português buscava ampliar e diversificar a exploração mineral.

A reforma da Universidade de Coimbra representa esse esforço português de se tornar economicamente uma potência. As mudanças educacionais se pautavam na crença do desenvolvimento pela razão e ciência tendo em vista ecletismo e pragmatismo. Ser pragmático significava direcionar as pesquisas para o desenvolvimento econômico do Estado. Não cabia, por exemplo, falar sobre as utilidades das árvores para a comunidade indígena, e sim, apenas, os benefícios que estas poderiam trazer para o comércio ou desenvolvimento da indústria nacional portuguesa.

Dominique Pestre salienta que “o texto científico é um objeto construído segundo regras variáveis no tempo e no espaço social, um objeto que seria ingênuo considerar transparente em si mesmo, como se relatasse fatos brutos” (Pestre, 1996: 37). Marc Bloch (2002: 09) preconizou que mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala se não quando se sabe interrogá-lo, segundo ele, é a pergunta que fazemos que condiciona a análise. Assim é possível se interpretar nos textos de Baltasar Lisboa brechas que nos levam a outros lugares além do domínio e exploração da Coroa portuguesa no Brasil. Constantemente ele faz no seu texto ressalvas românticas sobre a dimensão e riqueza natural brasileira, sugerindo a existência de outros saberes além da ciência européia, se referindo a cultura indígena.

A maior parte dos relatórios feitos por Baltasar Lisboa se refere à Comarca de Ilhéus, mas, ele não foi o único a enviar relatos ao governo português sobre os potenciais naturais desta Comarca. Domingos Alves Branco Muniz Barreto figura como outro informante que, inclusive, possui a peculiaridade de não pertencer à geração de 1790. Capitão de Infantaria do Regimento de Extremos, Domingos Muniz Barreto foi contemporâneo de Baltasar da Silva Lisboa, e, apesar de não ser um naturalista tornou-se um dos viajantes a percorrer o território do Brasil, da Bahia ao Rio Grande do Sul, escrevendo sobre questões que preocupavam a Coroa, como a agricultura, o comércio, a navegação, manifestando uma particular atenção à “civilização” dos índios através da educação (Da Cruz, 2004: 203).

⁶³ LISBOA, Baltasar da Silva. *Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente* – P. 25.

Correspondências localizadas nesta pesquisa demonstram que Domingos Muniz e Baltasar Lisboa possuíam relações, ora de cooperação, ora de conflito. Domingos Muniz Barreto, por exemplo, acusou Baltasar Lisboa de possuir um “pesimo caracter, sempre vacilante, incerto e louco, tanto na administração de justiça aos povos, como na dos Reaes Cortes e ainda nos graves prejuizos da Real Fazenda”⁶⁴ e solicitou ao Visconde de Anadia a oportunidade de se defender das acusações que Baltasar Lisboa teria feito à sua atuação no governo do Presídio do Morro.

Encontramos outros ofícios em que Baltasar Lisboa reclamava da passagem de embarcações “sem embaraço”⁶⁵ no Morro de São Paulo, do qual Domingos Muniz Barreto era capitão, chegando a propor ao Visconde de Anadia a “inutilidade do Presídio”⁶⁶, sendo possivelmente essa a intriga da qual Domingos Muniz Barreto desejava se esclarecer.

Noutro documento, Domingos Muniz Barreto escreveu a D. Rodrigo de Sousa Coutinho ofertando terras suas para a Coroa, que serviriam de pastagens para os bois usados para transportar as madeiras⁶⁷, dizendo também estar ciente dos elogios que Baltasar Lisboa recebera de D. Rodrigo. Baltasar Lisboa escreveu ao Capitão agradecendo e dizendo que enviaria a correspondência à Corte⁶⁸. Baltasar Lisboa escreveu ainda um atestado afirmando a contribuição de Domingos Muniz Barreto para o desenvolvimento dos trabalhos no corte de madeira, inclusive fazia parte do projeto elaborado por Baltasar Lisboa a aquisição de bois para transportar as madeiras cortadas e como atesta o documento Domingos Muniz Barreto procurou ajudar Baltasar Lisboa

⁶⁴ Carta particular de Domingos Alves Branco Moniz Barreto para o Visconde de Anadia, em que lhe pede para ser ouvido, no caso de o ex-conservador das Mattas Baltasar da Silva Lisboa apresentar superiormente qualquer queixa a seu respeito. Bahia, 18 de julho de 1805.

⁶⁵ Portaria do Juiz Conservador das mattas Baltasar da Silva Lisboa, dirigida ao comandante do Presídio de S. Paulo do Morro, sobre o serviço dos cortes das madeiras. Villa de Valença, 4 de junho de 1800.

⁶⁶ Ofício do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha, visconde de Anadia, João de Sá e Melo] sobre os scortes de madeira na referida comarca. Lisboa, 17 de Julho de 1805. A transcrição desse documento encontra-se nos anexos.

⁶⁷ Ofício do governador do Presídio do Morro Domingos Álvares Branco Moniz Barreto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual lhe participa ter mandado offerecer ao Juiz conservador das mattas os terrenos que possuía nas margens do Rio Jacaré, para os aproveitar em pastagens para os gados. Morro, 17 de setembro de 1800.

⁶⁸ Ofício do Juiz conservador Baltasar da Silva Lisboa, para Domingos Álvares Branco Moniz Barreto, no qual lhe agradece a oferta a que se refere o documento antecedente. Valença, 5 de setembro de 1800.

em seus empreendimentos “ajudando-me ao desempenho de importantes deveres, que sem o seu socorro o não podia fazer”⁶⁹.

Aumentando a lista de desafetos de Baltasar Lisboa, Domingos Muniz Barreto se incomodou com a política de racionalização dos cortes implantada por Baltasar Lisboa sugerindo a Coroa que:

Hé melhor conservar os páos, como dito tenho, debaxo da vigia dos seus proprietarios, e premiando-se na vizita geral, que o mesmo Ouvidor deve fazer anualmente, áquelle Lavradôr ou Lavradôres a quem se acharem mais páos de construção, bem conservados, e este fará huã emulação muito proveitôza⁷⁰.

Enquanto Baltasar Lisboa defendia o total controle estatal nos cortes das madeiras⁷¹, Domingos Muniz Barreto sugeria medidas amenas que manteriam claramente o *status quo* garantindo os interesses dos particulares. É interessante o fervor e grau de incômodo que este Capitão manifestou criticando Baltasar da Silva Lisboa. Para ele apesar de Baltasar Lisboa ter sido nomeado Ouvidor da Comarca de Ilhéus em um momento de evidente deficiência na administração dos cortes de madeiras e possuir uma notória formação acadêmica, não empreendia uma boa administração, pois, utilizava-se do título acadêmico para cometer abusos de poder. Conta que enquanto Baltasar Lisboa esteve na administração dos cortes de madeiras em Ilhéus apresentou três projetos de regulamentação “inteiramente contraditórios entre si”, o primeiro era intransigente, o segundo invalidava o primeiro e o último era rigoroso tanto quanto o primeiro. Conforme Domingos Muniz Barreto, essas mudanças nos regulamentos se deram em curto período de tempo:

(...) Neste máo estado de administração se acharão os Cortes de Madeiras, quando foi nomeado para Ouvidôr da Commarca de S. Jorge dos Ilheos o Doutor Baltasar da Silva Lisboa, a quem se conferio igualmente o Cargo de Inspector dos mesmos Cortes, e com a mesma jurisdição que teve o seu Antecessor o Dezebargador Francisco Nunes da Costa, o que depois se reduzio a huã Conservatoria, em que elle foi creado o primeiro Juiz Conservadôr com hum Regimento provizional. Este Bacharel tinha

⁶⁹ Atestado do Ouvidor da Comarca dos Ilhéos, Baltasar da Silva Lisboa. Em que affirma o zelo e préstimo do Sargento-mor Domingos Álvares Branco Moniz . Camamú, 16 de novembro de 1799.

⁷⁰ MUNIZ, Domingos Álvares. Memoria Sobre os Cortes de Madeiras de Construção Estabeleciadas na Commarca de S. Jorge dos Ilheos Pertencente a Capitania da Bahia, 1800.

⁷¹ Ver os seguintes textos: Oficio do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha, visconde de Anadia, João de Sá e Melo] sobre os scortes de madeira na referida comarca. Lisboa, 17 de Julho de 1805. Transcrição anexa a esta dissertação e PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, 2004, p. 100.

alguns estudos filozoficos, e por elles se propôs a emendar os abuzos da mesma administração. Tres porem forão os diferentes projectos que em breve tempo concebêo, para administração dos Cortes, inteiramente oppostos, e contradictorios entre si. O primeiro Projecto éra sevêro, e a ninguem éra permitido entrar nas suas proprias mátas a cortar hum único páo, e ainda que fosse para concerto da ruina amiassada, sem Licença do Juiz Conservador. A mesma facultadedade éra necessario para cultivar, e plantar, e para preparar os terrenos para uso necessarios. Que oppressão ! (...) e só éra licito pela administração da mesma Conservatoria o cortarem-se para serem remetidos em estanque ao Arcenal da Bahia, para ahí se venderem aos Particulares. As canôas daquellas mesmas qualidades de páos, por serem então as melhores, e mais duraveis para o serviço dos Lavradôres no tranzito dos Rios, forão igualmente embaraçadas, e ninguem ouzara fabricalas sem Licença do Juiz Conservadôr, para o que sempre éra necessario protecção. Não passou muito tempo que aquelle mesmo Juiz Conservadôr, que tinha concebido aquele Plano, e pelo qual se regia não apresentasse novamente ao Governador, e a Junta da Real Fazenda outro Systema inteiramente oppôsto ao primeiro, o qual derogando tudo quanto acima fica expôsto, se reduzia unicamente a que ficassem todas as madeiras, e taboados, fossem ou não de construção em toda a sua liberdade, exigindo sómente a Real Fazenda certos direitos na exportação das madeiras, e taboados em lugar do estanque feito pelo Arcenal, e pela Conservadoria. Não mediarão tres mezes que aquelle Ministro vacilando na incertesa não cogitasse outro nôvo, e terceiro Pláno inteiramente contradictorio, e oppôsto aos dous primeiros (...) Tornavão por aquelle Alvará a serem outra vez védados alguns páos, e outros érao inteiramente livres (...) renascia outra vêz a oppressão dos Agricultôres, e Fabricantes, suppôsto que por diversas verêdas dos seus antecedentes Planos⁷².

O debate sobre a regulamentação dos cortes de madeiras em Ilhéus foi particularmente notório a partir de 1780 na administração de Francisco Nunes da Costa⁷³. O conflito entre a regulamentação estatal e a liberdade dos proprietários na exploração das florestas baianas ganhou ímpeto a partir de março de 1797 através da carta régia de Sousa Coutinho que determinou uma hierarquia de interesses desde a “conservação das matas e arvoredos”, “maior economia nos cortes e conduções”, “maior facilidade nas remessas” até o estabelecimento de uma “perfeita contabilidade” do preço das madeiras (Pádua, 2004: 100).

O Estado português investiu em pesquisas sobre os recursos naturais do Brasil e na região Sul da Bahia deu uma singular atenção ao corte de madeiras, pois eram importantes na construção naval, essencial à defesa do império marítimo português, ao

⁷² MUNIZ, Domingos Álvares. *Memoria Sobre os Cortes de Madeiras de Cosntrução Estabeleciadas na Commarca de S. Jorge dos Ilheos Pertencente a Capitania da Bahia*, 1800.

⁷³ Ver: PEREIRA, Rodrigo. *O papel de Francisco Nunes da Costa no processo de regulamentação dos reais cortes de madeira na Comarca de Ilhéus: 1780-1792*. Monografia de graduação – CEDOC – UESC, 2006.

aumento do comércio, bem como o único meio de comunicação e transporte existente entre a Europa e a América. Em outras palavras, o suprimento de madeira se tornou um pré-requisito para a própria soberania da Metrópole (Dean, 1996:151). A Capitania de Ilhéus se tornou a principal área fornecedora de madeira devido à abundância, qualidade, como também, a proximidade com a Capital – Salvador (Dias, 2007: 114). A vila de Cairu teve a expansão do seu comércio e da sua produção agrícola assegurada, principalmente, nos negócios de madeira que incentivaram abertura de estradas complementares aos circuitos fluviais de transportes (Idem: 74).

Os documentos que tratam sobre a regulamentação dos cortes das madeiras em Ilhéus consistem numa mostra da práxis científica, mais especificamente da aplicação da filosofia natural que estava sendo exercitada em todo o Brasil nesta época, como é possível se interpretar no seguinte documento:

Carta da rainha para D. Fernando José de Portugal comunicando que é do interesse da Marinha Real as madeiras e paus de construção, pois os mesmos poderão render bons lucros na exportação; declara ser de propriedade exclusiva da Coroa todas as matas e arvoredos a borda da costa ou de rios que desembarque imediatamente no mar; serão aplicados as mais severas penas contra os incendiários e destruidores das matas das Alagoas e Cairú, para cada um será nomeado um juiz conservador sendo o de Alagoas José de Mendonça de Mattos Moreira. Em último lugar ordena que seja adotado o mesmo procedimento na capitania do Espírito Santo, particularmente no rio Doce o qual examinará toda a margem deste lugar, baseada nas viagens de João Fernandes Toirinho e Antonio Dias Adorno. Assim sendo, examinará onde poder mandar estabelecer estaleiros que possam construir embarcações que possa trazer madeiras para este Reino.

(Palácio Queluz, 13 de março de 1797)

As pesquisas no campo das ciências naturais foram uma das grandes contribuições do Iluminismo. O modo positivista de documentar a história pouco se interessou pelo tema. Charles Seignobos, célebre autor positivista, escreveu apenas o que segue sobre o delineamento da Ciência natural na Europa, o que pode ser considerado no sentido conotativo “uma agulha no palheiro” em comparação ao desenvolvimento dos estudos naturais nesse período:

Eram rápidos os progressos das ciências, graças aos esforços de sábios isolados. Constituiu-se a Física, pelas pesquisas sobre os fenômenos da gravidade, da luz, do calor. A química começava a se formar com os trabalhos de Priestley e de Lavoisier. Nas ciências naturais, as observações anteriores, dispersas e isoladas, eram reduzidas a sistema, na Botânica por Lineu e na Zoologia por Buffon. (Seignobos, 1939: 270)

Levi afirma que “não se pode negar que há um estilo próprio a uma época, um *habitus* resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há em cada época um estilo próprio de um grupo”. Desta forma, podemos considerar que os ilustrados da geração de 1790 eram utilitaristas ou faziam seus relatórios sobre a Natureza brasileira a fim de enriquecer o Estado português, mas, esse mesmo autor completa: “para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social” (Levi, 2002: 182). Por isso, não devemos estancar a pesquisa sobre esses ilustrados como pertencentes a um modelo estático desprovido de brechas individuais, sendo importante pesquisas que ajudem na percepção de peculiaridades nos diferentes ilustrados da segunda metade do século XVIII. Os relatórios feitos por Baltasar da Silva Lisboa têm sido uma importante mostra da mentalidade pragmática e por hora romântica que regia as produções desses ilustrados da geração de 1790, o contraponto entre suas considerações e de outros iluministas desta época pode nos legar uma importante contribuição acerca do delimitamento da ciência no Brasil-colônia.

1.4. Espaços privilegiados de saber

No *Discurso Histórico* Baltasar Lisboa apresentou nomes de intelectuais, instituições e grupos de pesquisas referentes a Portugal e ao Brasil mostrando a dinâmica da História Natural luso-brasileira, são lugares de produção de saber, freqüentado por uma elite e destinado ao fortalecimento do Estado Português. Um fenômeno comum aos países, uma vez adotado os ideais das “luzes”, era a proliferação de associações de estudos que promoviam debates científicos sobre cultura, política, educação, valorizando a liberdade de pensamento e o uso da razão como único critério válido, em oposição à tradição religiosa (Calazans, 1993: 123). Vizenzo Ferrone informa que:

Na segunda metade do século XVIII, estavam a funcionar no Ocidente cerca de setenta academias e sociedades públicas, para além de uma centena de privadas, sem contar com uma vintena de pequenos conventículos científicos sustentados pela intervenção de um mecenas (Ferrone, 1997: 164).

Nessas instituições científicas eram promovidas discussões e divulgava-se o progresso das ciências além de encaminhar novas pesquisas. Foi assim que surgiu a Royal Society (1662, Londres), Royale des Sciencies (1666, Paris), Academia Real das

Ciências de Lisboa (1779, Portugal) dentre outras. Segue um trecho do projeto de Estatutos da Royal Society elaborado por Hobert Hooke, secretário da Sociedade em 1663:

Promover o progresso nos conhecimentos das coisas da natureza e de melhorar por experiência as artes úteis, a manufatura, a prática mecânica, as máquinas e as invenções sem se intrometer em teologia, em metafísica, em moral, em política, gramática, retórica nem lógica.(...) trata-se de examinar todos os sistemas, teorias, princípios, hipóteses, elementos históricos ou experiências de coisas naturais, matemáticas ou mecânicas que foram inventadas, relatadas ou postas em prática por todos os autores afamados, antigos ou modernos (...) (*Apud*: Carvalho, 1976: 100)

As academias eram espaços privilegiados onde os eruditos apresentavam seus trabalhos, divulgavam invenções, resultados de experiências e discutiam as teorias. Outros importantes espaços de divulgação científica eram os periódicos editados pelas Academias (Da Cruz, 2004: 60). Em Portugal merece destaque o círculo de Ericeira, que constituiu uma importante linha de discussão e divulgação das idéias ilustradas até a década de vinte do século XVIII:

(...) Antecipando-se à ilustração cortesã de D. João V, a aristocracia dos Ericeira, através de D. Francisco Xavier de Menezes, 4º conde da estirpe, patrocinava, em seu palácio das Portas de Santo Antão, reuniões de intelectuais, as quais receberam o sugestivo nome de Conferências Discretas e Eruditas” (...) Os condes de Ericeira atuaram também como interlocutores privilegiados dos intelectuais estrangeiros que visitavam a corte portuguesa. Quando Merveilleux esteve em Portugal, foi aconselhado pelo Secretário de Estado, D. Diogo de Mendonça Corte Real, a avistar-se com os condes de Ericeira, pai e filho (Da Cruz, 2004: 63).

Até a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1779, o Círculo dos Ericeira, as sessões no observatório de Astronomia, no laboratório de Física e na Academia Real da História cumpriam sua função (Da Cruz, 2004: 66).

A fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa foi uma forma de expandir a produção de conhecimento centralizada na Universidade de Coimbra, que teve uma singular atenção durante o governo de Pombal. Ao mesmo tempo, foi uma forma de distanciar-se das propostas deste antigo ministro, que foi considerado culpado pela situação deficitária dos cofres portugueses (Schwarcz, 2002: 165). Esse foi um período considerado por Lilia Schwarcz como “viradeira”. É importante destacar o nome de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, pois, houve uma aceleração de pesquisas naturais em seu governo. A política do Estado português, delineada por esse ministro, encontrou pleno lugar de sua realização na Academia. Era dessa instituição que partiam os esforços para

catalogar as riquezas de Portugal e de seu império colonial. Eram as pesquisas orientadas pela Academia que informavam as reformas desejadas.

Essa instituição estava dividida em três classes. Duas eram de Ciências, respectivamente, *ciências da observação* - meteorologia, química, anatomia, botânica e história natural; e *ciências do cálculo* - aritmética, álgebra, geometria, mecânica e astronomia; e uma de *belas-artes*, que promovia estudos sobre literatura portuguesa (Fonseca, 2004: 696).

Possuía um observatório matemático, um laboratório químico e dois museus de história natural. Com o propósito de estimular à produção intelectual a Academia publicava suas *Memórias*, onde eram descritos aspectos minuciosos da colônia (Idem).

Para Íris Kantor (2004), em certa medida, as diretrizes fixadas pela Academia Real de Ciências de Lisboa (1779) convergiam para a perspectiva marcadamente fisiocrática e pragmática dessas sociedades patrióticas, que se multiplicaram não só pela Europa, mas também pela América nas últimas décadas do século XVIII.

Baltasar da Silva Lisboa considerou que a Academia Real das Ciências de Lisboa possuía como fim “promover a indagação da Natureza” e para isso esta instituição propôs um prêmio anual para trabalhos de “descrição física e econômica de qualquer terreno” e estas pesquisas apresentaram consideráveis descobertas como “minas de antimônio e molibdeno, e infinidade de argila bolus, ferro, chumbo, cobre estanho” nas Serras do Marão e Marvão. Cita ainda os recursos identificados por Julio Mattiazi para o Museu Real de suma importância para os “jardineiros botanistas”⁷⁴. Informa também que, além das memórias de praxe, provavelmente compostas por juristas, constavam na Academia importantes memórias de “alguns hábeis médicos concernentes aos estudos físicos da Natureza”.

Na primeira metade do século XVIII, registram-se algumas iniciativas de instituição de academias na Bahia e no Rio de Janeiro, mas, somente alguns membros dessas academias mostraram interesse pela História Natural. Essas primeiras associações voltavam-se especialmente para temas literários. Ao longo da primeira metade do século XVIII, o movimento academicista ajudou a desencadear uma nova percepção sobre o estatuto político do território colonial, estimulando assim a reflexão sobre a Natureza dos laços que prendiam a América ao reino (Kantor, 2004: 16).

⁷⁴ LISBOA, Baltasar. Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural, acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil, 1786. In: DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas*. UFP – Curitiba, 2004.

Íris Kantor (2004) apresentou o ambiente ilustrado setecentista centrada nas academias brasílicas e notou “em ambiente colonial, um Brasil dotado de significado e historia próprios no âmbito da monarquia portuguesa”. Se refere as academias dos esquecidos e dos renascidos, fundadas, respectivamente, em 1724 e 1759, ambas na cidade de Salvador.

Dean (1996) informa que a primeira sociedade científica brasileira realizou reuniões em Salvador em 1759, com o apoio do vice-rei, o conde dos Arcos. Foram planejados estudos sobre a agricultura, a flora, a fauna e os minerais, mas, não há comprovação de que esses delineamentos foram colocados em prática.

Um outro ensaio foi a criação da Academia Fluviense pelo Marquês de Lavradio, então vice-rei em 1772. Essa associação, que tinha o objetivo de estudar medicina, botânica e farmácia, restaurou o antigo jardim botânico jesuíta e nomeou coletores, jardineiros e artistas botânicos, mas teve breve existência (Dean, 1996: 135).

Da Cruz se refere ainda a uma academia científica voltada para o estudo dos recursos naturais, surgida no Brasil em 1772, antecipando-se, portanto, à criação da Academia Real das Ciências de Lisboa. Fundada sob os auspícios do vice-rei, Marquês do Lavradio, a Academia Fluviense Médica Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica, por vezes designada por Sociedade de História Natural do Rio de Janeiro, congregava médicos, boticários, botânicos e “alguns curiosos” que se reuniam semanalmente numa das salas do palácio do vice-rei (Da Cruz, 2004: 66).

Sobre as sociedades de História Natural no Brasil Baltasar da Silva Lisboa escreveu:

Com effeito, se no tempo, que governavo o Rio de Janeiro o Excellentissimo Marquez de Lavradio, poderaõ nascer das consequencias de huma Sociedade Filozofica a hi entaõ erigida, e por elle protegida, naõ menos prodigiosos fructos, que os de constituir aquella Capital mais industrioza, masi populoza, e mais florente; que se naõ deve hoje esperar? He certo, que só depois de sua instituiçaõ foi, que a Academia de Stokolmo teve conhecimento das plantas do Brazil por hum selecto Hortario Braziliense, que lhe enviaraõ Manoel Joaquim de Paiva, e Jozé Henriques de Paiva: he naõ menos manifesto, que a esta Sociedade he que se deve a cultura do anil, coxonilha (...)⁷⁵

No *Discurso histórico*, Baltasar da Silva Lisboa fez referência aos gabinetes de curiosidades pertencentes a membros da aristocracia portuguesa, como o do Vice-Rei da Índia, o do Conde de Assumar, e o da Duqueza do Cadaval, “que conservava animais de

⁷⁵ LISBOA, Baltasar. Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural, acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil, 1786. In: DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas*. UFP – Curitiba, 2004.

quase todas as espécies”. As instruções de Vandelli, assim como as viagens filosóficas, atestam que o reino português inseria-se no movimento internacional de mobilização dos mundos através da história natural:

Houve pois sempre em todas as gentes da Europa mais ou menos gosto para os estudos da Natureza, e não só no que diz respeito á agricultura, mas em todas as mais partes da Filozofia Natural, as quaes afficadamente cultivamos, sendo constante da nossa historia, que neste genero haviaõ excellentes obra.⁷⁶

Segundo Baltasar da Silva Lisboa, “nenhuma arte ou sciencia pode mais efficadamente contribuir para o bem comum, como a da Filosofia Natural”. Ele se referiu às obras sobre história natural da Biblioteca Luzitana, citando nomes como Caetano de Brito Figueredo, Fr. Cristovão de Lisboa, Nicoláo de Oliveira, dentre outros. Explica que:

O infausto terremoto do I de Novembro de 1755” causou notórios danos ao acervo de História natural em Portugal e que “o Preclaro Rey o Senhor D. Jozé I entrou a formar outro Muzeu, com o seu Horto Botanico, em o qual teve por Inspetor o Sabio Wandeli meu Mestre, que com a fundação dos novos estudos foi creado lente de Historia Natural e Chimica em a Universidade de Coimbra⁷⁷.

Referendou D. José I como importante incentivador das ciências naturais, diz que este rei mandou “edificar soberbos edificios para os Gabinetes da Historia Natural e Física”, teria criado também laboratório de química e “um espaçoso Jardim Botânico” e incentivou o doutoramento de jovens enviando-os a viagens filosóficas⁷⁸.

Baltasar da Silva Lisboa citou alguns estudantes que se destacaram na atividade de naturalista, apesar de terem se dedicado a outras ciências, dentre estes, seu próprio irmão José da Silva Lisboa e outros como Visconde de Barbacena, Manoel Joaquim de Paiva, Estacio Gularte, Joaquim Veloso, Alexandre Ferreira e Joaquim de Amorim e Castro. Os relatórios feitos por esses intelectuais durante a formação na Universidade de Coimbra, bem como funcionários do Estado português, caso de alguns, compreendemos como uma prática científica no Brasil. Mostraremos a seguir a práxis de Baltasar Lisboa, sobretudo, os relatórios sobre a comarca de Ilhéus. O pensamento científico e técnico foi a principal característica das “luzes”. O modelo instituído pela Revolução Iluminista foi o mundo

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

daqueles que sabiam ler e podiam se comunicar verbalmente (Calazans, 1993: 96). O legado dessa revoluçao esclarece que não foi um fenômeno do povo, mas de uma elite intelectualizada.

2. PRÁTICA CIENTÍFICA NO BRASIL COLÔNIA

2.1. Relatório sobre a abertura de uma estrada

Baltasar da Silva Lisboa foi encarregado de aperfeiçoar uma estrada entre as vilas da Comarca de Ilhéus pela portaria de quatro de março, obedecendo a Carta Régia de vinte e quatro de fevereiro de 1808, dirigida ao excelentíssimo Conde da Ponte⁷⁹, então governador da Bahia. Segundo ele, esse empreendimento teve como objetivo facilitar o acesso à Capital, “tornando fáceis as comunicações entre longínquos e diferentes climas e povos” e representava o “selo da civilização e do progresso no Brasil.”⁸⁰

No relatório “*Abertura de uma estrada*”, são descritos aspectos físicos, geográficos e humanos das cerca de 20 vilas atingidas pelo projeto da estrada. Suas observações estavam centradas nas características econômicas e infra-estruturais das localidades, cujo projeto se referia a “todos os lugares da costa e terra firme por duzentas legoas desde a vila de Valença até o Rio Doce”. Neste percurso, ele pôs mais de 40 pontes de madeiras, além de barcas e canoas em diversos rios para permitir trânsito aos viajantes.

Segundo Silva Campos, o plano de abrir estradas na comarca de Ilhéus, através das matas asfixiantes que dificultavam as comunicações com o sertão, era há muito tempo interesse da população desta Comarca. Ele considerou que “nunca deixaram de compreender que tais matas e a in navegabilidade dos rios eram formidáveis entraves opostos à dilatação do povoamento e conquista da terra” (Campos, 1981: 233).

No relatório sobre a abertura de uma estrada de 1808, são descritas mais de vinte vilas, das quais destacamos apenas vinte e duas, considerando a coerência das informações apresentadas por Baltasar da Silva Lisboa acerca destas vilas no que diz respeito, sobretudo, a localização. A seguir, serão apresentadas as descrições de Baltasar da Silva Lisboa sobre as vilas de Valença, Cairu, Boypeba, São Paulo do Morro, Camamu, Santarém, Índios de Barcelos, Marahu, Invocação de São Sebastião, Barra do

⁷⁹ Nos anexos desta dissertação, encontra-se transcrito o documento *Ofício do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha, visconde de Anadia, João de Sá e Melo] sobre os cortes de madeira na referida comarca*. Lisboa, 17 de Julho de 1805, no qual Baltasar Lisboa explica sobre suas intenções da abertura de uma estrada e projetos iniciais podendo ser uma prévia deste empreendimento relatado na Memória de 1808.

⁸⁰ LISBOA, Baltasar. Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente por Baltasar da Silva Lisboa – 1808. In: Neves, Erivaldo (org.). *Caminhos do sertão*, p. 155.

Rio de Contas, Ilheos, Olivença, Barra de Belmonte, Santa Cruz, Porto Seguro, Trancozo, Joacema, Prado, S. Bernardo de Alcobaça, Caxoeira, Viçosa e S. Mateus.

Vila Nova de Valença

- Localização: Situada a duas léguas ao Sul do Presídio de São Paulo do Morro.
- Descrição: Mil fogos⁸¹, Igreja Matriz da invocação do coração de Jesus, cinco mil habitantes⁸².
- Atividades econômicas: Corte de madeiras, lavoura de arroz e café.
- Exportação: Vinte e cinco a trinta contos de réis.

Vila Cairu

Um das mais antigas vilas da comarca de Ilhéus⁸³

- Localização: Situa-se numa pequena ilha de um quarto de légua.
- Descrição: Possui apenas uma rua que é torta e sem saída, dois grandes edifícios, o primeiro consiste no Convento dos Franciscanos e o outro é a Igreja matriz da invocação de Nossa senhora do Rosário, três mil habitantes.
- Atividades econômicas: Corte de madeiras, lavoura de arroz, café e cacau.
- Exportação: Doze embarcações de giro no valor metálico de doze contos de réis.

Vila Boypeba ou Unboypeba

Uma das mais antigas povoações da comarca de Ilhéus

- Localização: Situada sobre uma colina em uma ilha que começa no Presídio do Morro.
- Descrição: Possui uma praça irregular, Igreja matriz da invocação do Divino Espírito Santo, dois mil habitantes.

⁸¹ O termo “fogos” designa uma moradia, um fogo era habitado por vários indivíduos (pais, escravos, agregados etc.).

⁸² Na *Memória sobre a comarca de Ilhéus*, Baltasar Lisboa informa que esta vila possuía dois mil habitantes, sendo a *Memória acerca da abertura de uma estrada*, posterior, podemos supor que ele tenha corrigido a informação. Segue: “Nos distritos dos cortes de Cairu (...) foi criada a Vila de Valença por Carta Regia de 11 de julho de 1799, separada a Vila do Cairu: se lhe deu por termo as povoações de Mapendipe até a Galé, que compreende 2.000 habitantes”. LISBOA, Baltasar. *Memória sobre a comarca de Ilhéus* - 1802. APEB - cx. 122. Doc. 24.002, p. 20.

⁸³ “(...) me parece dever dar a V.A. huma informação das duas diferentes Villas Cairu e Boipeba, (...) como por serem aquellas das mais antigas da Comarca dos Ilheos, e pela sua importância merecem a primeira consideração”. LISBOA, Baltasar. *Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente por Baltasar da Silva Lisboa* – 1808. BNRJ, maço 512 (58, doc.52), p. 05.

- Atividades econômicas: Plantação de mandioca, arroz, cascas de mangues para os curtumes, exportação de ananases e melancias.
- Exportação: Dois contos de réis.

Presídio de São Paulo do Morro

- Localização: Fica na altura de 13 graus e meio, sua posição de Morro tem uma iminência e grandeza quase perpendicular. O norte se sustenta em base piramidal, os seus lados se dirigem para o mar ficando a Costa para o Leste.
- Descrição: O forte se intitula S. Paulo flanqueia o mar da foz da ilha que se apresenta como um retângulo com 33 palmos de comprimento e 120 de largura. A sua entrada começa pela montanha, ficando no terreno fronteiro ao corpo da guarda com quartéis e face para o interior do terraplano. O forte contém paus de bandeira desgastados e desmontados, corpo da guarda com quartéis, armazém de armamento, tulha de farinha e outras oficinas, praça ou parada da Guarnição e, nesta, um oratório de taipa para os ofícios divinos, quartel do governador ou comandante do presídio e casa de pólvora.

Vila do Camamu

- Localização: É edificada sobre uma colina e fica na altura de 14 graus.
- Descrição: Mil fogos e seis mil habitantes.
- Atividades econômicas: Lavoura da mandioca, café, arroz, cana de açúcar.
- Exportação: Sessenta mil arrobas de café, seiscentos mil alqueires de farinha e dois mil alqueires de arroz. A soma dos gêneros em valor metálico chega a quarenta contos de réis.

Vila de Santarem⁸⁴

- Localização: Situa-se superior ao mar que é cortado de imensas ilhas.
- Descrição: Povoadada de índios e portugueses. Compõe-se de duzentos casais: metade índios e a outra parte de portugueses.
- Atividades econômicas: Plantação de mandioca e cultura de café.

⁸⁴ Atual município Ituberá.

Vila dos Índios de Barcelos

- Localização: Na margem oposta do Rio de Marahu, ao Norte, em um alto e vistoso monte.
- Descrição: A freguesia da invocação da Senhora das Candeias é o único edifício de pedra, consta da povoação de duzentos casais de índios e outros tantos portugueses.
- Atividades econômicas: Lavouras coloniais.
- Exportação: Farinha, mandioca, goma, arroz, aguardente, remos de voga de seis a doze mil dúzias de contas – quatro contos de réis.

Vila de Marahu

- Localização: Começando da Barra Grande do Camamu até os Sertões do Cauby e Caibro, ao Oeste fica próxima de três ilhas chamadas Da Cruz e a Leste de uma ilha chamada Formiga.

Vila da Invocação de S. Sebastião

- Localização: Situada em um monte à margem do Rio Taipu.
- Descrição: Dois mil habitantes, Igreja matriz, as matas de caibro são intactas e abundam de madeiras de construção.
- Atividades econômicas: Plantação de arroz e cana para se destilar em aguardente e mandioca.
- Exportação: Três a oito contos de réis.

Vila da Barra do Rio de Contas⁸⁵

- Localização: Situada à beira mar.
- Descrição: Possui dois mil habitantes e uma Igreja matriz do oráculo de S. Miguel. As matas que abordavam a área chamada Funis⁸⁶ se extinguiram na assoladora derrubada para a plantação de mandioca e são pouco férteis. Na área situada acima dos Funis, há “formosos” Vinháticos, Putumujus, Jacarandá e Pau-brasil.
- Atividades econômicas: Plantação de mandioca e tímida lavoura de arroz e café.

⁸⁵ Atual Itacaré.

⁸⁶ Funis é um lugar situado na Vila da Barra do Rio de Contas. “(...) diversos córregos engroçam a sua corrente; he navegavel ate o lugar chamado Funis onde as agoas parece esconderem-se de baixo das pedras (...)”. LISBOA, Baltasar. Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente por Baltasar da Silva Lisboa – 1808. *In*: Neves, Eivaldo (org.). *Caminhos do sertão*, p. 172.

- Exportação: Vinte contos de réis.

Vila dos Ilheos⁸⁷

Uma das primeiras povoações do país⁸⁸

- Localização: Está elegantemente edificada em campestres agradáveis em 14 graus e 45 minutos ao Sul. A sua natural posição é entre dois outeiros, um que olha para o Sul e outro para o Oeste. A vila foi formada em uma vargem alegre a borda d'água embelezada por coqueirais.
- Descrição: Duzentos e oitenta fogos e dois mil habitantes, “o terreno é fértil formado de humus, a que chamam massapé”, a viagem pelo Rio Tahype⁸⁹ “oferece a vista mais bela e agradável pelo aromático cheiro das baunilhas e de muitas belas plantas”⁹⁰. As matas são da melhor qualidade para as construções, nelas se encontram Jacarandá e Pau-brasil.
- Atividades econômicas: Tímida plantação de mandioca, café e arroz, e vivem sobretudo da pesca.
- Exportação: Produto de pescaria, corte de algumas toras de Jacarandá, sacos de arroz e feijão, potes de melado e vários centos de coco, totalizam quatro contos de réis.

⁸⁷ As informações sobre a vila de Ilhéus são condizentes nas duas memórias examinadas, a saber: *Memória sobre a Comarca de Ilhéus* e *Memória acerca da abertura de uma estrada*. Importante salientar que em ambos os documentos, Baltasar Lisboa exalta a beleza natural desta vila, bem como as potencialidades econômicas e conclui que esta se encontra em um estado de miséria por não se desenvolver “a indústria de seus habitantes”. Segue: “Tem a Vila dos Ilhéus cabeça da Comarca 280 fogos com 2.000 almas vivem aqueles povos em uma suma pobreza pela falta de braços para a lavoura e carecerem do comercio por não terem que exportar, se não algum Jacarandá, pouco arroz, peixe salgado, e alguns cocos, e farinha de mandioca (...)”. LISBOA, Baltasar. *Memória sobre a comarca de Ilhéus* - 1802. APEB - cx. 122. Doc. 24.002, p. 08.

⁸⁸ “(...) em consequência do que eu tenho dirigido hum novo caminho afastado da Costa que por campestres agradaveis huma legoa, se vai sair na planicie, onde elegantemente foi edificada a Villa dos Ilhéos, huma das primeiras povoações do Brazil, em 14 grãos e 45 minutos ao Sul”. LISBOA, Baltasar. *Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente por Baltasar da Silva Lisboa* – 1808. BNRJ, maço 512 (58, doc.52), p. 24.

⁸⁹ Na transcrição de Francisco Zorzo do documento *Memória acerca da abertura de uma estrada* que ocasionalmente vem sendo utilizada neste texto, lê-se: Rio Sahype. Porém, no original Baltasar Lisboa escreve Rio Tahype, valendo salientar que ele se refere a esse mesmo rio no documento *Memória sobre a Comarca de Ilhéus* aplicando a mesma escrita: Tahype. É possível que o transcritor tenha feito alterações referentes à atualização de informações, mas, como isso não foi anotado, apresentamos essa observação para que não haja nenhuma confusão ao leitor.

⁹⁰ LISBOA, Baltasar. *Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente por Baltasar da Silva Lisboa* – 1808. *In: Neves, Erivaldo (org.). Caminhos do sertão*, p. 176.

Vila de Olivença

- Localização: Situa-se em um monte alto, superior ao mar.
- Descrição: Uma Igreja e colégio que foi dos jesuítas da invocação da Senhora da Escada. Duas ruas cumpridas, quinhentos casais de índios que são sadios e ágeis para todo serviço. “Vivem a tornear contas, cocos, obras de tartaruga, de que a costa abunda desde o mês de dezembro até março”⁹¹.

Vila da Barra de Belmonte

- Localização: Localiza-se numa altura de 15 graus e 50 minutos ao Sul.
- Descrição: A vila é formada num formoso campo de uma milha de largura até o mar cercado de Rio para o Sul e Leste, possui três ruas e quatro travessas, Igreja Matriz da Senhora do Carmo com três altares feita de pedra. Cento e dezessete fogos com quatrocentos habitantes os quais são: sessenta e cinco casais de portugueses, vinte e um índios Means e trinta e quatro de língua geral.
- Atividades econômicas: Lavoura de milho e arroz.
- Exportação: Três mil alqueires de milho e trezentos de arroz.

Vila de Santa Cruz

- Localização: É estabelecida Norte a Sul sobre um alto monte com uma agradável vista para o mar.
- Descrição: As casas são edificadas em ruas regulares, a rua principal possui trinta e duas casas de telha e um sobrado, as demais ruas contabilizam cinquenta e nove casas. As terras do Sul são férteis enquanto as do Norte são mangues.
- Atividades econômicas: Lavoura de mandioca e pesca.
- Exportação: Quatro mil alqueires de mandioca e trinta mil pescados.

Vila de Porto Seguro

- Localização: Foi edificada em um monte e embelezada por um vasto campo de duas léguas Norte a Sul
- Descrição: Ruas regulares e largas, colégio jesuíta envelhecido, Igreja da Misericórdia (com serventias para o hospital), Igreja de S. Sebastião e um templo consagrado a Nossa Senhora da Penha com cinco altares. Cento e quarenta e cinco casas, dentre as quais muitas possuem sobrado. Os habitantes

⁹¹ LISBOA, Baltasar. Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente por Baltasar da Silva Lisboa – 1808. *In*: Neves, Erivaldo (org.). *Caminhos do sertão*, p. 178.

vivem na miséria, não lavram a terra e até carecem de farinha de mandioca, necessidade que é suprida por Santa Cruz ou Trancozo.

- Atividades econômicas: Principalmente a pesca.

Vila de Trancozo

- Localização: Situada em um alto monte distante do campo⁹² a um quarto de léguas.
- Descrição: Uma igreja matriz da invocação de S. João Batista, sete casas de telha dos índios e outras “tristes xoxas”. Compõe-se de trezentos índios e alguns portugueses.
- Atividades econômicas: Tímida plantação de mandioca, corte do jacarandá, potumuju e conduru que vendem a Porto Seguro e pescam tartarugas.

Vila de Joacema

- Descrição: Vila antiga e destroçada. Seu terreno é composto de montes argiláceos que forma uma muralha ao mar. Os montes de argila são de diversas cores matizadas e oferecem para sua extensão de 16 léguas um grande ramo de riqueza estabelecendo-se boas fábricas de porcelana naquele sítio para sortir todas as mesas do Brasil e até fora dele.

Vila do Prado

- Localização: Na altura de 17 graus e meio.
- Descrição: Igreja matriz, setenta e três casas, destas somente dezenove são de telhas, taipa e pilão. O terreno é um belo campo de uma légua de comprimento com lagos pelo meio. Existem quatrocentos e quarenta e cinco fogos em diversos sítios da lavoura entre índios e portugueses. “Habitão (...) os Pataxos, Manaxos, Manaás, Bucuins, Maxacary, Macaxás, Mongalas, e Buticudos: todos vivem em perfeita união a exepção dos Pataxos e Boticudos”⁹³.
- Atividade econômica: Lavoura de mandioca.
- Exportação: Quatro a seis mil alqueires de farinha.

⁹² No parágrafo que antecede essa informação Baltasar Lisboa se refere aos “campos que margeiam o riacho de Trancozo”.

⁹³ LISBOA, Baltasar. *Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente por Baltasar da Silva Lisboa* – 1808. BNRJ, maço 512 (58, doc.52), p. 46.

Vila de S. Bernardo de Alcobaça

- Localização: Situada entre a margem do Rio Doce e costa do mar 350 passos com três ruas que correm de Leste a Oeste.
- Descrição: Igreja matriz de madeira, possui poucas casas de telha e várias xoxas de índios. As terras são férteis.
- Atividade econômica: Apenas a lavoura de mandioca.
- Exportação: Quatro alqueires de farinha.

Vila de Caxoeira

Esta vila é a mais rica e elegante da comarca⁹⁴

- Localização: Próxima a foz do Rio Caravelas.
- Descrição: Bom templo, ruas regulares, doze mil habitantes, “abunda de todos os generos da Cidade e proprios de sustentar o gozo das pessoas ricas do paiz.”⁹⁵
- Atividades econômicas: Lavoura e pesca.
- Exportação: Cem mil alqueires de farinha e diversos víveres.

Vila de Viçosa

- Descrição: Uma pequena povoação de Índios e portugueses.
- Atividade econômica: Cultura de mandioca.
- Exportação: Dois alqueires de farinha.

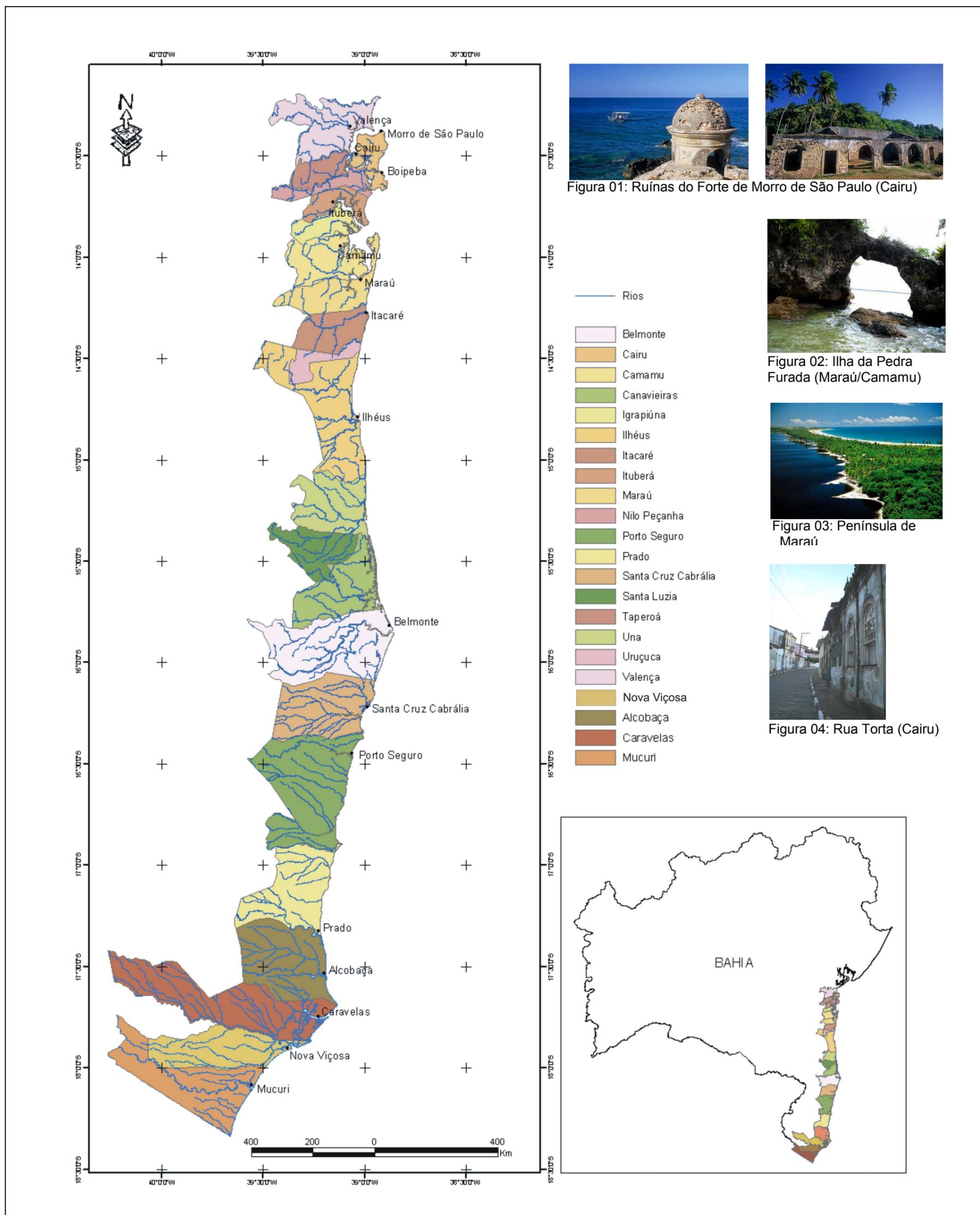
Vila de S. Mateus

- Localização: É edificada pelo interior do Rio Doce entre matos que a faz fúnebre e pouco alegre.
- Descrição: “A fertilidade do terreno atrahio aventureiros e dezertores que povoarão este lugar pouco sadio”. É um local quase inacessível.
- Atividade econômica: Plantação de mandioca.
- Exportação: Sessenta mil alqueires de farinha.

No território baiano, a estrada planejada por Baltasar Lisboa teve como ponto de partida o atual município de Valença, percorrendo todo o litoral Sul da Bahia até o município de Mucuri. O mapa abaixo mostra as localidades que foram visitadas e descritas por Baltasar da Silva Lisboa no século XIX.

⁹⁴ LISBOA, Baltasar. Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente por Baltasar da Silva Lisboa – 1808. *In*: Neves, Erivaldo (org.). *Caminhos do sertão*, p. 196.

⁹⁵ Idem.



⁹⁶ Mapa elaborado por Cristiano Uzêda, especialista em Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente (UEFS), utilizando dados do SRH – 2003/INGA.

Já mais se deve permitir a construção
de madeiras verdes, como na Bahia se praticou
com a Naó Principe do Brasil, e orçamente com
a Fragata, que está no estaleiro, pois que as peças
verdes empregadas, abrem os madeiros e fazem as cons-
truições defeituosas, parecendo por isso indispensa-
vel, que V. A. ordene, que já mais se dê principio
a alguma construção, em quanto toda a madeira
cortada, não estiver ao menos a secar hum anno,
nos seus respectivos depósitos, e estabelecendo se imut-
teravel providencia de se examinar por pessoas in-
telligentes, a perfeição das mesmas construições, pois
a Fazenda de V. A. sentio gravissimo prejuizo na

Ordem. Salazar da Ilha de Lisboa

(Recortes do manuscrito: Memória acerca da Abertura de uma Estrada pela costa desde a V.
de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente - 1808).

Baltasar Lisboa discursava acreditando ser um agente da ilustração no Brasil, cujo dever era “iluminar” os povos. Ele observava a flora, a fauna, os nativos, comparando aos da Europa. Falava a partir de uma posição cultural assumida como superior – a racionalidade Ocidental – e de um objetivo a ser pragmaticamente alcançado – o progresso econômico luso-brasileiro (Pádua, 2007: 65). Porém o modelo de civilização europeu não era inquestionável, pois considerou, por exemplo, que o império brasileiro teria uma elegância natural ausente na prostrada Europa, tomada por violentas agitações⁹⁷. Semelhantemente, José Bonifácio referiu-se ao Brasil como uma “nova lusitânia” e afirmou a “fundação da monarquia brasílica” como um novo evento que “fará uma época na história futura do universo”⁹⁸. De forma geral faltava à Europa a beleza e riqueza natural do Brasil, que carecia, por sua vez, de pessoas civilizadas como eram os europeus.

(...) nada disse sobre os costumes, porque bem sabido é, qual o dos Povos sem instrução e disciplina que sem cuidado do futuro nenhuma curiosidade os arrasta a tentativas, que lhes possam dar adiante grande conveniência; que só vem o presente e ligados aos seus inveterados costumes, fazem hoje o mesmo que os seus antepassados fizeram; que na carne do sertão, no peixe, e marisco estabelecem a principal e única sustentação, o pobre e o rico: um clima tão doce e temperado, um continente aberto, por vastos ramos do Oceano, cujas costas são abertas por bahias e barras, cheias de grandes e férteis Ilhas, regado de um grande numero de rios navegáveis muitas léguas pelo centro de suas matas, tem direito seus habitantes de representarem, que tais Países que tantos bens possuem e de cujos bosques alcansão todo o gênero de madeiras, os rios, o fino ouro e pedras, e as montanhas inacessíveis, minas, não foi destinado pela Providencia, se não para acelerar o progresso da sua civilização e comercio ⁹⁹.

José Bonifácio de Andrada expressou:

Graças à Divindade eram tão imensas matas. Mas com o andar dos séculos estes ricos tesouros, com que nos tinha dotado a mão liberal da natureza, foram diminuindo e acabando pelo aumento da povoação e da agricultura, e muito mais pela indolência, egoísmo e luxo desenfreado de precisões fictícia, que destruíam em um dia a obra de muitos séculos. É já tempo de acordarmos de tão profundo sono, e de refletirmos seriamente nos males que sofre Portugal pela falta de matas e arvoredos ¹⁰⁰.

⁹⁷ LISBOA, Baltasar. Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente por Baltasar da Silva Lisboa – 1808. In: Neves, Erivaldo (org.). *Caminhos do sertão*, p. 156.

⁹⁸ J.B.A. Silva. Discurso histórico perante a Academia Real das Ciências de Lisboa. *Apud*: Pádua, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, 2004, p. 143.

⁹⁹ LISBOA, Baltasar. *Memória sobre a comarca de Ilhéus - 1802*. APEB - cx. 122. Doc. 24.002, p. 22.

¹⁰⁰ J.B.A. “Representação... sobre a escravatura”. *Apud*: PÁDUA, J.A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, p. 138.

Pádua evidencia que afirmações como essa podem sugerir elementos de uma crítica à civilização européia, pois Bonifácio se definiu como “um paulista avezado à meditação dos antigos e enfadado dos horrores da moderna Europa” numa carta escrita em 1813 (Pádua, 2004: 138). A síntese ou solução proposta por Baltasar Lisboa para este conflito foi a educação dos povos do Brasil e a exploração responsável da Natureza visando a perduração dos recursos naturais.

Não há, em seu discurso, idéias de emancipação em sua vida política e social, conforme relatado por seus parentes¹⁰¹. Já Bonifácio, em sua crescente liderança política no Brasil, empreendeu a construção de um novo território brasileiro, rompendo com o pacto colonial e projetando uma reforma agrária, com a difusão de métodos agrônômicos modernos ambientalmente equilibrados. Ele fez isso em detrimento do modelo agrícola implantado pelo sistema colonial calcado na destruição do meio ambiente (Pádua, 2004: 147).

É interessante anotar que, partícipes de uma mesma tradição intelectual e possuidores de discursos semelhantes, estes dois intelectuais aparecem em lados extremos da história da nação brasileira. Baltasar da Silva Lisboa foi acusado de não apoiar a Independência do Brasil. Depois de se aposentar, Baltasar Lisboa permaneceu em Ilhéus fazendo observações naturalistas, porém as inimizades que cultivou durante sua carreira manifestaram claros desconfortos à sua tranquilidade.

Em 1820, foi acusado pelas Câmaras Municipais de Ilhéus por não apoiar a Independência do Brasil e, por esse motivo, foi preso e obrigado a jurar, em Salvador, sua fidelidade ao novo regime. Sofreu a mesma acusação dois anos depois, fato que o levou a viajar para o Rio de Janeiro e prestar esclarecimentos, pessoalmente, a José Bonifácio. Sabe-se que este não o recebeu, provavelmente por acreditar no posicionamento contrário de Baltasar Lisboa referente à Independência do Brasil. *A posteriori*, Baltasar Lisboa foi recebido por Bonifácio, mas especula-se que a indisponibilidade anterior deixou ressentimentos em Baltasar Lisboa¹⁰².

No discurso de Baltasar Lisboa, desde sua iniciação até a fase madura, há uma forte presença de crença intelectual e segurança na filosofia iluminista como inquestionável verdade universal. Essa é uma postura típica de um intelectual iluminista, mas não tão normal a quem se alinhava com as concepções de Rousseau. Na *Memória sobre a*

¹⁰¹ Ver capítulo I deste trabalho.

¹⁰² Cf. Calmon, Baltasar da Silva Lisboa. *Apud*: PÁDUA, J.A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, p. 169.

*comarca de Ilhéus*¹⁰³ Baltasar da Silva Lisboa apresenta a opinião de Buffon e de Rousseau sobre os índios¹⁰⁴ e fez comparações com os indígenas com os quais estava convivendo. Qual a relação intelecto-discursiva de Baltasar Lisboa e Jean Jacques Rousseau?

2.2. Os relatórios de Baltasar Lisboa & o discurso sobre a desigualdade de J.Jacques Rousseau: uma aproximação

A felicidade dos povos foi o fim sobre o qual se debruçaram os estudos e pesquisas empreendidas pelos iluministas¹⁰⁵. Essa felicidade estaria no desenvolvimento da civilização através do domínio da Natureza pelo uso da razão. Baltasar da Silva Lisboa considerou: “(...) Que esclarecendo o intendmento dos povos, os conduz pelo progresso da Civilização, a sua perfectibilidade e felicidade”¹⁰⁶. Conforme Rousseau, a evolução das produções do homem se deu a partir da capacidade humana de aperfeiçoar-se: perfectibilidade, cuja principal consequência foi a civilização. Essa capacidade de aperfeiçoamento diferencia os homens dos animais (Rousseau, 1991: 243).

No entanto, enquanto Rousseau vê a perfectibilidade como uma degeneração humana (Silva, 2007: 63), Baltasar Lisboa a entende como uma beneficência. Para o primeiro, os aperfeiçoamentos do homem fizeram-no sair de seu estado original e hoje está perdido em meio às turbulências da civilização, mas, para o outro, a perfectibilidade humana gerou a civilização que é o melhor estado do homem. Enquanto a América, para Rousseau, é uma imaginação que se dá a partir de leituras de viajantes, Baltasar Lisboa escreveu sobre e na própria América, que, para ele, representava uma realidade a ser comparada aos viajantes que o antecederam.

Na *Memória sobre a comarca de Ilhéus*, Baltasar da Silva Lisboa apresentou a opinião de Rousseau sobre os indígenas e, a partir da opinião desse intelectual bem

¹⁰³ Algumas citações desta memória estão transcritas considerando a grafia atual.

¹⁰⁴ Vale ressaltar que Rousseau compôs seu discurso sobre a desigualdade entre os homens utilizando informações de Buffon.

¹⁰⁵ “Quando o povo cresce em riqueza e sabedoria tanto mais se aumenta o poder publico, para manter a boa ordem e assegurar a felicidade geral dos povos”. B.S. Lisboa. Anais do Rio de Janeiro, vol. IV, p. 14. Apud: PÁDUA, J.A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, p. 172.

¹⁰⁶ LISBOA, Baltasar. *Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente por Baltasar da Silva Lisboa – 1808*. BNRJ, maço 512 (58, doc.52), p. 52.

como de Buffon, fez comparações com os indígenas com os quais ele estava convivendo. Baltasar Lisboa qualificou os nativos como ignorantes e desejou que estes se transformassem em povos civilizados, citou exemplos de saberes indígenas que poderiam ser aproveitados pelos europeus e entendia uma perda de tempo deixá-los como bichos nas matas:

Desejam a cultura dos seus filhos¹⁰⁷, e muitas vezes me rogaram que lhes desse um Diretor que os ensinasse; e o que mais me enteneceu, provocando-me até as lágrimas, foi ver com que alegria saudaram os Nossos Augustos Soberanos, quando lhes propus para irem 2 dos meninos aprenderem no reino as ciências naturais e se obrigavam a dar no Porto de embarque 20 dúzias de pranxoens de jacarandá, para as despesas da sustentação dos seus filhos, e passarem imediatamente a irem tirar os mesmos jacarandás, que lhes embargou hum mau cidadão déspota naqueles territórios Manuel da Silva Ferreira e o Exmo Governador recebendo em ar de riso demonstrações vivas que lhe expus daquelas desgraçados Índios, fez torna-los ao seu antigo estado: eles não tem hoje nem sacerdote, nem quem os dirija; a aguardente é a sua alegria e a sua mesma ruína e vão-se habituando a uma insubordinação consequência do estado quase selvagem em que estão e vivem¹⁰⁸.

Baltasar Lisboa diz que Rousseau entende que os homens chegavam “ao mais alto grau de dignidade e excelência” se não conhecessem “o estado de civilização”, pois a vida selvagem elevava a alma, a afabilidade e liberdade, valores que não mais se encontravam nas sociedades civilizadas. Contrapondo essa opinião à sua observação sobre os índios na comarca de Ilhéus, considerou que os mesmos possuíam as características descritas por Rousseau e concluiu que os índios em Ilhéus eram “indiferentes a todo o motivo de interesse, de gloria, de honra, e de reconhecimento: envelheciam sem sair da infância, manifestavam sua alegria por saltos e risos imoderados sem algum motivo”¹⁰⁹.

O estágio em que se encontravam os índios ou selvagens da América, segundo Rousseau, seria a melhor condição para os homens, pois “esse estado é a verdadeira juventude do mundo” (Rousseau, 1991: 264). Já Baltasar Lisboa, apesar de considerar que “indiferentes a todo o motivo de interesse, de gloria, de honra, e de reconhecimento: envelheciam sem sair da infância”¹¹⁰, este não era um estado para se apreciar e se adequar, como propunha Rousseau, ao contrário, era preciso “civiliza-los e salvar as

¹⁰⁷ O autor refere-se a índios que habitavam em Olivença.

¹⁰⁸ Idem, p. 10

¹⁰⁹ LISBOA, Baltasar. *Memória sobre a comarca de Ilhéus* - 1802. APEB - cx. 122. Doc. 24.002, p. 16.

¹¹⁰ Idem, p. 19.

suas almas”¹¹¹. A vida selvagem não lhe causava satisfação e, nos relatórios, demonstra intuito de possibilitar a educação dos índios, ensiná-los a prática da agricultura, encaminhando-os assim ao estado de civilização, multiplicando cada vez mais as suas necessidades e induzindo a comunicação e, conseqüentemente, a troca de saberes “industriosos”. Baltasar Lisboa não via os índios como seres menores, pois reconhecia que os conhecimentos europeus eram limitados em detrimento dos conhecimentos indígenas referentes à natureza do Brasil, e dava valor a isso, entendendo, por exemplo, que “muitas outras [plantas] ignoramos completamente, mas sabemos sim que os índios conhecem imensas que servem de antídoto contra inumeráveis enfermidades” (Pádua, 2004: 66).

Tanto para J.J-Rousseau quanto para Baltasar Lisboa a prática da agricultura é um dos procedimentos que conduziam a civilização, preconização fisiocrática da qual Rousseau foi contemporâneo das iniciais exposições, e Baltasar da Silva Lisboa teve um forte contato através de Vandelli. Algumas dessas considerações sobre a prática da agricultura:

A metalurgia e a agricultura foram as duas artes cuja invenção produziu essa grande revolução. Para o poeta, foram o ouro e a prata, mas para o filósofo foram o ferro e o trigo que civilizaram os homens e perderam o gênero humano. Tanto um como outro eram desconhecidos dos selvagens da América, os quais, por isso mesmo, sempre se mantiveram como tais; os outros povos parece mesmo que continuaram bárbaros enquanto praticaram uma dessas artes sem a outra (Rousseau, 1991: 265)

Saída progressivamente (a população de Cairu) da barbaridade para a civilização rotarão as terras para as terras para a plantação do arroz de Veneza, e mandioca, e outra classe de gente se ocupou tão utilmente, em exportar para a Metrópole, os generos, que se não consumam no paiz e importavão aquelles, de que carecião para se vestir honestamente, e com progresso da accumulção dos fundos, que fazião a sua riqueza os do luxo, que tem dado hum novo lustro e formozura a estes paizes, antes sepultados na barbaridade e indolencia.¹¹²

No discurso desses dois intelectuais, há uma clara posição antiescravista. Rousseau entende que a liberdade é uma condição natural “cujo valor só se percebe à medida que a própria pessoa usufrui delas e cujo gosto se perde assim que se perdem” (Rousseau, 1991: 272) e não é pelo aviltamento dos povos dominados que se devem julgar das disposições naturais do homem a favor ou contra a servidão, mas sim pelo prodígio realizado por todos os povos livres para se defenderem da opressão:

¹¹¹ LISBOA, Baltasar. Apud: PÁDUA, J.A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, p. 66.

¹¹² LISBOA, Baltasar. Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente por Baltasar da Silva Lisboa – 1808. In: Neves, Erivaldo (org.). *Caminhos do sertão*, p. 160.

Quando vejo multidões de selvagens nus desprezarem as volúpias européias e enfrentarem a fome, o fogo, o ferro e a morte para conservar somente sua independência, concluo não poderem ser os escravos os mais indicados para raciocinar sobre liberdade” (Idem: 273).

Esse iluminista francês expressou que não se deve pensar nos bens essenciais da natureza da mesma forma que se pensa o direito de propriedade, pois este último é apenas convenção e instituição humana e, por isso, qualquer homem pode a seu arbítrio dispor daquilo que possui, mas com a vida e a liberdade, bens essenciais da natureza, não acontece o mesmo pois “destituindo-se de um degrada-se o ser”. Rousseau considera que, para estabelecer a escravidão, precisou-se violentar a natureza, foi necessário modificá-la. Segundo ele, “os jurisconsultos que pronunciaram gravemente nascer o escravo o filho de um escravo resolveram, em outras palavras, que um homem não nasceria homem” (Idem: 275). A escravidão, cega obediência, para ele, é o último grau da desigualdade, uma vez que “o homem nasceu livre e em todas as partes encontra-se a ferros”. Notou que, em sua época, tudo se governava unicamente pela lei do mais forte.

Baltasar Lisboa condenou o trabalho escravo, principalmente, em seus últimos escritos¹¹³. Nos *Anais* sobre a história do Rio de Janeiro, criticou o fato de os africanos terem sido “arrancados por violência do seu país” e submetidos a viver “definhados na miséria e nudez” e suas mulheres, por sua vez, sendo “violentadas pelos próprios senhores” e “mais duramente tratadas pelo furor dos ciúmes de suas senhoras”, que exerceram sobre elas “barbaridades que o pejo e a decência impedem de referir”. Esses escravos, segundo a “voz da consciência e da boa razão”, deveriam ser considerados homens livres, não devendo “sofrer em nossa utilidade o destino das bestas.”¹¹⁴

Conforme Warren Dean, Baltasar Lisboa era um abolicionista, pois apoiou a extinção do tráfico escravo: “graças à filantropia dos ingleses”, estavam sendo tomadas providências para fazer desaparecer “este tráfico injusto e desumano”¹¹⁵. Expressou que “o brasileiro ‘não era menos ingrato, injusto e destrutivo para com sua própria espécie no modo como tratava com homens que eram seus escravos’, maltratando-os ‘com punições que assombravam toda a natureza’” (Dean, 1996: 158).

¹¹³ PÁDUA, J.A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista* (1786-1888), p. 66.

¹¹⁴ B.S. Lisboa. *Anais do Rio de Janeiro*, vol. III, p. 288 - 290. Apud: PÁDUA, J.A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista* (1786-1888), p. 171.

¹¹⁵ Idem, p. 291, 294. Apud: Idem, p. 172

Essa posição era compartilhada por outros de sua geração como Bonifácio, Rebouças e Nabuco. Defenderam a idéia de que enquanto vigorasse a escravidão não seria possível estabelecer uma relação saudável entre o homem e a terra no Brasil (Pádua, 2007:17): “Valem pouco as terras no Brasil da mais exuberante fertilidade, por não serem estas agricultadas por homens livres e industriosos”. Segundo ele, o país estava sendo civilizado por coisas e não por pessoas e o resultado disso era o prejuízo do desenvolvimento da lavoura (Idem: 171).

O discurso de Rousseau sobre a desigualdade entre os homens foi publicado em 1755. Neste texto, o autor descreve o homem em suas dimensões física, psicológica e moral no estado de natureza. Tendo como base teórica, principalmente, a História Natural de Buffon e relatos de viajantes, Rousseau construiu a seguinte hipótese: o homem no estado natural. Uma de suas perguntas básicas é: Quem é o homem e como distingui-lo dos animais? Essa distinção em primeiro lugar se dá pela liberdade, depois pela perfectibilidade e imaginação. Para Rousseau, diferente do que do que pensava os filósofos de seu tempo, Hobbes, por exemplo, o homem é naturalmente bom e foram os progressos e os conhecimentos que adquiriu que o colocou num estado de depravação:

Por mais que se admire a sociedade humana, não será menos verdadeiro que ela necessariamente leva os homens a se odiarem entre si à medida que seus interesses se cruzam, a aparentemente se prestarem serviços e a realmente se causarem todo os males imagináveis (Rousseau, 1991: 291).

A condição primeira para o estabelecimento da civilização, segundo ele, foram as relações entre os homens. A partir do momento em que passou a dominar elementos da Natureza e adequar a sua vida aos diferentes climas, o homem passou então a ter noção de relações e assim começou a refletir, possuindo “uma prudência maquinal, que lhe indicava as precauções mais necessárias a sua segurança”, e então, obteve consciência de sua superioridade em relação aos outros animais, sendo isso, um desenvolvimento.

Apesar da divergência de opiniões quanto ao valor moral da perfectibilidade, os dois os autores concordam que é pelas relações entre os homens que se institui a sociedade civil. Baltasar Lisboa, na *Memória acerca da abertura de uma estrada*, explica que os caminhos abertos tinham o objetivo de facilitar o acesso a Capital, “tornando fáceis as comunicações entre longínquos e diferentes climas e povos” e representando o “selo da civilização no Brasil”. Esta é uma clara aproximação entre os conceitos de civilização e relações entre os homens.

Conforme Bento Prado (1998), Rousseau ocupa um lugar excêntrico em seu século. Assim como os outros iluministas, ele escreve sobre a civilização e a aplicação da razão

humana objetivando a felicidade dos homens. Mas destoa destes ao denunciar o resultado caótico da civilização. Assim explicitou: “Quisera ter nascido num país em que o soberano e o povo só pudessem ter um único e mesmo interesse, a fim de que todos os movimentos da máquina tendessem sempre unicamente para a felicidade comum”¹¹⁶.

Maria Odila (1968) explica que os ilustrados luso-brasileiros se aproximaram da perspectiva iluminista de Voltaire e não de Rousseau. Pádua (2004) também sugeriu que Rousseau é pouco referenciado nesta tradição setecentista. No documento *Abertura de uma estrada*, Baltasar Lisboa segue uma perspectiva evolutiva das ciências semelhante ao desenvolvimento conceitual do termo perfectibilidade¹¹⁷ feita por Rousseau. Também qualifica os índios de forma muito parecida com as considerações deste iluminista francês e, de forma tímida, chega a ensaiar uma crítica ao modelo de civilização europeu.

Inclusive, como já foi dito, no documento *Memória sobre a comarca de Ilhéus* cita considerações de Rousseau sobre os índios para então começar a explicitar as condições dos povos indígenas que ele estava observando. Se as referências a Rousseau são fortuitas na tradição ilustrada luso-brasileira, Baltasar Lisboa, ao que parece, deve ser incluso nesta exceção.

Não podemos considerar que Baltasar Lisboa se sente um brasileiro, detentor de uma cultura não-européia, ao contrário, ele olha para a realidade brasileira através dos pressupostos europeus. Os índios são indolentes se comparados ao tipo de homem europeu. A agricultura é uma necessidade e nossos recursos naturais são lindos e infindos assim como explicitou outros viajantes antes dele, a exemplo do próprio relato de Pero Vaz de Caminha.

Com base nos relatos de Buffon, Jean Jacques Rousseau escreveu um discurso sobre a desigualdade entre os homens, criou uma hipótese, a metáfora “o homem no estado de Natureza” para revelar à civilização suas próprias contradições¹¹⁸. Baltasar Lisboa ao ler os escritos de Buffon, procurou andar pelas matas a fim de notar os costumes e valores dos índios que habitavam na região Sul da Bahia, porém sua atitude não é somente de

¹¹⁶ ROUSSEAU, J-J. À República de Genebra. In: *Discurso sobre a desigualdade entre os homens*. 5. ed. Nova Cultural, 1991, p. 217.

¹¹⁷ A civilização é resultado das relações entre os homens e foi pela perfectibilidade (capacidade humana de aperfeiçoar-se) que os homens passaram a viver em sociedade.

¹¹⁸ Ver MAN, Paul de. *Alegorias da leitura: Linguagem figurativa em Rousseau, Nietzsche, Rilke e Proust*. Trad. de Lenita R. Esteves. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

observação e reflexão, mas, sobretudo, de interferência. Não observa para escrever discursos tais como os de Rousseau, de forma geral, pesquisou para fazer relatórios que diziam respeito ao desenvolvimento econômico de Portugal.

Os elementos naturais nos textos de Rousseau despertam a força do sentimento, é a própria existência¹¹⁹. Para Baltasar Lisboa, denotam objetos que incentivam a exposição de sentimentos: “foi fundada a Villa (Ilhéus) em huma vargem alegre, a borda d’agoa, formozeada de Coqueiráes”¹²⁰. Os elementos da Natureza, em seu discurso, são importantes para a existência: “É a conservação das matas, o objeto da mais grande importância,(...), e destruídas e acabadas, aquelas (chuvas) deixarão de cair, (...); a lavoura será desamparada, os povos pobres, e desgraçados (...)”, mas denotam também obstáculos à civilização que deveriam ser superados através da abertura de uma estrada facilitando a comunicação entre pessoas.

O francês Jean Jacques Rousseau informou que expunha em seu discurso a origem e os progressos das desigualdades unicamente pelas luzes exclusivas da razão e independente dos dogmas sagrados (Rousseau, 1991: 282). O brasileiro Baltasar da Silva Lisboa explicitou que pretendia, através de suas pesquisas, “dominar a Natureza, pelas obras da intelligencia, que considera o Mundo, segundo as suas rellações phisicas, e moraes, e dá ao homem a verdadeira sabedoria do amor de Deos, e da Justiça (...)”¹²¹.

Para ambos, a civilização se dá por meio da prática da agricultura, a Natureza é o espelho da pureza humana, eleva os sentimentos. Os índios eram bárbaros, selvagens cheios de vícios advindos dos europeus. O Estado moderno não era capaz de gerir o equilíbrio entre o homem e a Natureza. Rousseau discursava de forma literária, filosófica com metáforas e digressões sugerindo a reflexão de seus leitores sobre os resultados da civilização (Man, 1996: 161). Baltasar Lisboa, por sua vez, discursava como um naturalista fazendo descrições concretas, críticas e sugestões sobre a utilização dos recursos naturais do Brasil. Uma de suas contribuições à cultura iluminista foi a criação de um plano de conservação da Mata Atlântica no Sul da Bahia, considerando a racionalidade nos cortes de madeiras.

¹¹⁹ “O sentimento é a dimensão fundamental da existência, e engloba de fato toda a vida afetiva e as emoções, e tem um papel chave na concepção moral de Rousseau, porque é por ele que nascem os conceitos morais”/ “Como a sensação pertence a vida animal, o sentimento, na medida em que é consciência, é o primeiro modo de existência humana. O nosso ser é dotado de sentimentos (...) que garantem a nossa conservação” (Silva, 2007: 47-8).

¹²⁰ LISBOA, Baltasar. *Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente por Baltasar da Silva Lisboa – 1808*. BNRJ, maço 512 (58, doc.52), p. 25.

¹²¹ Idem, p. 48

2.2. Crítica sobre os cortes de madeiras e a conservação da Mata Atlântica

Marcelo Dias (2007) traçou um panorama das estruturas econômicas e da dinâmica administrativa que se configuravam na capitania de Ilhéus ao longo do período colonial. Seguindo as pistas de Silva Campos, utilizou os manuscritos de Baltasar da Silva Lisboa como evidência histórica da dinâmica econômica em Ilhéus antes da cultura do cacau. A capitania de Ilhéus estava articulada ao maior mercado da Colônia – Salvador e seu Recôncavo – além de manter ligações comerciais diretas com a África e com o Reino (Dias, 2007: 114). Dias (2007) informa ainda que a peculiaridade de Ilhéus consistia em exportar produtos de subsistência como farinha de mandioca e madeiras de lei que não eram produtos de destaque nas exportações baianas a exemplo do açúcar e o tabaco (Dias, 2007: 115). Relacionando a abertura de estradas com a dinâmica econômica na comarca de Ilhéus, este autor explicitou:

Uma outra alternativa econômica na Capitania de Ilhéus era a atividade extrativista. A vila de Cairu teve a expansão de seu comércio e da sua produção agrícola amparada, em grande parte, nos negócios da madeira, responsáveis, inclusive, pela abertura das poucas estradas que complementavam os circuitos fluviais de transporte. (Dias, 2007: 114)

Importante salientar que, na *Memória sobre a comarca de Ilhéus*, Baltasar Lisboa cita mais de cinquenta rios, são eles: Furado, Esperança¹²², Tahype¹²³, De Contas, Tacaré, De Santa Anna, Sahuipe, Coroa Grande, Hitaype ou Geitmana, Messú, De Bambepe, Aqui, Panuma, Carapitanguí ou Taipaba, Maruhy, Una, Arassarri¹²⁴, Messó,

¹²² “Do Pontal do Amorim corre o Rio em linha oblíqua à pedra chamada “Pimenta” com a largura de 11 braças ao rumo de Noroeste, ângulo 15° e 15’ desta pedra tirada uma linha se topa a entrada de outro Rio por Furado apelidado (...) que dos Padres tomou o nome, para o Rio conhecido do nome “Esperança”. O Rio da Esperança ou Fundão não é menos fértil de madeiras de construção e ainda do pau brasil, e da parte do Norte e Sul da Cachoeira tem vinháticos e putumujus. (LISBOA, Baltasar. *Memória sobre a comarca de Ilhéus* - 1802. APEB - cx. 122. doc. 24.002, p. 1).

¹²³ “Nasce nas caxoeiras de Almada, que com os riachos das Serras que circulão a Famosa agoa, que aí existe, férteis vargens, que a bordeam: a Barra só dá entrada a canoas, e pequenas lanchas, que se devem desviar dos bancos de areia próximos aos Pontaes”. (LISBOA, Baltasar. *Memória sobre a comarca de Ilhéus* - 1802. APEB - cx. 122. Doc. 24.002, p. 3)

¹²⁴ “O Rio Arassarri fica uma légua adiante do Messó, e nasce do Rio Maruhy, e este da Serra das Bataracas e deságua no Rio de Una, cobertas suas margens de todo o gênero de madeiras de construção: légua e quarto adiante do Arassarri fica o Rio Una que do Sicorá do Rio de Contas, e navegando muitos dias de viagem se não topa com o seu nascimento, e com o Rio Maruhy fazem barra no mar com 7 palmos d’gua na baixamar; a barra é de areia, e se fecha com os Lestes, e abre-se com os Sues, sudoeste”. (LISBOA, Baltasar. *Memória sobre a comarca de Ilhéus* - 1802. APEB - cx. 122. Doc. 24.002, p.11).

Comandatuba, Puxim, Patipe ou Pardo, Salgado¹²⁵, Da Salsa, Da Embuça, Belmonte ou Peu-Assú, Limpo, Mamoán, De Sagi, Tijuhype, Jacaré, Jeribucasu, Piracanga Salgado, Cauby, Carapitangui, Taipú, De Marahú, Paratigi, Serinharem¹²⁶, Carapitangui, Acarahy, Cachoeira da vila, Matepera, Conduru, Caibo, Do Campo, Mutum, Da Mata, Igrapiúna¹²⁷, De Jequié, Jordão, Da Gamboa, Tanhega ou Tororó, Sambaúma, Do Pacubu, Caratingui, Aubim, Grande, De Peixe e Das Almas¹²⁸ e Dendezeiro e També.

Os cortes de madeiras eram feitos, sobretudo, por índios e também por escravos negros (Dias, 2007: 85). As madeiras mais citadas na *Memória sobre a comarca de Ilhéus* são: Pau-brasil, Vinháticos¹²⁹, Putumujus¹³⁰, Jacarandás¹³¹ e Sicupiras¹³². A

¹²⁵ “Onde deságua o Patipe, que é uma restinga do mar, seguindo a Costa por fora, e o rio por dentro, até sair de uma barra a outra, ficando no meio a Ilha chamada do Patipe, cuja barra mostra constantemente ter 9 palmos d’água na baixamar, com 30 braças de largo, com canal de leste, e volta para sudeste a caminho do Sul”. (Idem)

¹²⁶ “Ao norte da Coroa grande, fica o Rio Serinharem bastantemente fundo na sua embocadura, e dá o nome, a esta Barra, com o fundo de 12 palmos, na preamar. Na Costeira dos Tubarões se encontra hum baixo de pedra chamado Sorocusú que na língua dos Índios exprime – maré que bate na pedra e ronca – e a costa prossegue até a ponta de São Miguel, da qual segue um banco de areia, procurando a Ilha do Quiepe; passados aqueles baixos dando-se resguardo até dobrar a ponta da Ilha, onde vem desembocar o Rio Igrapiúna com bom fundo, fronteiro à Ilha do Camamu”. (LISBOA, Baltasar. *Memória sobre a comarca de Ilhéus* - 1802. APEB - cx. 122. Doc. 24.002, p.16)

¹²⁷ “Aqueles matas de Igrapiuna no lugar da povoação e Freguesia estão destruídas em distancia de 2 leguas, e é tão abundante de madeiras de construção, que em um pequeno roçado mais de 150 paus de construção foram por mim vistos abraçados em uma vestoria, a que procedi”. (LISBOA, Baltasar. *Memória sobre a comarca de Ilhéus* - 1802. APEB - cx. 122. Doc. 24.002, p.17)

¹²⁸ “Onde parece que a Natureza os plantou com preferência a todos a todas as mais árvores selvagens, e de pouco ou nenhum préstimo empregando a sua benfeitoria mão na produção daquelas estimáveis árvores e do pau Brasil, de que soberbamente enriqueceo aquelles bosques (...) casais de Ilhéus, que não podem neles permanecer sem derrubar e assolar a ferro e fogo tão belas árvores para estabelecerem a plantação da mandioca, de cuja farinha se devem sustentar”. (LISBOA, Baltasar. *Memória sobre a comarca de Ilhéus* - 1802. APEB - cx. 122. Doc. 24.002, p.21).

¹²⁹ “He das arvores mais elegantes e magestozas das matas; chega a 150 palmos de cumprimento, a 32 de grossura; florece em Dezembro pelos galhos que se cobrem de flores em espigas cumpridas, brancas miudissimas. Serve para cintados, alcaixes, e taboados de cobertas, e obras das Salas: para serem duráveis as obras, se carece pregar as taboas com pregos de cobre; porque os de ferro abrem com a ferrugem buracos no lugar pregado: o vinhático pezado, que vai ao fundo, e que não pode vir por agoa, senão depois de ser o pranxão exposto sies mezes ao Sol, he de melhor qualidade, a madeira revessa, são variegadas as suas cores com fitas de carmim, luzentes e bellas”. (LISBOA, Baltasar. *Riquezas do Brasil em madeiras de construção*, 1823. Revista IGHB- Bahia. N.52-1926, p. 258).

¹³⁰ “He das bellas e lindas arvores dos Bosques, que se entranha muitas legoas no interior sobre os rios centraes de 100 a mais palmos de cumprimento, de 16 a 24 palmos de grosso; florece em gosto com grandes espigas cor de ouro no lado opposto dos ramos; serve a madeira para cintado grosso dos grandes Navios, e outras obras; os taboados são indestructiveis, mesmo expostos ao sol; elle iguala ao Teke da Ásia, e se une ao prego, que o conserva; serve igualmente em todas as obras de ornato das salas, e architectura: o Putumuju pezado he mais lindo na variedade de cores, que o agemado e esbranquecendo”. (LISBOA, Baltasar. *Riquezas do Brasil em madeiras de construção*, 1823. Revista IGHB- Bahia. N.52-1926, p. 252)

¹³¹ “He arvore de 60 e mais palmos, com 2 a 16 de grossura e mais: florece em Setembro; por entre as articulações dos ramos em ramalhetes dá botões pardos claros; serve para todas as obras de decorações e

indústria madeireira que se instalou na capitania de Ilhéus incluía, além das atividades primárias como a extração e o falquejo, o beneficiamento de peças até sua forma final para o uso na construção naval:

As referências que aparecem na documentação nos informam sobre a existência de muitos estaleiros particulares, de onde saíam embarcações de pequeno porte prontas para movimentarem os circuitos comerciais vicinais e regionais. Também fabricavam quilhas, leames, cavernames, chanfrões, remos, mastros, tabuados para cascos etc. para embarcações de médio e grande porte a serem montadas nas ribeiras de Salvador e de Lisboa (Dias, 2007: 158).

Dean (1996) considerou que a indústria madeireira era de interesse central da Coroa, sobretudo por conta da construção de navios, pois dizia respeito tanto a defesa do império como ao aumento do comércio:

Em meados do século XVIII, contudo, havia começado a se organizar uma grande indústria de construção naval em Salvador, no arsenal e estaleiros reais e me estaleiros privados. Navios de guerra e mercantes construídos na Bahia constituíam, no final do século, a maior parte da frota sob bandeira portuguesa. A madeira para esses navios era obtida em Pernambuco e Alagoas e no sul da Bahia, nas ex-capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. Ali, grandes extensões de floresta primária persistiram até o fim do século XVIII, mesmo à beira-mar, onde as aldeias jesuítas ou povos tribais tivessem sobrevivido ou resistido às invasões (Dean, 1996:151).

Baltasar Lisboa assegurava os interesses da Coroa portuguesa na indústria madeireira no Sul da Bahia e, ao mesmo tempo, era admirado por seus conhecimentos em História Natural que o fazia construir discursos relativos à conservação das matas de Ilhéus. Dean o considerou “(..) extraordinariamente ativo e leal à Coroa, foi motivado por um compromisso com a conservação daquilo que ele chamava ‘este sublime celeiro da Natureza’” (Dean, 1996: 152). O posicionamento de Baltasar Lisboa foi de harmonizar os interesses do Estado português às necessidades vitais das matas. Notou que estas estavam em um processo de extinção e isso causaria graves danos tanto a economia do Estado quanto aos Povos do Brasil.

ornatos das Salas; a sua cor he preta luzente”. (LISBOA, Baltasar. Riquezas do Brasil em madeiras de construção, 1823. Revista IGHB- Bahia. N.52-1926, p. 243)

¹³² “He huma arvore de 100 e mais palmos de cumprido, com 8, 10 e mais de grossura; depois de se despir das folhas em Julho e Agosto, florece em Setembro e Outubro de ramalhetes de flores, que cada ramo contem 15 a 20 flores; serve a madeira para o liame dos Navios, rodas de machina, e poliame; o sumo he contra o veneno das Jacarandás; os banhos do seo cozimento adstringente servem para moléstias chamadas – Currimentos -, e em bebida contra o mal venereo e molestia: cutaneas chama-se a madeira Sucupiramerim”. (LISBOA, Baltasar. Riquezas do Brasil em madeiras de construção, 1823. Revista IGHB- Bahia. N.52-1926, p. 255)

Num ofício datado de 1805 direcionado ao Visconde de Anadia, então secretário da marinha, sobre os cortes de madeira na comarca de Ilhéus, Baltasar Lisboa relatou a insatisfação de proprietários particulares com o estabelecimento de regras para os cortes das madeiras. Ele fez uma retrospectiva histórica sobre o início da devastação das matas e sugeriu que a Coroa tomasse enérgicas medidas contra a “destruição enormemente nos países do Brasil”, pois já há quase um século se cortavam madeiras, sem os devidos cuidados e precauções, na comarca de Ilhéus. Antes, diz ele, os bosques eram mais abundantes e preservados pelos Aimorés, e, uma vez estes foram dominados, não se levou em consideração à necessidade de se continuar a preservação das matas, começou-se então sua ruína, “entrou-se a conhecer aquella mal, o estrago das matas”¹³³. Sugeriu então um plano de controle nos cortes das madeiras em Ilhéus.

Baltasar Lisboa criticou o método que estava sendo utilizado antes de sua gestão mostrando o quanto este era prejudicial, pois “(...) quando se derrubavam, a arvore caia, e escalava dez, doze que a gravidade do peso na queda as fazia ceder: que estas arvores escaladas ficavam perdidas”, ao invés de “páos galivados deixão cortados nas matas, o que hé inútil” devia-se atentar para o fato de que “muitas delas se poderiam aproveitar para embarcações mais pequenas (...)”¹³⁴.

No relatório sobre a *Abertura de uma estrada*, Baltasar Lisboa apontou as localidades propícias ao corte de madeira e referendou a aplicação da inteligência para se obter cortes regulares e proveitosos. Também no relatório ao Visconde de Anadia, considerou que o “onus imposto nas propriedades da conservação dos páos Reaes, he a todas as luzes de huma necessidade absoluta”, e era necessário que a Coroa exigisse que os particulares conservassem as matas:

O entrarem nas matas reservadas a sua vontade para cortarem os páos Reaes, seria permitir o mais intoleravel abuso, e huma vez, que os particulares tiverem aquella graça, impunemente praticarão todo o genero de assolamento dos bosques.¹³⁵

¹³³ Ofício do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha, visconde de Anadia, João de Sá e Melo] sobre os cortes de madeira na referida comarca. Lisboa, 17 de Julho de 1805. Transcrição anexa a esta dissertação.

¹³⁴ LISBOA, Baltasar da Silva. *Memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus, cortes de madeiras etc, regulamento dos cortes e estado atual ...por Baltasar da Silva Lisboa* – 1803, P.8.

¹³⁵ Ofício do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha, visconde de Anadia, João de Sá e Melo] sobre os cortes de madeira na referida comarca. Lisboa, 17 de Julho de 1805.

Sugeriu ainda que se possibilitassem “os meios de poder fazer as replantações das arvores dos bosques”, pois ao mesmo tempo que perduraria a Natureza também a Coroa continuaria “fazendo os córtes uteis, e rendosos a Real Fazenda”. Era necessário, porém, que os cortes fossem baseados em “Leys de hum systema agronomo proprio do local, para que as arvores cortadas sejam proveitosamente empregadas.”¹³⁶ Para se obter um bom proveito dos cortes, Baltasar Lisboa aconselhou que as madeiras fossem cortadas e armazenadas em celeiros construídos “segundo a arte tem demonstrada a utilidade”, pois assim as preservariam “do ar, das chuvas dos efluvios que sahem da terra, que lhes communica os principios da sua dissolução e destruição, enormemente nos paes do Brasil quentes e humidos.”¹³⁷ Seu posicionamento de total preocupação com o assolamento dos bosques pode ser interpretado a partir da seguinte consideração:

He a conservação das matas o objecto da mais grande importância, não só pela irreparavel perda dos mosntruosos páos derrubados e queimados, de que a Marinha e o Serviço público ficao privados, como porque os metéoros e efluvios nellas formados dao nascimento as periodicas chuvas; que fazem o pais doce e fertil, e destruidas e acabadas, aquellas deixarão de cahir, e de regar a terra, tornando os bellos terrenos áridos e infecundos; a lavoura será desamparada, os Povos pobres, e desgraçados, e a Marinha sentirá huma perda incalculavel¹³⁸.

Pádua (2004) explica que a “teoria do dessecamento”, que pode ser notada nesta citação, possuía uma ampla discussão nesse período. José Bonifácio, por exemplo, advertiu, em 1823, sobre a falta das “chuvas fecundantes” que poderia reduzir o belo território brasileiro aos desertos das Líbia. Essa teoria versava sobre os riscos das mudanças climáticas antropicamente induzidas e a relação entre a destruição da vegetação nativa com a redução da umidade, das chuvas e dos mananciais de água. Esse autor esclarece ainda que, apesar de haver enfoques como esse desde o pensamento antigo, o estabelecimento dessa concepção em bases sólidas deu-se no final do século XVII e início do XVIII, através das investigações realizadas em Cambridge por Jonh Woodward e Stephen Hales e na Academia de Ciências e no Jardim du Roi por Buffon e Duhamel (Pádua, 2004: 46).

¹³⁶ Ofício do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha, visconde de Anadia, João de Sá e Melo] sobre os cortes de madeira na referida comarca. Lisboa, 17 de Julho de 1805.

¹³⁷ Ofício do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha, visconde de Anadia, João de Sá e Melo] sobre os cortes de madeira na referida comarca. Lisboa, 17 de Julho de 1805.

¹³⁸ Idem.

Desde os primeiros momentos da colonização do Brasil a convivência com a Mata Atlântica marcou a formação da economia e da sociedade brasileira. No começo do século XVI quando os europeus chegaram pela primeira vez ao nosso território, o tamanho da massa verde que cobria o litoral do Nordeste ao Sul do país, podendo penetrar de cem a quinhentos quilômetros no interior, devia estar em torno de 130 milhões de hectares (Pádua, 2004: 15). Excluindo as áreas que cobrem o território do Paraguai e Argentina, teríamos cerca de 127 milhões de hectares em solos brasileiros (Rocha, 2005: 225). Existem na Mata Atlântica árvores com mais de cem anos, outras de circunferência muito grande, podem ser muito mais velhas, com idade até mil anos, há árvores que se elevam a trinta e cinco metros ou mais (Dean, 1996: 32).

A abundância de recursos naturais pasmou os europeus mas não os seduziu. Para Caio Prado (1972), o “sentido da colonização” do Brasil foi o desenvolvimento econômico de Portugal calcado no capitalismo comercial europeu. Segundo ele, “todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou chamar dos ‘descobrimientos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu” (Prado, 1972: 22). A riqueza natural do Brasil foi fascinante aos olhos do colonizador, mas o fascínio durou pouco frente aos interesses que conduziram à colonização. A Mata Atlântica como um todo era um obstáculo aos interesses de Portugal, apenas algumas de suas peculiaridades interessavam ao colonizador:

A Mata Atlântica, em toda a sua beleza e diversidade, não era mais que um obstáculo ao plantio da cana, refletindo assim a percepção dos agentes da economia colonial, para quem a abertura contínua da fronteira, através de queimadas, representava a maneira mais fácil e barata de avançar (Pádua, 2004: 15).

(...) incapazes de compreender intelectualmente a magnitude de sua descoberta, os portugueses tropeçaram em um meio continente, movidos por cobiça e virtude, sem se deixarem levar por compaixão ou mesmo por curiosidade. A Mata Atlântica os deixava impassível ou atônitos. Por diversas vezes penetraram-na, e traziam apenas relatos delirantes sobre esmeraldas e ouro. Produziram tamanha devastação entre seus irmãos que, no prazo de um século, quase todos aqueles com quem haviam se deparado estavam mortos e suas sociedades em ruínas. Esse foi o começo, a fundação do povoamento, da colonização e do império, de uma civilização transferida e imposta. (Dean, 1996: 60)

A Mata Atlântica brasileira representa hoje um dos biomas terrestres mais biodiversos¹³⁹ do planeta e, ao mesmo tempo, um dos mais ameaçados pela ação

¹³⁹ Conforme o artigo 2 da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 05 a 14 de junho de 1992, diversidade biológica constitui “a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte,

antrópica, restando cerca de 7% de sua cobertura original. Está incluída, atualmente, em análise feita pela *Conservation International*, na lista das vinte e cinco áreas de maior prioridade para conservação da biodiversidade do globo. Mais da metade do Corredor Ecológico do Descobrimento encontra-se no Estado da Bahia e se estende da Baía de Todos os Santos ao Sul do Estado do Espírito Santo (Franke, 2005: 17).

Presentemente temos certeza que as florestas não são infinitas e cabe observarmos a quais advertências estamos surdos, atentarmos aos discursos que estão procurando manter o *status quo* e os indivíduos que se interessam pela situação vigente. É verdade que as palavras são descontínuas, mas com certeza a Natureza não. O que foi feito no passado tem interferido diretamente nos homens atuais. Warren Dean foi um dos primeiros a apontar esta questão na comunidade da História, e expressou:

Existe algo a aprender com as transformações que se operaram nesse grande platô durante 10 mil anos de ocupação humana? Porque não tentar escrever a história de uma floresta, de um domínio ameaçado da natureza cujo desaparecimento em sua maior parte ocorreu em uma época histórica? Será possível uma história da floresta? Talvez não. A história tradicionalmente trata de ambições, satisfações e frustrações humanas. Como pode haver um relato da “história” de outras espécies quando devemos supor suas ações careciam de qualquer outra intenção além de procriar e sobreviver? Seria mais cômodo afirmar que outras espécies nessa planície sombria não podem desempenhar qualquer papel no teatro da história humana salvo o de cenário, mesmo quando a peça é sobre a eliminação do cenário. A natureza ainda quando a ambição humana se volta contra ela, continua a ser um objeto (Dean, 1996: 20).

Na década de 1970, surgiu a maior parte das disposições jurídicas ambientais brasileiras, as quais juntamente com os grupos ambientalistas têm induzido a evolução do Direito Ambiental no plano legislativo. Guilhardes de Jesus (2003) nos informa que a Constituição Federal de 1988, além de consagrar diversos institutos voltados para a proteção ambiental, dedicou todo um capítulo destinado à disciplina da relação do cidadão brasileiro com o meio. Essa constituição, no artigo 225, declara o meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum de todos e impõe, tanto ao poder público quanto à coletividade, o dever de zelar pela proteção do meio ambiente. No referido artigo, são declarados, como patrimônio nacional, diversos ecossistemas existentes no território brasileiro, como a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira (JESUS, 2003: 10). Este mesmo autor salienta a importância da participação da sociedade civil, através

compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies e de ecossistemas”. Esta convenção foi assinada por 181 países, e ratificada por 168, incluindo o Brasil (Maia, 2005: 379).

de mecanismos de pressão social, pois, apesar da evolução jurídica no âmbito das disposições ambientais brasileiras, não se tem verificado sua plena aplicação.

Faz-se necessária a interação entre os diversos saberes científicos, ou melhor, a interdisciplinaridade não somente como uma teoria formulada e sempre renovada pelos acadêmicos a serem propostas na sociedade, mas sua aplicação no âmbito da própria universidade. Aos historiadores, por exemplo, além de olhar a história de “baixo para cima”, referendar as pessoas comuns, as dinâmicas do cotidiano ao invés de somente contar a versão das elites, cabe também notar o planeta terra, as paisagens naturais como “um agente e uma presença na história” (Worster, 1991: 198/215).

Freire e Greca (2004) numa crítica leitura de Boaventura de Sousa Santos (2000) expressam que este autor expõe a necessidade de mostrar o papel que a ciência tem cumprido na sociedade e ele evoca a utopia da transformação social. Para Santos (2000) estaríamos num modelo de racionalidade científica em crise, pois, a promessa da dominação da Natureza em benefício comum da humanidade a qual induzia à idéia de uma sociedade mais justa e livre através das riquezas alcançadas mediante o desenvolvimento tecnológico obtido a partir da ciência não tem acontecido (Freire e Greca, 2004: 350). Uma das perspectivas de Santos (2000) apud Freire e Greca (2004: 353) é que o desenvolvimento científico não tem sido acompanhado de questionamentos sobre que tipo de ciência tem sido feita. E a maior contribuição de exercer esse critério de apreciação é a formação de cidadãos críticos que possam questionar os produtos culturais de seu tempo e ser capazes de co-construir um novo paradigma de conhecimento científico, um paradigma que se caracterize por um “conhecimento prudente para uma vida decente”.

Se uns parecem sustentar, de modo convincente, que a ciência moderna é a solução dos nossos problemas, outros parecem defender, com igual persuasão, que a ciência moderna é ela própria parte de nossos problemas... Qual das imagens é verdadeira? Ambas e nenhuma. É esta a ambigüidade e a complexidade da situação do tempo presente (SANTOS, 2000. *Apud*: FREIRE; GRECA, 2004: 350).

Paisagem e Memória, do escritor britânico Simon Schama, é um romance que versa sobre a relação entre homem e a Natureza. A obra nos conduz para uma visão da irremediável mudança que os homens operaram desde os tempos antigos na paisagem natural. O autor ameniza a culpabilidade dos homens do presente pelo caos ecológico argumentando que as noções de “morte na Natureza” são construções da mente, palavras que, em breve, seriam substituídas por outras palavras: “A antiga Mesopotâmia

sem saber gerou o calor global”. O autor conclama a criatividade: “Precisamos de novos mitos da criação para reparar os danos causados por nosso abuso despreocupado e mecânico da Natureza e restaurar o equilíbrio entre o homem e os demais organismos com os quais ele partilha o planeta” (Schama, 1945: 24).

Não há saídas, a destruição da Natureza mudou nossa paisagem definitivamente. Em seu lugar teórico Simon Schama (1945) procura fazer seu papel de criar histórias que aliviem o espírito humano, mitos que expliquem o real, mas não deixa de esclarecer: “perguntar se um novo conjunto de mitos é realmente, o remédio que o médico prescreveria para os nossos males não equivale a negar a seriedade de nossa situação ecológica, nem a urgência de reparos e reformas necessários”. Seu romance procura mostrar o que ainda existe na Natureza para ser notado e vivenciado ao invés de olhar o passado e incentivar a angústia no presente.

O otimismo de Simon Schama (1945) não impede que Clio, a musa da História, continue a desvendar o passado e mostrar aos homens no presente suas ignorâncias e irresponsabilidades com a Natureza. No Brasil, por exemplo, é hora de se assumir uma postura de educação, conscientização e resultante aplicação da justiça no que diz respeito às questões ambientais. Os historiadores das ciências naturais e historiadores ambientais devem continuar a cumprir seu papel de alertar a sociedade para a efetiva ação de proteção ao meio ambiente. Romance e Realidade são excludentes? Não. Reflexão e ação são complementares. E como desabafou Schama, “se demonstrar que (...) o remédio para os nossos males pode vir de dentro de nosso universo mental comum, então este livro talvez não tenha sido um completo desperdício de boa polpa da madeira” (Schama, 1945:29). Apesar de sugerir otimismo, informa: “guarde-o [o romance] na prateleira entre otimismo e pessimismo” (Schama, 1945: 29).

O valor que atribuímos à biodiversidade tem sido conduzido por uma lógica capitalista utilitarista. Sarkar (2005) sugere uma antropologia defensora da conservação da biodiversidade em contraposição à forma como tem sido tratada nos diversos departamentos públicos, destituída de valor humano: “*The result is an anthropocentric defense of biodiversity conservation, but this anthropocentrism is tempered by an appreciation of the fact that biodiversity does not have the sort of human value that is routinely traded in the marketplace*” (Sarkar, 2005: 75). Assumindo uma posição existencialista afirma que “a biodiversidade é similar a liberdade humana” e expõe que o valor dado aos recursos naturais nos espaços públicos não é como importância

intrínseca ao homem, ao contrário, direciona-se o valor da biodiversidade a partir de uma lógica de mercado:

We are supposed to believe that we can order our preferences for different features of biodiversity on the same scale on which we place the cost of bread and beer. In the framework of traditional economic theory, this is the assumption that there is a single “utility function” that captures all of our values and that the rational course of action is to attempt to maximize this function (Sakar, 2005: 79).

Para Baltasar da Silva Lisboa, a Mata Atlântica era um “sublime celeiro da Natureza”, lugar onde a “Natureza quis ocultar naqueles paraísos, onde parece que em nenhuma outra parte do mundo procurou manifestar tanto o seu poder.”¹⁴⁰ O conhecimento ilustrado permitiria aos homens interferirem na Natureza com inteligência, levando em consideração a fé cristã e a prática da agricultura. Os povos através das artes, do comércio, fariam descobertas úteis a Portugal, deixando à geração futura riquezas e lembranças resultantes do benéfico trabalho. A acumulação da riqueza pública, segundo ele, indicava as bases sólidas da perpetuação do Estado. As ciências, as artes, a agricultura e todos os tipos de riquezas sociais propiciavam o gozo e felicidade dos povos. Compreender seu discurso pressupõe notarmos a dinâmica entre o homem e o meio ambiente no tempo de forma crítica e histórica.

Esperamos que nesta breve exposição o leitor possa ter observado o passado da Mata Atlântica que é hoje um bioma sob proteção ambiental. Não devemos adiar um comprometimento com a conservação dos recursos naturais do Brasil. Será que a Natureza é objeto de estudo da história? Se só podemos, hoje, evocar paisagens naturais brasileiras de forma vaga e melancólica¹⁴¹ com certeza isso já é memória e conseqüentemente também é história.

¹⁴⁰ LISBOA, Baltasar. *Apud*: PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, 2004, p. 66.

¹⁴¹ Referência à consideração de Nicolau Sevcenko em *O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. Revista USP*. Junho/ agosto 1996, p. 119.

PARA NÃO CONCLUIR...

Ao descrever os empreendimentos de sua administração nos cortes de madeiras em Ilhéus, Baltasar Lisboa manifestou uma peculiaridade intelectual no que diz respeito ao fervor pela defesa da conservação das matas, valorização do conhecimento indígena e consideração da opinião de Rousseau como referência teórica, visto que os portugueses hostilizavam Rousseau por sua antipatia ao despotismo esclarecido.

A política de conservação das matas aplicada por Baltasar Lisboa incentivava um total controle estatal nos cortes das madeiras em Ilhéus através de um sistema que considerasse as necessidades vitais dos bosques. As considerações referentes aos índios são acompanhadas por termos e opiniões consideradas na atualidade como preconceituosas e pejorativas. No entanto, cabe referendar que Baltasar Lisboa partilhava da civilização européia. Sua formação e desenvolvimento intelectual tiveram como lugar a Europa. Sua especificidade foi de não se limitar a repetir o conhecimento europeu produzindo saber a partir dos problemas referentes ao Brasil.

Baltasar da Silva Lisboa tem sido referendado pela historiografia das ciências como importante enaltecido da História Natural no Brasil. A aplicação desta ciência na realidade brasileira consistia numa forma de satisfazer os interesses comerciais de Portugal sem prejudicar o desenvolvimento vital da Natureza. Apesar de ser irmão de José da Silva Lisboa, principal representante do liberalismo brasileiro, não dividiu com ele o interesse pela total liberdade de comércio, assim como esse outro não compartilhava com Baltasar Lisboa os estudos sobre as matas e conservação dos recursos naturais.

O lugar social de Baltasar da Silva Lisboa é como juiz e naturalista designado pelo Estado português na época das “luzes”. Como homem de ciência, atuou principalmente na botânica e mineralogia. Muitos outros trabalhos têm citado Baltasar da Silva Lisboa e utilizado seus manuscritos como uma espécie de bússola para inúmeros objetos de pesquisa desse contexto. Maria Odila (1968) resumiu a importância de Baltasar Lisboa qualificando o *Discurso histórico* como “espelho de uma geração”. Existem muitos outros intelectuais brasileiros além de Baltasar da Silva Lisboa a serem pesquisados, a historiografia, bem como, os arquivos estão à espera de visitas.

O estudo das memórias e correspondências referentes a Baltasar Lisboa suscita perguntas aos homens no presente. Que discursos estamos fazendo sobre a Natureza e porque eles estão sendo construídos? Aplicamos a inteligência no domínio da Natureza?

Ao menos através dessas memórias podemos imaginar o passado e refletir sobre a realidade que aos poucos se torna apenas história.

Com este trabalho esperamos despertar a curiosidade pela história da Natureza brasileira e a vontade de pensar, refletir e pesquisar sobre os discursos que temos feito ao longo da história sobre as matas, águas e outros recursos naturais. Convidamos os acadêmicos a deixarem suas zonas de conforto e partirem para uma maior interação entre os saberes dentro na universidade, especialmente aos historiadores de formação a considerarem os estudos das ciências naturais, sobretudo, da história dos recursos naturais no Brasil, cotidiano objeto de pesquisa.

Acreditamos que as reflexões e informações acerca dos recursos naturais no Brasil poderão contribuir na educação e conscientização da população sobre a importância da conservação dos recursos naturais como medida importante para a perduração da espécie humana na terra. Estamos em um processo de evidência internacional, a Amazônia está em disputa, a Mata Atlântica num claro processo de degradação e os cidadãos brasileiros seguem sem possuírem opinião acerca desses processos globalizantes que afetam diretamente nossa infra e super- estrutura.

Como historiadores pós Marc Bloch não temos compromisso com uma verdade, mas com publicação de historicizações que ajudem os indivíduos a compreenderem o presente através de dinâmicas do passado: “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (Bloch, 2002: 65).

Não nos iludimos que as informações contidas neste trabalho seja a verdade, ao contrário, desejamos propiciar o debate e que novos delineamentos teóricos continuem a dar significado a existência humana...

FONTES:

Correspondências:

Officio do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual participa ter dado as ordens necessarias para o dr. Baltasar da Silva Lisboa tomar posse do logar de ouvidor da comarca dos Ilhéos. Bahia, 10 de novembro de 1797. AHU/APEB, Cx.90 doc. 17.487

Officio do Governador D. Fernando Jose de Portugal para D. Rodrigo de Souza Coutinho, no qual communica que prestará todo o auxilio ao Ouvidor da Comarca dos Ilhéos, o Dr. Baltasar da Silva Lisboa, para organizar as colecções dos productos da Capitania. Bahia, 12 de dezembro de 1797. AHU/ APEB, Cx.90 doc. 17.530

Officio do ouvidor Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual se refere à criação e pesca das tartarugas e à descoberta de ambargris na praia do Tacaré. Cairú, 22 de agosto de 1799. AHU/ APEB Cx.101 doc. 19.726

Officio do Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual se refere à erecção da villa de Nova Valença do Santíssimo Coração de Jesus e participa que brevemente alli fixaria a sua residência official para mais facilmente exercer a fiscalisação do córte de madeiras. Cairú 2 de setembro de 1799. AHU/ APEB Cx. 101 doc. 19.720-19.721.

Attestado do Ouvidor da Comarca dos Ilhéos, Baltasar da Silva Lisboa. Em que affirma o zelo e préstimo do Sargento-mor Domingos Álvares Branco Moniz. Camamú, 16 de novembro de 1799. AHU/ APEB Cx. 106 doc. 20.760

Officio do Governador D.Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual participa ter communicado ao Ouvidor da comarca dos Ilhéos Baltasar da Silva Lisboa, conservador das mattas reaes, que podia continuar a residir na casa, que antecedentemente habitava. Bahia, 23 de agosto de 1800. AHU/ APEB Cx. 107 doc. 20.819

Officio do Juiz conservador Baltasar da Silva Lisboa, para Domingos Álvares Branco Moniz Barreto, no qual lhe agradece a oferta a que se refere o documento antecedente. Valença, 5 de setembro de 1800. AHU/ APEB Cx. 107 doc. 20.864

Officio do governador do Presídio do Morro Domingos Álvares Branco Moniz Barreto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual lhe participa ter mandado offerecer ao Juiz conservador das mattas os terrenos que possuía nas margens do Rio Jacaré, para os aproveitar em pastagens para os gados. Morro, 17 de setembro de 1800. AHU/ APEB Cx. 107 doc. 20.863

Portaria do Juiz Conservador das mattas Baltasar da Silva Lisboa, dirigida ao comandante do Presídio de S. Paulo do Morro, sobre o serviço dos cortes das madeiras. Villa de Valença, 4 de junho de 1800. AHU/ APEB Cx.106 doc. 20.761

Offício do Juiz Conservador das matas Baltasar da Silva Lisboa para o governador interino da Bahia, no qual informa que nada conseguira das sementeiras de teça com o maior cuidado e interesse. Baía, 23 de janeiro de 1802. AHU/APEB Cx. 119 doc. 23.567.

Offício do Juiz Conservador das mattas Baltasar da Silva Lisboa, no qual informa sobre a cultura do *Morus Popyfero* e o resultado das experiencias a que procedera. Valença, 16 de fevereiro de 1802. AHU/ APEB Cx. 119 doc. 23.586-23.594.

Ofício do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha, visconde de Anadia, João de Sá e Melo] sobre os scortes de madeira na referida comarca. Lisboa, 17 de Julho de 1805. AHU/ APEB Cx. 237 doc. 16.331

Carta particular de Domingos Alves Branco Moniz Barreto para o Visconde de Anadia, em que lhe pede para ser ouvido, no caso de o ex-conservador das Mattas Baltasar da Silva Lisboa apresentar superiormente qualquer queixa a seu respeito. Bahia, 18 de julho de 1805. AHU/ APEB Cx. 137 doc. 27.369

Memórias:

LISBOA, Baltasar. Memória acerca da Abertura de uma Estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente – 1808. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, maço 512 (58, doc.52).

_____. Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes de madeiras, regulamento dos cortes e estado atual ... por Baltasar da Silva Lisboa, 1803, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, f. 8, ms. 512 (56, doc. 24).

_____. Memória sobre a comarca de Ilhéus - 1802. AHU/ APEB - cx. 122. doc. 24.002.

_____. Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria – 1823. Revista IGHB- Bahia. N.52-1926.

_____. Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural, acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil, 1786. In: DA CRUZ, Ana Lúcia. Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas. UFP – Curitiba, 2004.

MUNIZ, Domingos Álvares. Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (ano provável 1800). Ms 512 (47, doc. 2).

Biografias:

BELLEGARDE, Pedro De Álcantara. Elogio Historico Do Fallecido Socio Honorário o Conselheiro Baltasar Da Silva Lisboa. RIHGB 1840, tomo 2 (suplemento): 34-39.

LISBOA, Bento da Silva. Biografia do conselheiro Baltasar da Silva Lisboa. Revista IHGB. N.2, 1840.

_____. Biografia de José da Silva Lisboa. Revista IHGB, 1839. P. 238-46.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Volume XXVIII. Editorial Enciclopédia limitada. Lisboa. Rio de Janeiro, 1945.p.874. (Gabinete português de leitura – Salvador – Ba)

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. p. 376 – 378.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ricardo. NASCIMENTO, William. *Baianos nos Tribunais Superiores do Brasil: Da Casa da Suplicação ao Supremo Tribunal Federal*. Salvador: Edição do autor, 2008.

BARBOSA, Elyana. As repercussões das teorias da relatividade de Einstein e da mecânica ondulatória no pensamento contemporâneo: Bachelard e Foucault. In: Dias, André Mattedi (org) (et al). *Perspectivas em epistemologias e histórias das ciências*. Feira de Santana: UEFS, 1997.

BLOCH, Marc. *Apologia da História* ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: Usos & abusos da história oral. Orgs. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 5ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: A revolução francesa da historiografia (1929-1968)*. 7ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

CALAZANS. F.J. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2ed. São Paulo: Ática, 1993.

CAMPOS, Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de cultura, 1981.

CARVALHO, Delgado de. *História Documental: moderna e contemporânea*. Rio de Janeiro, Record, 1976.

- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- DA SILVA, Clarete. *O desvendar do grande livro da natureza*. São Paulo: Annablume, 2002.
- DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas*. UFP – Curitiba, 2004
- DANTES, Maria Amélia. Fases da implantação da Ciência no Brasil. *Quipu*, vol.5.n.2. maio – agosto de 1988. pp. 265-275.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIAS, Marcelo Henrique. CARRARA, Ângelo. (orgs). *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.
- _____. *Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. UFF- Niterói, 2007.
- DIAS, Maria Odila. *Aspectos da Ilustração no Brasil*. Revista do IHGB, primeiro trimestre: 105-70, 1968.
- DRUMMOND, José Augusto. *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991.
- DIAS, André Luís Mattedi. *Uma crítica aos fundamentos do ensino autoritário e reprodutivo da matemática*. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação. Dissertação de mestrado, 1994.
- FERRONE, Vincenzo. O homem de ciência. In: VOVELLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Capítulo V. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- FIGUEREDO, Carlos (org.). *100 discursos históricos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FONSECA, Maria Rachel (et al). As atividades do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva em sua “fase portuguesa” (1780-1819). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. 11(3): 685-711, set.-dez. 2004
- FRANKE, Carlos Roberto (et al) (org.). *Mata Atlântica e Biodiversidade*. Salvador: EDUFBA, 2005
- FREIRE, Olival. GRECA, Ileana. A “crítica forte” da ciência e implicações para a educação em ciências. *Ciência & educação*, v. 10, n. 3, p. 343-361, 2004.

- GAUER, Ruth. *A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- JESUS, Guilhardes Jr. Direito ambiental: espaço de construção da cidadania. *Diké - Revista do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Estadual de Santa Cruz* – Edição 2001.
- KANTOR, Íris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo: Hucitec/ Salvador: Centro de estudos baianos – UFBA, 2004.
- KURY, Lorelai. Homens de Ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol 11 (supplement): 109 – 20, 2004.
- LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*. São Paulo, EDUSC, 2001.
- LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: Usos & abusos da história oral. Orgs. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 5ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- LOPES, M. Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MAIA, Margareth. Políticas ambientais e a conservação da biodiversidade no Brasil. In: FRANKE, Carlos Roberto (et al) (org.). *Mata Atlântica e Biodiversidade*. Salvador: EDUFBA, 2005
- MAN, Paul de. *Alegorias da leitura: Linguagem figurativa em Rousseau, Nietzsche, Rilke e Proust*. Trad. de Lenita R. Esteves. Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- MAHONY, Mary Ann. *The world cacao made: society, politics and history in Southern Bahia, Brazil, 1822-1919*. Yale: Dissertation of the degree of doctor of Philosophy. Yale University, 1996.
- MARQUES, José Oscar (Org.). *Reflexos de Rousseau*. São Paulo: Humanitas, 2007
- MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. Tradução Paulo Roberto Banhara. São Paulo: Escala – Coleção grandes obras do pensamento universal – 77.
- MOREL, Marco. *Cipriano Barata na sentinela da liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.
- NEDER, Gizlene. *Coimbra e os Juristas brasileiros, 1992*. In: www.historia.uff/artigos/neder_coimbra.pdf. P.4. Consulta em 04/05/2008.
- NEVES, Erivaldo. MIGUEL, Antonieta (orgs). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Editora Arcádia, 2007.
- OLIVEIRA, Luís Valente. RICUPERO, Rubens (orgs). *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Senac, 2007.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. Defensores da Mata Atlântica no Brasil Colônia. *Revista Nossa História*. Ano 1.n.06. Abr – 2004.

PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG/ Unicamp*, vol. 6, n.1, 1996, p 3-56.

PRADO, JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

POLANCO, Xavier. World-Science: How is the history of World-Science to be Written?. *Science and empires*, 1992.

_____. La ciência como ficcion: historia y contexto. In: J.J. Saldana (ed). El perfil de la ciência em la América. México: Sociedade Latino Americana de historia de lãs ciências e de la tecnologia. *Cuadernos Quipu*, 1986, p. 41-46.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*, Campinas, SP. [s.n.], 2006.

PEREIRA, Magnus R. M. Brasileiros a serviço do Império; a África vista por naturais do Brasil, no século XVIII. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, v.33, 1999.

PEREIRA, Rodrigo. *O papel de Francisco Nunes da Costa no processo de regulamentação dos reais cortes de madeira na Comarca de Ilhéus: 1780-1792*. Monografia de graduação – CEDOC – UESC, 2006.

RAMINELLI, Ronald. Baltasar da Silva Lisboa : a honra e os apuros do juiz naturalista. In : VAINFAS, Ronaldo (org) (et al). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro, 2006.

ROCHA, (org). *Visconde de Cairu*. 34 ed. São Paulo, 2001.

ROCHA, Rui Barbosa. Evolução e perspectivas dos usos da terra na Mata Atlântica. In: FRANKE, Carlos Roberto (et al) (org.). *Mata Atlântica e Biodiversidade*. Salvador: EDUFBA, 2005

ROUSSEAU, J.J. *A origem da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Escala, 2005.

_____. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Trad. de Fulvia M. L. Moretto, Campinas, Editora da UNICAMP, 1998.

SANTANA, José Carlos Barreto de. *Euclides da Cunha e as ciências naturais*. São Paulo: Hucitec – Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 3ed. São Paulo: Cortez, 2000.

- SARKAR, Sahotra. *Biodiversity and Environmental Philosophy: An Introduction*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. Por uma historiografia da reflexão. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. *Revista USP*. São Paulo (30) 108- 119, junho/ agosto 1996.
- SEIGNOBOS, Charles. *História da Civilização Européia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.
- SILVA, Genildo. Moral e sentimento em J.-J.Rousseau. In: MARQUES, José Oscar (Org.). *Reflexos de Rousseau*. São Paulo: Humanitas, 2007.
- VARELA, Alex Gonçalves. “*Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português*”: *Filósofo natural e homem público – Uma análise das memórias científicas do Ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Geociências-UNICAMP, 2001.
- _____. *A atuação do naturalista Manuel Ferreira da Câmara na ilustração portuguesa: o cargo de consultor do governo português para os assuntos de minas e metalurgia*. Disponível em: www.ige.unicamp.br/simposioensino/artigos/001.pdf. Consultado em 15/05/2008.
- VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- VOLTAIRE. *Os Pensadores*. Tradução de Marilena Chauí (et al). 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- VOVELLE, Michel (org.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p. 198-215.

ANA PAULA DOS SANTOS LIMA

**PRÁTICA CIENTÍFICA NO BRASIL - COLÔNIA:
ILUSTRADO LUSO-BRASILEIRO A SERVIÇO DA NATUREZA
(1786-1808)**

ANEXOS

Orientador: José Carlos Barreto de Santana

Salvador / Feira de Santana

**Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências
UFBA/ UEFS**

Agosto de 2008

INDÍCE

ANEXOS	98
ANEXO - A_Lista de documentos referentes a Baltasar da Silva Lisboa	100
ANEXO – B Transcrição: Ofício do Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre a pesca de tartarugas, 1799.	109
ANEXO - C Transcrição: Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Souza Coutinho, no qual comunica que prestará todo o auxílio ao Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa, para organizar as coleções dos produtos da Capitania, 1797.	111
ANEXO – D Transcrição: Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual participa ter dado as ordens necessarias para o dr. Baltasar da Silva Lisboa tomar posse do logar de ouvidor da comarca dos Ilhéos, 1797	113
ANEXO - E Transcrição: Ofício do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao secretário de estado dos Negócios da Marinha, visconde de Anadia, os cortes de madeira na referida comarca, 1805.	115
ANEXO – F Transcrição: Discurso Historico, Politico, e economico dos progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portugueza, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brazil. Offerecido a Sua Alteza Real o Serenissimo PRINCIPE Nosso Senhor Pelo Humilde Vassalo Balthazar Da Silva Lisboa Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra e Oppositor aos lugares de Letras, 1786. In: DA CRUZ, Ana Lúcia. <i>Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas</i> . Curitiba, 2004.....	115

ANEXO - A

Lista de documentos referentes a Baltasar da Silva Lisboa

- **Relatórios de Viagens**

-Memória sobre a analyse do carvão de pedra de Buarcos e extração da caparroza da mesma mina. 1789. ACL, Ms 378.1.

-Viagens feitas à ordem do ex.mo Sr. Bispo conde no paiz de Coja em o anno de 1782 pelo seu mais humilde servo Baltasar da Silva Lisboa graduado na Faculdade de Leis e oppositor aos lugares de Letras. 1782. 61 folhas. BUC – Cód. 2549.

-Viagem que de Coimbra à Villa de Coja fez no anno de 1782 o Doutor Baltasar da Silva Lisboa. Offerecida ao Ex.mo e R.mo Snr. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, do Conselho de Sua Mag. E Bispo de Coimbra, Conde de Arganil e Senhor Donatário da mesma Villa de Coja. ACL, Série Vermelha, 697, p.21-42.

-Relatório dando noticia sceintifica da existência e condições de ferro encontrado nos riachos de bendeijó, cabeceira do rio Cachoeira, e do carvão de pedra da mina descoberta do rio Cotegipe. 1813.

- Viagem a parte da Comarca de Ilheos na capitania da Bahia. ACL, Manuscrito azul, 374, p.285-302.

- **Relatórios sobre Ilhéus**

-Memória sobre os cortes das árvores do Brasil, e os melhores meyoys de preparar as suas madeiras para mais durarem e conservarem as suas boas qualidades. ACL – série azul, 17, n. 8 p.175-180.

-Memória sobre a comarca de S. Jorge dos Ilheos. Cayrú, 1799.20 folhas. BNRJ. 8,2,6: ACL, azul mss. 1764. Publicado pela Memórias Econômicas sa Academia de Ciências de Lisboa, 1ª série, t. IX, 1825.

-Memória acerca da abertura de uma estrada pela costa, desde a villa de Valença da Bahia até ao Rio Doce apresentada ao príncipe regente pelo desembargador Baltasar da Silva Lisboa em cumprimento de sua commissão. 1808. BNRJ. maço 512 (58, doc.52) 104 páginas.

-Memória sobre as matas de Ilhéus, cortes das madeiras, ordens que a este respeito se tem expedido; regulamento dos referidos cortes, e Estado atual desta dependência, até o dia 1 de Agosto de 1803 approx., 2docs originais, 43 f. maço 58. n.6373, BNRJ.

-Comarca dos Ilheos: nothicia extrahida da informação do ouvidor Baltasar da Silva Lisboa. 1813. 4 folhas. IHGB.

¹⁴² Os documentos referentes ao Rio de Janeiro foram localizados por Ermelinda Pataca e essa listagem encontra-se disponível em PATACA, E.M. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*, Campinas, SP. [s.n.], 2006. Acrescentamos documentos relativos à Bahia nesta lista.

-Capítulo 3º sobre as cautelas convenientes, estribadas nos princípios agrônomos dos cortes de madeiras. 20 folhas. BNRJ.

-Ensaio da Física Vegetal dos Bosques de Ilheos. Escrito entre 1801 e 1803. 271 folhas. 51 desenhos aquarelados desdobráveis. BNL – Reservados, F.R. 860. Há uma cópia deste manuscrito na Biblioteca da Imprensa Nacional com o título Memória sobre os bosques comarca de Ilhéus.

-Phisyca dos bosques de Ilheos. IHGB

-Princípios de Physica vegetal para servir de preliminar ao estudo dos cortes de madeiras. 27 folhas. BNRJ.

-Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria . IHGB

- **Correspondências ativas**

-Carta para Domingos Vandelli sobre as descobertas em sua viagem à coja. Coja, 12 de Agosto de 1781. *Apud*, Ayres (1927: 191 – 192)

-Requerimento de Baltasar da Silva Lisboa à rainha [D. Maria], solicitando provisões correspondentes ao cargo de juiz de fora do Rio de Janeiro, no qual foi nomeado, conforme o praticado com seus antecessores. Anterior a 15/9/1786. AHU - Rio de Janeiro, Cx 128, D. 10220.

-Ofício de Baltasar da Silva Lisboa para Martinho de Melo e Castro sobre ter tomado posse em 16 de Abril do ano corrente e como lhe fora ordenado, tem feito vistoria natural naquele Estado; no momento está examinando a ilha das cobras e que tem entregue as amostras das pedras encontradas ao vice-rei do Estado do Brasil [Luis de Vasconcelos e Sousa]; solicitando esclarecimento sobre se deve servir também como juiz da Alfândega da mesma cidade. Rio de Janeiro, 15/5/1787. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 129, D. 10295.

-Carta para Martinho de Melo e Castro agradecendo a sua nomeação; elogiando o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa informando que já deu inicio aos exames na ilha das Cobras; bem como as averiguações sobre a moral e política do pais, que posteriormente remeterá. Rio de Janeiro, 15/6/1787. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 129, D. 10304.

-Ofício para Martinho de Melo e Castro sobre estar se dedicando às averiguações na ilha que toca ao seu trabalho como juiz de Fora tem encontrado tudo desordenado, sendo que os eclesiásticos não dão conta dos rendimentos das fabricas das igrejas aos provedores, além de fazerem praças e leilões usurpando a jurisdição real. Rio de Janeiro, 2/10/1787. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 130, D. 10378.

-Ofício para Martinho de Melo e Castro, remetendo memória contendo informações sobre a História Natural do Rio de Janeiro, cuja importância de seus recursos naturais poderiam contribuir para o aumento das rendas da Fazenda Real; relatando os conflitos de jurisdição ocorridos entre os juizes de Fora e os ouvidores do Crime daquela capitania, contribuindo para o aparecimento de uma sociedade sem limites e sem autoridade praticados pelos eclesiásticos daquele Bispado, arrogando a jurisdição real, desencaminhando os rendimentos das fabricas das Igrejas e cometendo extorsões contra Intendências do Ouro das minas, como

reconhecimento pelos serviços prestados. Anexo: memória. Rio de Janeiro, 1/1/1788. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 131, D. 10401.

-Ofício para Martinho de Melo e Castro sobre os trabalhos que tem feito na área de História Natural, sendo os resultados sempre remetidos para o reino da forma já estabelecida; queixando-se das descomposturas feitas pelos ministros da Relação do Rio de Janeiro à sua pessoa no que diz respeito ao envio de material juntado nas suas viagens. Rio de Janeiro, 11/8/1789. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 134, D. 10671.

-Ofício para Martinho de Melo e Castro, sobre os trabalhos que têm feito relativos à História Natural, bem como de uns estudos que remeterá à Corte acerca do estado da terra, do comércio, da agricultura e da história eclesiástica do Brasil; pedindo que as críticas à sua pessoa, feitas por Luis de Vasconcelos e Sousa, sejam examinadas cuidadosamente, mandando-se ouvir pessoas que conheçam sua conduta. Rio de Janeiro, 16/1/1790. AHU. Rio de Janeiro, CX. 135, D. 10732.

-Carta sobre ter remetido para a corte, através do capitão do navio Aurora, os mapas da viagem feita à serra dos Órgãos e pelo capitão do navio Viriato um caixote verde com as conchas apanhadas nas praias do Rio de Janeiro e seu recôncavo; informando, ainda, que continua com os trabalhos da história do Brasil que logo enviará pelo capitão de mar e guerra Pedro Mariz, quando este retornar a Lisboa. Rio de Janeiro, 22/2/1790. AHU. Rio de Janeiro, Cx.145, doc. 9 (numeração antiga).

-Carta a Julio Mattiazi, sobre a remessa de pedras e barros. Bahia, 23 de junho de 1790. AHMB- CN/L – 5.

-Ofício para Martinho de Melo e Castro, dando conta de suas atividades, não só como naturalista na serra dos Órgãos, mas também como Juiz de Fora, queixando-se das inúmeras hostilidades contra a sua pessoa, inclusive por parte do conde de Resende. Rio de Janeiro, 12/1/1791. Anexo: 2ª via, 4 certidões, 2 ofícios, 14 instrumentos em pública forma, requerimento. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 148 (numeração antiga).

-Ofício para Martinho de Melo e Castro, remetendo, acompanhado de uma relação, os produtos que enviava para o Real Gabinete de História Natural e que não o fizera antes, por pensar poder entrega-lo pessoalmente. Mas como não chegar ainda seu sucessor, não o poderia fazer e resolvera enviar. Anexo: relação. Rio de Janeiro, 16/11/1791. AHU. Rio de Janeiro, ex. 148, doc. 14 (numeração antiga).

- Dossiê intitulado “1793 – cartas do juiz de fora Baltasar da Silva Lisboa e de outras diversas pessoas” formado por 5 (1ª e 2ª vias) ofícios do juiz de fora da cidade do Rio de Janeiro, desembargador Baltasar da Silva Lisboa ao [secretario de estado da marinha e ultramar], Martinho de Melo e Castro, datados entre 1 e 13 de março de 1793, contendo inúmeros anexos, relativos, sobretudo, às queixas do juiz contra intrigas e calúnias que vem sofrendo, sobre o envio de espécies vegetais para o Jardim Botânico de Lisboa e sobre contrabando de víveres e a devassa que procedeu contra esse procedimento. Rio de Janeiro, 1/3/1794. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 153, doc. 21,22,25. (numeração antiga).

- Ofício de Martinho de Melo e Castro sobre: agradecimento pela atenção que recebe; remessa de suas produções da natureza; continuação de sua obra literária; aniversário do exercício do cargo; solicitação de transferência para secretario de estado do Rio de Janeiro. 20/3/1794. AHU. Rio de Janeiro, Cx. 156, doc. 28 (numeração antiga)

- Ofício para Martinho de Melo e Castro sobre remessa de amostras minerais para o gabinete Real. Anexo: recibo. Rio de Janeiro, 25/3/1794. AHU. Rio de Janeiro. Cx. 156. doc. 30
- Ofício para Martinho de Melo e Castro, sobre o patrocínio do secretario e ele juiz de fora, remessa para o Real Gabinete de amostras marinhas, minerais e vegetais e renovando pedido para ser promovido. Rio de Janeiro, 7/6/1794. AHU. Rio de Janeiro. Cx. 156, doc. 47 (numeração antiga)
- Requerimento do juiz conservador das Matas da comarca de Ilhéus, Baltazar da Silva Lisboa ao príncipe regente [D. João] solicitando certidão do pedido de residência como juiz de Fora do Rio de Janeiro. Anterior a 15/7/1805. AHU – baía, Cx. 237, D. 16311.
- Ofício do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha, Visconde e de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo] sobre os cortes de madeira na referida comarca. Lisboa, 17/7/1805. AHU- Baía, Cx. 237, D. 16331.
- Aviso do Juiz Conservador das Matas dos Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa para que se apliquem os cinco artigos de conservação das matas dos Ilhéus. Anexo: 9 docs. Mafra, 15/10/1805. AHU. Bahia, Cx. 238, D. 16438.
- Carta ao Cônego Januário da cunha Barbosa agradecendo a aceitação por parte do Instituto do seu trabalho sobre personalidades baianas. Rio de Janeiro, 8/6/1839. IHGB, lata 140, doc. 49.
- Officio Ouvidor da comarca dos Ilhéos, Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Souza Coutinho, no qual especialmente se refere aos côrtes das madeiras e á conservação das mattas. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía, 12/7/1799. APEB, Cx-105 doc. 20.425.
- Officio do Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho no qual se refere à criação e pesca das tartarugas, e à descoberta de ambargris na praia do Tacaré. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía – 22/8/1799. Cairú – Ba, APEB, Cx-101 doc. 19.726
- Officio do Juiz Conservador das mattas Baltasar da Silva Lisboa, no qual informa sobre a cultura do *Morus Popyfero* e o resultado das experiencias a que procedera. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía 10/2/1802, APEB, Caixa-119 doc. 23.604
- Officio do Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual se refere à erecção da villa de Nova Valença do Santíssimo Coração de Jesus e participa que brevemente alli fixaria a sua residência official para mais facilmente exercer a fiscalização do côrte de madeiras. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía 2/9/1799, Cairú - Ba APEB, Cx-101 doc. 19.720
- Officio do Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que lhe communica ter descoberto uma especie de *quina* desde o braço do termo do Camamú até o rio de Contas. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía 2/2/1800, Valença- Ba, APEB, Cx 105 doc. 20.458

-Ofício do Juiz Conservador das matas Baltasar da Silva Lisboa, para o Visconde de Anadia, sobre o corte de madeiras. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía 2/2/1806, Valença- Ba, APEB, Cx-144 doc. 28.853

-Ofício do Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que lhe participa não ter recebido uns certos impressos, que de Lisboa lhe tinham remetidos, para instrução dos agricultores. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía, 4/9/1799, Cairú- Ba, APEB, Cx-101 doc. 19.719

-Ofício do Juiz Conservador das matas Baltasar da Silva Lisboa para o governador interino da Bahia, no qual informa que nada conseguira das sementeiras de teça com o maior cuidado e interesse. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía 23/2/1802, APEB, Caixa-119 doc. 23.567.

-Ofício do Juiz conservador das matas Baltasar da Silva Lisboa para o Visconde de Anadia, sobre a maneira como tem desempenhado o seu cargo e fomentado a exportação de madeiras para o Reino. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía , 26/07/1807, Valença- Ba, APEB, Cx-149 doc. 29.949

-Ofício do Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre os cortes e vendas das madeiras e os tombos das mattas da Comarca dos Ilhéos, a que tinha procedido. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía . 28/11/1799, Baía, APEB, Cx-105 doc. 20.436

-Mappa dos taboados de vinhático, suas dimensões, preços antigos e actuaes e direitos que se devem pagar no embarque. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía . 28/11/1799, Baía, APEB, Cx-105 doc. 20.437

-Mappa dos taboados e putumujos, suas dimensões, preços porque presentemente se vendem e d’antes se vendiam, e direitos que devem pagar nos portos de embarque Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía . 28/11/1799, Baía, APEB, Cx-105 doc. 20.438

-Mappa de mastreações, madeiras de construção e de machado, piassabas, estopa e cascas de mangue que se costuma exportar d’esta comarca dos Ilhéos para a cidade da Bahia, com seus preços ordinários, exportações que tem e direitos que devem pagar no embarque. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía. 28/11/1799, Baía, APEB, Cx-105 doc. 20.439

-Mappa de taboados ordinarios das qualidades n’elle constantes, os preços porque se compram na terra, a exportação que tem d’esta comarca dos Ilheos e os direitos que devem pagar no embarque por dúzia, para poderem ir para a Bahia ou seus reconcavos Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía 28/11/1799, Baía, APEB, Cx-105 doc 20.440

-Mappa da madeira de construção, que tem ido para o Real Arsenal da Bahia desde janeiro a novembro de 1799 Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía . 28/11/1799, Baía, APEB, Cx-105 doc 20.441

-Memoria sobre os cortes de madeiras das mattas da comarca dos Ilhéos, dirigida a D. Rodrigo de Sousa Coutinho pelo ouvidor Baltasar da Silva Lisboa. Resgate: Castro e

- Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía. 28/11/1799, Baía, APEB, Cx-105 doc 20.442
- Officio do Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o corte das madeiras e as intrigas do padre Joaquim Francisco Malta. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía. 7/8/1700, APEB, Cx-101 doc. 19.722
- Auto da injuria a que procedeu o Ouvidor, provedor e Juiz Conservador das mattas, Baltasar da Silva Lisboa, contra o padre Joaquim Francisco Malta. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía. 7/8/1700, APEB, Cx-101 doc. 19.723
- Copia de diversos officios trocados entre o Governador e capitão general da Bahia e o Ouvidor da comarca dos Ilheos e Juiz Conservador das mattas, sobre o corte de madeiras. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía. 7/8/1700, APEB, Cx-101 doc. 19.725
- Officio do Juiz Conservador das mattas da comarca dos ilheos Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as madeiras a respeito do qual dá diversas informações . Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía, 12/9/1800, Valença- Baía, APEB, Caixa-107 doc. 20.860
- Regimento da conservação das mattas e do corte das madeiras. Projecto elaborado pelo Juiz Conservador Baltasar da Silva Lisboa. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía. 12/9/1800, Valença- Baía, APEB, Cx-107 doc. 20.862
- Officio do Juiz Conservador Baltasar da Silva Lisboa, para Domingos Álvares Branco Moniz Barreto, no qual lhe agradece a oferta a que se refere o documento antecedente. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía 17/9/1800, Presídio do Morro- Ba, APEB, Cx-107 doc. 20.864
- Attestado do Ouvidor da Comarca dos Ilhéos, Baltasar da Silva Lisboa. Em que affirma o zelo e préstimo do Sargento-mor Domingos Álvares Branco Moniz . Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía. 29/6/1800, Praça do Morro- Baía, APEB, Cx-106 doc. 20.760 (anexxo ao n.20.757)
- Portaria do Juiz Conservador das mattas Baltasar da Silva Lisboa, dirigida ao comandante do Presídio de S. Paulo do Morro, sobre o serviço dos cortes das madeiras. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía. 29/6/1800, Praça do Morro- Baía, APEB, Caixa-106 doc. 20.761(anexxa ao n. 20.757).
- Carta particular do Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que lhe pede para se interessar pelo deferimento de certa pretensão. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía. 20/5/1800, Valença- Baía, APEB, Cx-105 doc. 20.488.
- Officio do Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual agradece os louvores que lhe foram dirigidos em reconhecimento do dedicado zelo e inteligente desempenho dos seus serviços. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía. 25/6/1800, Valença- Baía, APEB, Cx-106 doc. 20.739

-Officio do Juiz Conservador Baltasar da Silva Lisboa, para o Visconde de Anadia, em que o informa acerca dos embaraçosos officiaes que se opuzeram ao gozo da licença que pedira para tratar do Reino de sua saúde. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía. 25/4/1802, APEB, Cx-120 doc. 23.658

- **Correspondências Passivas**

- Officio de Luis de Vasconcelos e Sousa, ao Juiz de fora do Rio de Janeiro, Baltasar da Silva Lisboa, acusando o recebimento de um caixote contendo algumas amostras de ouro e outros objetos, o qual enviará o mais breve possível; referindo estar ao corrente das diligencias e averiguações realizadas pelo dito Juiz. Rio de Janeiro, 22/9/1788. AHU. Rio de Janeiro. , Cx. 132, D. 10509.

-Officio do governador conde da Ponte para o Juiz Conservador Baltasar da Silva Lisboa, no qual o louva por ter promovido a cultura das canelleiras, do café, do cação, pimenta da Ásia e a criação de gado para arrastar as madeiras. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía. 26/7/1807, Valença-Baía, APEB, Cx-149 doc. 29.950

-Officio do Governador D.Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual participa ter communicado ao Ouvidor da comarca dos Ilhéos Baltasar da Silva Lisboa, conservador das mattas reaes, que podia continuar a residir na casa, que antecedentemente habitava. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía, 23/8/1800, APEB, Cx-107 doc. 20.819

- **Documentos relacionados**

-Officio do Governo interino para o Visconde de Anadia, sobre as experiências das plantações do *Morus popyfero*. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía, 10/2/1802, APEB, Cx-119 doc. 23.587

-Officio do Governo interino para o Visconde de Anadia, em que participa ter expedido as ordens necessarias para se promover a cultura do *Morus Popyfero*. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía, 10/2/1802, APEB, Caixa-119 doc. 23.603

-Officio do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual participa ter dado as ordens necessarias para o dr. Baltasar da Silva Lisboa tomar posse do logar de ouvidor da comarca dos Ilhéos. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía, 10/11/1797, APEB, Cx-90 doc. 17.487

-Officio do Governador D. Fernando Joze de Portugal para D. Rodrigo de Souza Coutinho, no qual communica que prestará todo o auxilio ao Ouvidor da Comarca dos Ilhéos, o Dr. Baltasar da Silva Lisboa, para organizar as colecções dos productos da Capitania. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía 12/12/1797, APEB, Cx-90 doc. 17.530

-Officio do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual se refere à descoberta de uma arvore na comarca dos Ilhéos, que se supposera ser a quina, mas que os boticarios mais peritos affirmavam não ser. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía, 12/5/ 1800, APEB, Cx 105 doc. 20.517

-Descrição da arvore descoberta nas mattas da comarca dos Ilhéos, muito semelhante à da quina. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía. 12/5/1800, APEB, Cx 105 doc. 20.518

-Officio do Governador do Presídio do Morro Domingos Alves Branco Moniz Barreto para Baltasar da Silva Lisboa, em que se refere ao estabelecimento de pastagens necessárias para a alimentação dos bois precisos para os arrastos dos cortes de madeiras. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía. 12/9/1800, Valença- Ba, APEB, Cx-107 doc. 20.861-863

-Officio do Gonerador do Presídio do Morro Domingos Álvares Branco Moniz Barreto para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual lhe participa ter mandado offerecer ao Juiz conservador das mattas os terrenos que possuía nas margens do Rio Tacaré, para os aproveitar em pastagens para os gados. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía. 17/9/1800, Presídio do Morro- Baía, APEB, Caixa-107 20.861-863

Carta particular de Domingos Alves Branco Moniz Barreto para o Visconde de Anadia, em que lhe pede para ser ouvido, no caso de o ex-conservador das Mattas Baltasar da Silva Lisboa apresentar superiormente qualquer queixa a seu respeito. Resgate: Castro e Almeida, documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU – Baía, 18/7/1805, APEB, Cx-137 doc. 27.369

• **Publicações**

- Discurso Histórico Político e Econômico dos progressos e estado atual da Filosofia Natural em Portugal, acompanhado de Algumas Reflexões sobre o Estado do Brasil. Lisboa, 1786.

- Memória topographica e econômica da comarca de Ilhéus. Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa. Vol.9,1825.

- Oração recitada na aula do curso jurídico no convento de S. Francisco da imperial cidade de S. Paulo por occassião do Anniversario do nascimento de sua magestade imperial senhor Dom Pedro I. Rio de janeiro, 1828. 22 páginas

- Falla do Conselheiro Baltasar da Silva Lisboa na abertura de sua aula em 3 de março de 1829. Rio de Janeiro, 1829, 29 páginas.

- Annaes do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste paiz e a fundação da cidade com a historia civil e ecclesiastica até a chegada de el-rei Dom João VI, além das notícias topographicas, zoologicas e botânicas. Rio de Janeiro, 1834-1835. 7 volumes.

ANEXO - B

Transcrição: Ofício do Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre a pesca de tartarugas - 1799.

Arquivo Histórico Ultramarino
1799, Agosto, 22, Cairú
Arquivo Público da Bahia
Caixa-101 doc. 19.726

Officio do Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho no qual se refere à criação e pesca das tartarugas, e à descoberta de ambargris na praia do Tacaré.

Cairú, 22 de agosto de 1799

“Nas viagens que tenho feito aos córtes do sul me entretive com uma pescaria de *tartarugas*, que sahem àquellas praias, onde encobrem debaixo da areia huma prodigiosa copia de ovos, que chegam a 260: mas não emprega alguma arte de as apanhar, fugindo muitas a buscar as ondas e as que se apanhão os naturaes nada as aproveitão, estirando-as na terra para apodrecerem e sem trabalho, levarem os cascos....”

Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor

Nas viagens que tenho feito aos cortes do Sul me entretive com huma pescaria de Tartarugas, que sahem aquellas praias, onde encobrem debaixo da areia huma prodigiosa copia de ovos, que chegam a 260: mas não emprega alguma arte de as apanhar, fugindo muitas a buscar as ondas e as que apanhão os naturaes nada as aproveitão, estirando-as na terra para apodrecerem, e sem trabalho levarem os cascos: cumumente estes pesão de cada tartaruga 10 a 13 libras, e em hum caixote remitto a Vossa Excelencia os da minha pesca, esperando com mais sucego e tempo poder fazer algumas observações a Vossa Excelencia a este respeito.

Nas outras viagens neste inferno na praia do Tacaré indo para Ilheos achei taobem ambargris, que envio a Vossa Excelencia que na vajante o mar trouxe aquella Costa, que he muito importante segundo os preços, por que costuma vir aos droguistas: não tive tempo de fazer observações que espero algum dia poder fazer para subirem a Respeitavel Presença de Vossa Excelencia, e serem recebidas com aquelle favoravel ao aculhimento, com que a summa Bondade de Vossa Excelencia acolhe aos que se empregão no Serviço publico.

Deos Guarde a Vossa Excelência. Cairu 22 de Agosto de 1799

Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor D. Rodrigo de Souza Coutinho
Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar

O Ouvidor Doutor Baltasar da Silva Lisboa

ANEXO - C

Transcrição: Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Souza Coutinho, no qual comunica que prestará todo o auxílio ao Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa, para organizar as coleções dos produtos da Capitania - 1797.

Arquivo Histórico Ultramarino
1797, Dezembro, 12, Baía
Arquivo Público da Bahia
Caixa-90 doc. 17.530

Officio do Governador D. Fernando Joze de Portugal para D. Rodrigo de Souza Coutinho, no qual communica que prestará todo o auxilio ao Ouvidor da Comarca dos Ilhéos, o Dr. Baltasar da Silva Lisboa, para organizar as colecções dos productos da Capitania.

Bahia, 12 de dezembro de 1797

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor
N.143

N.89

Ao Doutor Baltasar da Silva Lisboa Ouvidor da Comarca dos Ilheos, que se tem distinguido pelos seus conhecimentos, principalmente em Historia Natural, como Vossa Excelencia me participa, em carta de dezanove de julho passado, que por elle me foi entregue, prestarei todo aquele socorro, e auxilio de que necessitar, afim de recolher os productos desta Capitania, satisfazendo eu deste modo, como sempre desejo, a respeitavel recomendação de Vossa Excelencia. Deos guarde Vossa Excelencia. Bahia 12 de Dezembro de 1797

Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor D.
Rodrigo de Souza Coutinho

D. Fernando Jose de Portugal

ANEXO - D

Transcrição: Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual participa ter dado as ordens necessárias para o dr. Baltasar da Silva Lisboa tomar posse do lugar de ouvidor da comarca dos Ilhéos - 1797.

Arquivo Histórico Ultramarino
1797, novembro, 10, Baía
Arquivo Público da Bahia
Caixa-90 doc. 17.487

Officio do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual participa ter dado as ordens necessarias para o dr. Baltasar da Silva Lisboa tomar posse do lugar de ouvidor da comarca dos Ilhéos.
Bahia, 10 de novembro de 1797.

Ilustrissimo e Excelentíssimo Senhor

N 130
N. 79

Em cumprimento da Carta Regia que me foi expedida por essa Secretaria de Estado em data de oito de Mayo passado, expedi as ordens necessarias para que o Doutor Baltasar da Silva Lisboa, tomasse posse do lugar de Ouvidor da Comarca dos Ilheos, sem embargo de não apresentar a sua Carta de nomeação, que não coube no tempo expedirse; e fico na intiligencia de que o mesmo Ouvidor, que já partio, para a sua respectiva Comarca, se acha tãobem encarregado da incumbencia do corte das Madeiras. Deos guarde a Vossa Excelencia. Bahia 10 de Novembro de 1797.

Ilustrissimo e Excelentíssimo Senhor
D. Rodrigo de Souza Coutinho

D. Fernando de Portugal

ANEXO - E

Transcrição: Ofício do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao secretário de estado dos Negócios da Marinha, visconde de Anadia, os cortes de madeira na referida comarca - 1805.

Arquivo Histórico Ultramarino
1805, julho, 17, Lisboa
Arquivo Público da Bahia
Caixa-237 doc. 16.331

Ofício do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha, visconde de Anadia, João de Sá e Melo] sobre os scortes de madeira na referida comarca.
Lisboa, 17 de Julho de 1805

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor

Obedecendo as respeitaveis ordens de Vossa Excelencia datadas em 12 de junho passado, em que me ordena huma Informação sobre o contheúdo no meo officio de 15 de setembro de 1803, dirigido a Sua Alteza pelo seu Real Erário, e do ultimo Estado em que se achavão os pontos, que os constituirão, remetendo ao mesmo tempo os mappas que tivesse dos preços, por que sahiaõ as madeiras para o serviço do mesmo Augusto Senhor, para a vista de tudo resolver o que lhe parecesse justo: passo a mostrar a Vossa Excelencia com a possivel clareza, na Informação que me ordena, os dois principaes objectos daquelle Officio, pelas rellações intimas que elles tem com a Real Fazenda, e com a prosperidade pública daquelles Povos.

Sendo ha quase hum século abertos os córtes de madeiras na Commarca dos Ilhéos por conta da Real Fazenda, tempo em que ainda os bosques chegavão à borda d'agoa, guardados pelos destemidos Amorês, os quaes frequentemente exercião hostilidades contra os colonos que chegados a hum pais fértil, que subministrava todas as comodidades da vida, se ampararão delle, constituirão alli suas lavouras, não obstante o temor de serem mórtos por tão poderosos inimigos, que no espaço de cincoenta annos infestarão aquelles paes. Não occorreu, que pacificados e domados que fossem, se devia prevenir o estrago, e assolamento das matas, cuja utilidade pela abundancia das madeiras de construcção, era reconhecida nos sucessivos córtes ordenados e praticados por Ordens Regias. Durante o calamitoso tempo das escaramuças e guerras dos Indios, levantarão-se bandeiras contra elles, e os seus chefes chamarão-se a propriedade de todas as matas por onde passavão, na esperança de encontrar os inimigos, derrotados, ou captiválos. Forão entrando aventureiros a povoar o pais e chamarão-se a posse de huma legoa de fundo para as suas plantacoes, e para fazerem os córtes de madeiras hum Manoel Francisco dos Santos Soledade obteve por Provisão do Senhoir Rey D. João 5º de 28 de janeiro de 1730, e Decreto de 17 de Abril de 1739 huma doação de 40 legoas de matas, e a instancias dos moradores o Senhor Rey D. José 1º em resolução de Consultado Conselho Ultramarino de 27 de Março de 1758 a fez revogar declarando o mesmo Senhor pertencer lhe as ditas terras.

Não obstante aquella Real Resolução, ficarão confundidos os domínios; por quanto os mais ricos proprietarios entrarão a estabelecer possessorios títulos de domínios com a cultura da mandioca, e com os córtes de madeiras pelo interior das matas, visto que se não determinou alguma porção daquellas, para as Reaes Construccoes. Crescendo a povoação e augmentando-se o valor dos generos coloniaes, era natural, que periodicamente começasse a ruina das matas com o sensível augmento da agricultura do pais mórmente da mandioca que as Ordens Reaes ordenarão, e que os Excelentissimos Governadores e Capitaens Generaes as mandavão executar de baixo de graves penas. Entrou-se a conhecer aquelle mal no Governo do Excelentissimo Marquez de Valença, e aparece no seu tempo a Provisão do Real Erario de 28 de julho de 1785, que deferindo a outros objectos mandava recorrer-se no Excelentissimo Governador, para que impedisse o estrago das matas, que fazião os rosseiros de Nazareth. Pelos Excelentissimos Governadores D. Rodrigo José de Menezes, e D. Fernando Jose de Portugal se derigirão as mais enérgicas representações do Throno, sobre a ruina, e decadencia dos bosques, exigindo providencias para remediar tão grave mal, e ellas excitarão a Real Atenção, expedindo-se a Carta Regia de 13 de Março de 1797 para emendar os passados damnos, e acautelar, que se não commettessem novos.

Na sopposição, em que se estava, de haverem ainda matas nos dstrictos dos córtes não doadas em sesmarias e outras doadas, se determinava na citada Carta Regia de 13 de março, que jamais se desse em sesmaria as matas ainda existentes a borda d'agoa, e que aquellas que estivessem já dadas, revertessem para a Coroa, informando o Governador da indemnização, que se fazia praticavel. Fundando-se naquellas Reaes Ordens, as Pessoas nomeadas por Sua Alteza para organizarem hum Plano ou Systema económico de regular os córtes e conservar as matas, propuserão as reservas que parecêrão convenientes naquellas, que hião de Mapendipe até Pinaré, e as do Rio Aquí até Belmonte do Sul da Bahia, por se persuadirem comprehensivas nas Disposicoens da Carta Regia.

Daquí surgirão representacoes dos proprietarios, que se julgavão lesados em seus Direitos, e que pedião ao Throno providencias a exagerados danmos, que figurarão, e de que procedeu ordenasse ao Excelentissimo Governador D. Fernando José de Portugal, novas Informaçoes sobre o dito Plano com audiencia daquelles, e de todos os queixozos que julgasse conveniente. O Excelentissimo Governador abrio novas Conferencias, ouviu os proprietarios, e aos negociantes de madeiras em varias sessoês, e convencido da illegitimidade dos titulos dos proprietarios julgou devião ser conservados na posse da legoa, ou da extenção que mostrassem possuir, ficando as mais desde Mapendipe até o Jordão para as Reaes Construcções tirou-lhes o onus da conservação dos paos Reaes achados nas suas matas, e permitio-lhes o cóрте das madeiras de construcção ainda naquelles das matas reaes para o seu negocio, e de tudo deu conta a Sua Alteza. Ainda estão dependentes da Real Approvação aquellas Disposicoês.

Parecia, quando a primeira disposição, de serem conservados nas posses de seus titulos, que se devia assim observar, vissava situação actual de estarem povoados aquelles terrenos por mais de oito mil habitantes, e ser impraticavel despejalos e indemnisalos do valor das suas propriedades; ainda quando ficão muitas matas para as Reas Construcções, huma legoa distante beira mar, e muitas para o centro, e assim ficão conservados os Povos, e Sua Alteza com sufficientes matas para o Seu Real Serviço, e de cuja propriedade não julgo conveniente precindir por avizinhar ao Departamento da Marinha da Bahia, e que pela sua local posição admite huma não interrompida navegação em as periodicas estacoes no anno por consistir a navegação e amarar-se as

embarcações huma a duas legoa da barra do Presidio do Morro, a buscarem a de Jaguaripe e seguirem pelo interior dos Rios que sahem a Ilha Itaparica quatro legoas distante da Bahia, e com todos os ventos no seu espacoso porto ancorão; o que já não accoetece nas que ficão mais para o Sul dependentes das monçoês.

O onus imposto nas propriedades da conservação dos páos Reaes, he a todas as luzes de huma necessidade absoluta, tanto porque sempre se praticou desde que por Ordens Regias em 1667 se mandou estabelecer fabricas de fragatas; como por impedir o estrago de semelhantes madeiras tão uteis ao Serviço da Marinha, que até deverião ser obrigados os proprietarios a cercarem, como se pratica na França e Inglaterra, os lugares das suas lavouras com as referidas madeiras, e jamais devem ser isentos de conservar aquelles que a Natureza tem plantado naquellas ricas possessoês.

O entrarem nas matas reservadas a sua vontade para cortarem os páos Reaes, seria permitir o mais intoleravel abuso, e huma vez, que os particulares tiverem aquella graça, impunemente praticarão todo o genero de assolamento dos bosques.

He a conservação das matas o objecto da mais grande importância, não só pela irreparavel perda dos monstruosos páos derrubados e queimados, de que a Marinha e o Serviço público ficao privados, como porque os meteóros e efluvios nellas formados dao nascimento as periodicas chuvas; que fazem o pais doce e fertil, e destruidas e acabadas, aquellas deixarão de cahir, e de regar a terra, tornando os bellos terrenos áridos e infecundos; a lavoura será desamparada, os Povos pobres, e desgraçados, e a Marinha sentirá huma perda incalculavel.

Os córtes de madeiras se praticarão desde a mais remota antiguidade, derrubando-se indistintamente as arvores estivessem ou não no seu sio, ou na maduresa e perfeição conveniente, falguejados sem intelligencia dos principios que devião fazer a base daquelle serviço; os páos se achavão commumente defeituosos: por fêrias se organisavão as despesas em que ficavão aquelles que diversos particulares arrastavão pelos seus boys ao porto de embarque, e do que se procedia a huma avaliação, sendo os mesmos conductores avaliadores prestando-se mutuamente hum a favor dos outros, e sempre com prejuizo da Real Fazenda. Aquelle systema de economia e arrecadação foi approvedo pela Junta da Real Fazenda da Capitania da Bahia, e confirmado pela Provisão do Real Erario do Reino de 28 de Julho de 1785, visto se não poder adoptar o que se havia ordenado na Provisão do mesmo Real Erario de 20 de maio de 1780 de se comprarem as madeiras mercantilmente por não terem possibilidade os Fabricantes, e negociantes das madeiras de Jequiricá, e dos Ilheos, de promptificarem as de construcção, conforme as encomendas que se lhes fizesse, segundo todos uniformemente declararão, assim na Junta da Arrecadação da Real Fazenda, como perante o Excelentissimo Governador nas conferencias, que abrio, de ordem de Sua Alteza sôbre as dúvidas movidas sôbre o Plano.

Tendo sido approveda por Ordem Regia a administração dos córtes por conta da Real Fazenda, parecia indispensavel a utilidade daquelles, a existencia e conservação dos boys para se effectuar os arrastos das madeiras falquejadas; pois sem dúvida se perderião as despesas do corte e falquejo, huma vez que falsassem os meios de serem condusidos ao porto de embarque: providencia que sendo por mim exegida a Junta da Fazenda, ella se prestou a anuir aos meus sentimentos a bem da Real Fazenda, na Provisão que me expedio para a compra dos boys em 6 de Novembro de 1798 em virtude da qual se comprarão cem boys, e vinte vaccas, e abri pastarias para a criação, e conservação daquelles. Não obstante ser aquelle numero insufficiente para o serviço de

Sua Alteza, por circunstancias que tem occorrido, de não poder aquella Real Junta prestar-se de conformidade as uteis representações tendentes a hum systema económico de administração, por ter que acudir a outras despesas do mesmo Real serviço que reservou para tempo mais opportuno, a utilidade da compra dos boys fez ver, quanto o zello, e economia contribuem em utilidade da Real Fazenda; pois que as madeiras arrastadas com os boys, e os taboados comprados, e fabricados nos Reaes Córtes sahirão a Sua Alteza pelos favoraveis custos dos tres mappas, que tenho a honra de levar a Presença de Vossa Excelencia para credito da administração, e certamente não poderá Vossa Excelencia encontrar tão commodos, na conservatoria das Alagoas para onde se encomendao iguaes madeiras para o Real Serviço, não obstante lutar com tantos embarços, não tendo jurisdição e authoridade se não puramente nominal, que os Povos olhavao com o maior desprezo possivel, a ponto tão desagradavel, que chegou o Juis e Officiaes da Camara da Villa de Vallença, onde resido, pela sua visinhança aos Reaes córtes, de mandar soltar os prezos, que de ordem minha se tinham recolhido a cadea por desobediencias, que havião concebido contra Ordens tendentes ao mesmo serviço de Sua Alteza Real.

Fáz-se necessario a vista do exposto que se estabeleça a authoridade do Juiz Conservador, para que possa com dignidade, e utilidade da Real Fazenda, exercer as funções do seu ministerio, sem que faz-se inutil a sua assistencia em tão importante serviço; e que outro sim se lhe facilitem os meios de poder fazer as replantações das arvores dos bosques, conservando as existentes, fazendo os córtes uteis, e rendosos a Real Fazenda, observando-se as Leys de hum systema agronomo proprio do local, para que as arvores cortadas sejam proveitosamente empregadas; e conservem a flexibilidade e união das suas fibras, guardando-se nos selheiros que se devem levantar segundo a arte tem demonstrada a utilidade, preservando os páos da humidade, do ar, das chuvas dos efluvios que sahem da terra, que lhes communica os principios da sua dissolução e destruição, enormemente nos paises do Brasil quentes e humidos.

Taes são, Excelentissimo Senhor, os pontos que constituem a Administração dos córtes. Pareceu-me util para a conservação daquelles do Sul a abertura do caminho pela bocca do Rio Pardo, por estarem aquellas ricas matas aborda d'agoa, sem ter proprietarios; e que por isso se podem tomar sérias medidas na quantidade que devem ficar contadas para as Reaes Construcções, ainda que sua navegação depende das Estações proprias dos ventos que reinão nos periodicos tempos do verão e Inverno. Seguia-se alem disto a grande utilidade de fazer communicaveis tão remotos climas, engrandecer o commercio interior pela exportação dos effeitos centraes, ainda quando para os Montes altos, Rio Pardo, e mais Povoaçãoens dos Certoês cincoenta legoas de caminho aquella proposta estrada atalha; descirão por ella immensas cargas de algodão, vaquietas, gado vacum, e cavalos, que darão grandes sommas de Direitos a Sua Alteza formando novas e mananciaes fontes da riqueza daquelles Povos.

As estradas até agora conhecidas de comunicação com a Bahia, erao formadas pela fastidiosa volta dos Certoês de Maracases que em 1804 cortou em grande parte o Capitão Mor João Gonçalves da Costa no lugar que de Cacimbas tem o nome. As terras que bordeião aquelle Rio Pardo são optimas para toda a qualidade de lavoura, assim aquelle, como o Rio Jatinhonha, que desembocão no mar, no confim da Commarca dos Ilheos, são enriquecidos de ouro nos seus formosos leitos, e em suas margens, e se unem a enriquecêlos differentes coregos e riaxos, que tambem criaio pedras preciosas. He verdade, que os Fisiócratas sustentão, que as minas são prejudiciaes ao Estado, pois

que só a agricultura lhes fornece as fontes da sua sólida e permanente riqueza, ainda que outros advertem que a miseria dos Povos mineiros tem outras causas, principalmente quando vivem em países remotos da Marinha e não podem vender a bom preço as produções das suas lavouras, sendo forçados pela falta que tem de dinheiro a vendê-las baratas, e comprarem caríssimo o que necessitam, e he isto o que os reduz a maior miseria, a que jamais podem chegar os Povos que avizinham ao mar, e tem, facilidade de communicações interiores para exportar suas produções, e ainda outros attribuem outros motivos, não me competindo a resolução deste politico ramo de subsistencia; somente as luzes incomparaveis de Vossa Excelencia. Por aquella estrada podião vir as cargas do salitre dos Montes altos, de espontanea reprodução da Natureza, calculada exactamente a sua conveniencia pelas experiencias de pessoa intelligente nas filtrações e evaporações daquelle sal, nos seus competentes lugares. Servia, finalmente, de reprimir a desordenada ambição dos que até agora impunemente, e sem algum risco de serem encontrados, extrahem o ouro e pedras preciosas, passando fora dos lugares onde os registos são inutilmente estabelecidos.

Aquellas Povoações de Certões pertencem a Commarca da Jacobina, e della distão mais de duseitas legoas, quando da Commarca dos Ilheos apenas serão vinte e cinco; por cuja rasão o Excelentissimo Governador D. Fernando José de Portugal tinha com equidade e justiça ordenado ao Ouvidor dos Ilhéos, que estendesse a sua jurisdição até aquellas Povoações centraes; porêm o Ouvidor da Jacobina se oppos, ficando illudida a justa disposição de limites por aquelle Excelentissimo Governador estabelecida.

As cabeceiras daquellas matas são amparadas do Gento Nongoyó, os quaes não são mansos, nem bravos; e parece seria de muito grande importancia a sua redução por aquelles meios que a Sua Alteza parecessem convenientes: Vivem aldeados, e formão diversas Povoações, e nesse lugar era indispensavel huma Povoação civil, a qual serviria de registo, e para outros grandes fins uteis a Real Fazenda, ficando igualmente outros registos mencionados no dito meu officio de 13 de setembro, como os unicos que a Natureza formou para segurar os Reaes Direitos; pois que nenhum viandante pode passar-se a Bahia sem os vadear; taes são as bocainas que formou no Rio de Contas de Minas, no Maracás, e no Peussú, na passagem chamada Tamboros¹⁴³, sendo todos os mais inuteis, como a Vossa Excelencia será plenamente mostrado nas Informações, que for servido mandar tomar pelos Excelentissimos Generaes das Capitancias de Minas e da Bahia.

Não obstante ter promptificado a ferramenta necessaria para a abertura de tao importante communicação, não me foi permitido dar-lhe o principio, por me ter respondido o Excelentissimo Governador ter dado immediata conta a Sua Alteza, e que sem sua Real Resolução não, lhe parecia conveniente se abrisse o novo caminho, e esse he o estado da proposta estrada no meu officio de 13 de setembro.

Quanto a inutilidade do Presidio do Morro, proposto tambem no dito officio, sem embargo do convecimento, que aquelle respeito as minhas ideas subministrão; não me parecendo possivel o guancer-se aquelle Presidio, nem ainda com toda a Commarca pela extenção dos seus póstos, ruina total da cortina da bateria da barra, que sem

¹⁴³ Esta palavra aparece um pouco rasurada, assim: Tambor (rasura) s. Aproximamos ao que achamos mais possivel do original.

grandes somãs se não repára [achando]¹⁴⁴, até huma grande parte dos seus cunhaes em edifficios particulares; contudo me parece, que o Excelentissimo Governador, a quem hum tal objecto he visivelmente do seu mais exacto conhecimento, ha de informar a Vossa Excelencia dos verdadeiros motivos, e fins que justificão a sua utilidade, ou inutilidade. Da mesma fôrma julgo não poder dar a Vossa Excelencia tão cabal informação sobre a inutilidade das tropas dos Cariris, como a pode dar o mesmo Excelentissimo Governador, supposto que os motivos, que exteriormente se appresentão, parece concluir contra a conservação de hum estabelecimento util na origem; pois que era para se unir as forças dos Povoadores, para repellirem a aggressão dos gentios barbaros, que de continuo insurgião sobre as suas Povoações, frexando e matando a quantos encontravão, ou que desacauteladamente cahiao nas suas mãos: presentemente nada disto succede, por que os Indios não infestão as Povoações, e Sua Alteza por effeitos da Sua Bondade tem prohibido o uso das bandeiras que erigião para afugentar, ou matar os miseraveis habitantes das matas.

Digne-se Vossa Excelencia desculpar tudo o que achar deslocado nesta Informação pela fraquesa do meu entendimento suprindo o que faltar, a luminosa comprehensão de Vossa Excelencia em objectos, que são tanto do seu conhecimento pela prática que tem das cousas do Brasil no longo Vice-reinado, onde deixou os mais grandes monumentos de gloria, que eternisão alli o Nome de Vossa Excelencia. Lisboa 17 de Julho de 1805.

Baltasar da Silva Lisboa

¹⁴⁴ Esta palavra encontra-se em letra bem miúda, graficamente e contextualmente pode ser: *atando* ou *achando*, optamos pela segunda opção.

ANEXO - F

Transcrição¹⁴⁵: Discurso Historico, Politico, e economico dos progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portugueza, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brazil. Offerecido a Sua Alteza Real o Serenissimo P R I N C I P E Nosso Senhor Pelo Seu Humilde Vassalo Balthezar Da Silva Lisboa Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra e Oppositor aos lugares de Letras. L i s b o a na officina de Antonio Gomes MDCCLXXXVI.

¹⁴⁵ Essa transcrição foi feita por Ana Lúcia Barbalho da Cruz, e contra-se anexa a sua tese de doutorado: *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas*. UFP – Curitiba, 2004.

**DISCURSO
HISTORICO, POLITICO,
E ECONOMICO**

Dos progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portugueza, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brazil.

OFFERECIDO

A SUA ALTEZA REAL
O SERENISSIMO

P R I N C I P E

NOSSO SENHOR

PELO SEU HUMILDE VASSALO
BALTHEZAR DA SILVA LISBOA
Doutor em Leis pela Universidade de
Coimbra e Oppositor aos lugares
de Letras.

L I S B O A

NA OFFICINA DE ANTONIO GOMES
MDCCLXXXVI.

Com Licença da Real Meza Censoria. 256

Neque hæc studia tantum adolescentiam alunt, senectutem oblectant, secundas res ornant; (Cic.) sed unam quamque gentem eo magis cultam et civilem reddunt, quanto melius ibi philosophantur homines: (Cartes.) adeoque tunc Republicæ sunt beatæ, cum Philosophi regnant, aut Reges philosophantur. (Plato.)

Serenissimo Senhor

A afabilidade com que V. A. R. costuma acolher os cidadãos applicados, amantes da Patria, me dá valor, para que prostrado aos Reaes pés de V. ^a R. haja de apresentar a V. ^a este papel. Não he meu animo, Senhor, querer dar nelle planos, pelos ques se conduzaõ alguns ramos interessantes do Estado; a mediocridade dos meus estudos, a pouca experiencia, que tenho dos negocios publicos, saõ fortes embaraços, que me impedem avançar taõ alto; porém o insaciavel dezejo de ser util á minha Patria, e o azilo que V. A. R. achaõ todos os que procuraõ ser uteis á Sociedade, me convidaraõ a privar-me algum tempodos estudos da Jurisprudencia, e dedicar a V. A. R. as primicias dos meus trabalhos.

O gosto, e attençaõ, com que V. A. R. se applica aos estudos da Natureza; o belo conhecimeto, que tem das maravilhosas obras do Creador, á perspicaz intelligencia das necessarias produçoens do Reino, e das Colonias, das uteis, e das que saõ de mero prazer, tudo nos anuncia felicidades sem numero, que de V. A. devem seguir-se ás Sciencias, ás Artes, á Agricultura, ao Commercio, e a todos os ramos de Industria, que servem de mui fortes columnas do Estado. Desde agora os fieis Portuguezes conhecem, e por felicidade sua participaõ dos preciosos, e sazoados fructos, que V. A. R. tem colhido da incansavel applicaçãõ ás Sciencias. Da Humanidade falo, que hoje caracteriza os mais celebres Monarcas da Europa. V. A. R. conhece, que as Sciencias só com muito trabalho se adquirem, por isso não despreza acolher com taõ Real Humanidade, e boa sombra, aos que forcejaõ polas adquirir; antes como amorozo Pay os convida, e anima com exemplos dignos de taõ grande Principe, a vencer as difficuldades, que poderiaõ afastalos de taõ louvaveis emprezas.

E porque o exemplo de V. A. foi o que me acendeo o espirito para entrar nesses estudos, saõ estas primicias, e amostras delles, tributo devido a V. A. e este humilde offerecimento huma pura satisfaçãõ do meu amor, e da minha vassalagem.

Serenissimo Senhor

Beija a mãõ de V. A. R.

O mais humilde vassalo

Balthazar da Silva Lisboa.

Discurso historico, politico, e economico dos progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portuguesa, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brazil.

§ I.

Nenhuma arte ou sciencia pode mais efficasmente contribuir para o bem comum, como a da Filosofia Natural. Antigualmente foi conhecida aquella parte, que mais dizia

respeito a agricultura campestre, e pecuaria, a qual foi pelos Romanos levantada a ponto de consagrar-lhe cultos, pois que pela sua superstiçaõ, e politica fizeraõ existir Deozes que prezidiaõ á cultura das terras; os seus Supremos Magistrados com as mesmas maõs, com que victoriosos acabavaõ de arrancar coroas das testas dos Reis seus inimigos, voltavaõ para o arado: daqui nasce dizer o grande Cataõ, que o maior elogio, que se devia dar a hum Cidadão Romano, era chamar-lhe Lavrador, estabelecimento que Cícero ⁴⁹⁰ reputava pelo mais digno de hum homem nobre.

§ II.

Firmava-se porẽm entãõ a agricultura dos antigos povos unicamente em uma serie de experiencias, que a diuturnidade dos tempos, fazia passar á evidencia: donde os seus conhecimentos a este respeito tinhaõ sido mui limitados: porẽm he sem duvida, que aquellas applicaçõens mereceraõ particular atençaõ daquelles Principes, que conheciaõ, que dellas corriaõ perenes fontes de riquezas para o Estado: da hi veio a grande estimaçaõ, em que foraõ tidos aquelles vinte e oito livros de agricultura, que acharaõ os Romanos na tomada de Carthago, com os quaes presenteavaõ aos Principes seus aliados, que souberaõ unir á virtude a alta dignidade, que possuiaõ; no que deraõ heroicos testemunhos Cyro o moço, Atalo Philopator, Hyeraõ, e outros louvados por Plinio e Xenofonte.

§ III.

A Invazaõ, que fizeraõ os Barbaros na Europa, as desgraças, que daqui emanraõ para todos os povos reduziraõ esses conhecimentos, taes quaes entãõ houveraõ, a hum esatado funesto: parecia desde entãõ Ter a Natureza perdido toda a sua actividade, até que as luzes da Filozofia Natural fecundando os espiritos humanos de conecimentos interessantes á Humanidade, fez que se vissem as importantes consequencias produzidas pela agricultura, considerada já como baze da subsistencia, já por objeto de Commercio.

§ IIII.

Seguiraõ-se logo por tanto mui vehementes, e sensiveis cuidados dos Principes esclarecidos para restabelecer, e animar: he por esta cauza que ainda hoje se ve solemnemente consagrado hum dia no anno pelo Imperador da China, para effeito de lavrar com suas maõa certa porçaõ de terreno, procurando por este modo animar, e augurar tembem a perene prosperidade dos seus Estados. Prática quasi igualmente o mesmo o Grande Imperador da Alemanha Jozé II. Naõ se corre o Principe de Osnabruc de cultivar elle mesmo o seu Jardim: e quem ignora quaes a este respeito foraõ, além de outros povos na França, os trabalhos que Francisco I, Carlos IX, Henrique IV, Luiz XIV &c., e na Espanha principalmente Carlos III., e em Portugal além dos dos Senhores D. Dinis; D. Fernando; D. Manoel; os do Senhor D. Jozé I., publicados em suas Leis e Oerdenaçõens?

§ V.

Houve ppois sempre em todas as gentes da Europa mais ou menos gosto para os estudos da Natureza, e naõ só no que diz respeito á agricultura, mas em todas as mais partes da Filozofia Natural, as quaes afficadamente cultivamos, sendo constante da nossa historia, que neste genero haviaõ excellentes obras, das quaes faz mençaõ Manoel Severim de faria na vida de Joaõ de Barros, como era huma historia Natural das plantas, e animaes do Oriente, feita por este Hisotriador, o qual continua desta maneira”

“Mais em lugar de Joaõ de

⁴⁹⁰ Ominium autem rerum ex quibus aliquid acquiritur, nihil est agricultura melius, nihil homine, nihil libero dignius. Cicer. De Offic. Cap. 42. in fin.

“Barros escreveu das dro-
“gas do Oriente o nosso
“Doutor Garcia d’orta com
“grande louvor, cujos li-
“vros são muito estimados,
“e andaõ traduzidos em
“lingoa Latina por Caro-
“lo Crusio, impressos em
“Amveri no anno de 1523;
“e depois outro discipulo
“do mesmo Garcia d’orta,
“chamado Cristovaõ da Cos-
“ta, natural de huma das
“nossas Colonias de africa
“seguio esta empreza mais
“largamente no tratado
“que compôz em lingoa
“castelhana das drogas, e
“medicinas do Oriente com
“os retratos das mesmas
“plantas, o qual no seu
“tratado do Elefante diz,
“que tambem tinha escrito
“outro livro de todas as
“aves e animaes da
“Azia....

§ VI.

Tambem Barboza na Biblioteca Luzitana fez menção de XXIV. dissertaçoes sobre a Historia Natural do Brazil, feitas por Caetano de Brito Figueredo, e recitadas na Academia, que naquelle Estado instituiu Vasco Fernandes Cezar de Menezes, quando foi Vice-Rei. Apona o mesmo Autor tres Historias naturaes do Brazil, manuscritas, huma do Pará e Maranhão por Fr. Cristovaõ de Lisboa, outra do Padre Diogo Soares, e outra de Nicoláo de Oliveira.

§ VII.

Alguns outros dos nossos Escritores contaõ que Ignacio Colasso de Brito fora Presidente da Junta da Agricultura, e que entaõ compuzera cinco livros sobre o Patrimonio Real, lizirias, e seus arrendamentos, feitorias de linho canhamo em Santarem e Coimbra, para haver enxarcia no Reino, e trezentas tecedeiras na Commarca do Porto para fazerem o velame para as náos. Pelo que diz Manoel Severim de Faria nos seus discursos semelhante estabelicimento foi feito pelo Senhor Rey D. Manoel, e durou até os nossos dias.

§ VIII.

Do que he manifesto, que até o Reinado principalmente do Senhor D. Manoel floreceu entre nós o gosto da Filozofia Natural, ficando depois dezafortunadamente como sepultado pela perdição das Sciencias, e por isso succedeo, que começaraõ mais tarde estes conhecimentos a manifestar no nosso paiz (talves por mais distante) suas brilhantes luzes, que aproveitadas em Inglaterra, França, Rusia, Alemanha &c. fizeraõ a epoca da riqueza, do poder, e independencia de cada hum daquelles estados.

§ VIII.

Naõ falando por tanto nos tempos do Senhor D. Manoel, e de alguns seus Illustres sucessores, que amando aquella nobre sciencia, enriqueceraõ o Regio Erario de riquissimas, e raras produçoens da natureza, de que a mais precioza parte foi mandada pelos Felippes para á Espanha; referiremos o do Reinado do Senhor D. Joaõ V. no qual felismente se annunciaram entre nós os progressos da Filozofia Natural. Conservava aquelle Principe no seu Palacio hum riquissimo Muzeu composto de ricas, e maravilhozas produçoens dos tres Reinos da Natureza, possuindo entre todas as belezas, hum diamante de grandeza, e valor até entã nunca visto, achado na Ribeira Milho verde da Capitania do Cerro do Frio, que pezava doze onças e meia, avaliado em dois milhoens de libras esterlinas; e entre a conchilaria, além das innumeraveis variedades de Amilares, tinha o mais rico Almirante, que se conhecia, comprado pelo dito Soberano por 400\$000 reis, o que tudo o infausto terremoto do I de Novembro de 1755. arruinou inteiramente; mas logo aquelle Preclaro Rey o Senhor D. Jozé I. entrou a formar outro Muzeu, com o seu Horto Botanico, em o qual teve por Inspetor o Sabio Wandeli meu Mestre, que com a fundação dos novos estudos foi creado lente de Historia Natural e Chimica em a Universidade de Coimbra.

§ X.

Conhecia-mos entã muitos homens Patriotas, cheios destes conhecimentos: de taes constava principalmente aquella Junta litteraria, que formavaõ os Estatutos da restauração das Sciencias, e os AA. do Compendio Historico; dos quaes se servio aquelle Invicto Soberano para taõ magnificos estabelecimentos, que deviaõ produzir ao menos os mesmos fructos, que acompanharã os felices sucessos das Sociedades estabelecidas sobre as Artes uteis em Inglaterra, Irlanda, e muitos outros paizes da Bretanha; Cantoens Suissos, Berne; Toscana; Dinamarca, e infinitas Provincias da Alemanha.

§ XI.

Porem a pezar dos grandes estabelicimentos, que para á Sciencia dos conhecimentos da natureza fez aquelle Immortal principe, já mandando edificar soberbos edificios para os Gabinetes da Historia Natural e Fysica, que sendo magestozamente preparados, representariaõ as importantes consequencias, que dahi sahiriaõ para á publica felicidade; já creando com sabios Mestres, hum exemplar Prelado; e assim tambem hum famozo Laboratorio Chimico, e hum espaçozo Jardim Botanico, para que espertassem a mocidade, e a convidassem a gostar as profundas dilicias de huma Sciencia, que sendo bem cultivada, decide da gloria da Nação, e da opulencia do Estado. Os effeitos todavia naõ corresponderã, como era de dezejar, á sua causa, ou pela novidade e incerto exito do estabelicimento, que a corrupção das Sciencias fazia persuadir novo, antigamente inaudito, e desnecessario: razaõ porque só os estudos da Jurisprudencia Civil, e Canonica, Theologia, e ainda a Medecina deviaõ fazer o alvo para se obter ás honras, o credito publico, e a sustentação; já por muitas outras razoens. Foraõ contudo sempre mui frequentadas as aulas da Filozofia Natural, e dos outros ramos da Filozofia, por que inculcando elles por si mesmo suas ventagens, attrahiaõ o animo de alguns mancebos patriotas á sua applicação; além de que influa o mais que podia ser o zelo do seu Reformador, movendo-os por huma parte, e dezarreigando por outra as preoccupaçoes, que poderiaõ embaraça-los; de cujo zelo foraõ energicos testemunos as sabias Representaçoes, que fez a S. Magestade, já fazendo doutorar seis daquelles estudantes, que os professores enculcaraõ por mais benemeritos; já insinuando viagens, que se deviaõ fazer dentro, e fora do Reino; já representando as conveniencias dos trabalhos na mina de Carvaõ de pedra de Buarcos, sustentados desde entã até hoje pelo inexplicavel zelo do Excellentissimo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios

Ultramarinos; já pondo em movimento o Laboratorio Chimico, promovendo tudo quanto era de promover, assim como a construcão dos cadilhos, retortas, &c., de cuja bondade se fizeraõ todas as provas na Regia Fundiçaõ; e a purificaçaõ das argillas para se obter, como se obteve huma loiça melhor, que a ordinaria do Reino &c.

§ XII.

Distinguirãõ-se muitos estudantes, que supposto seguissem o objecto das outras sciencias, amavaõ com tudo as intimas rellaçoens desta; taes foram o Excelentissimo Visconde de Barbacena, que descobriu muitos marmores nobres, e varias minas de ferro nos contornos de Coimbra; Manoel Joaquim de Paiva, que pelas suas incansaveis applicaçoes foi creado Mestre do Laboratorio Chimico; Estacio Gularte; o Doutor Joaquim Velozo; e o Doutor Alexandre Ferreira, e os companheiros das expediçoens Filozoficas Jozé da Silva Lisboa substituto das cadeiras de Grego e Hebraico pela Universidade, e hoje Professor Regio das de Filozofia e Grego na Cidade da Bahia, sua Patria; Manoel Luis Alvares de Carvalho; o Doutor Jozé Antonio de Sá; Joaõ Francisco de Oliveira; Jozé Bento Lopes; Antonio Ramos da Silva Nogueira; o Doutor Joaquim Jozé Ferreira; o Doutor Joaquim de Amorim e Castro, e varios outros.

§ XIII.

Haviaõ alguns particulares, que para mostrarem o seu gosto, e inclinaçaõ aos estudos da Historia Natural, tinhaõ pela continuaçaõ de alguns annos ajuntado muitas produçoens da Natureza para enriquecerem os seus Muzeus. Não falo naquelles, que existiraõ no Reinado do Senhor D. Joaõ V., como eraõ o do Conde de Ericeira ⁽¹⁾ Vice-Rei da India; o do Conde do Assumar, ⁽²⁾ e o da Duqueza de Cadaval ⁽³⁾ da caça de Lorena; nem tambem no da Universidade de Coimbra, principiado pelo sei primeiro Reformador, e elevado pelo zelo do segundo ao maior ponto de grandeza, que se podia dezejar; interessando-se e procurando o dito Reformador em todo o tempo do seu governo accrescentar novas riquezas aos dois Muzeus, de que se compunha o sobredito Gabinete, comprados ao Doutor Wnadel, e a Wandequi por aquelle Magnanimo Principe o Senhor D. Jozé I. para doar á referida Universidade. Falo sim no do Excellentissimo Marques de Angeja; no do advogado Francisco Martins Sampaio; no do Confessor de El-Rei Nosso Senhor, que para acreditar o seu amor patriotico enriqueceo o seu Convento das grandes preciozidades, que unem os conhecimentos da Religiaõ ás necessidades do Estado. E para não referir alguns outros igualmente famosos, como o do Doutor Antonio Jozé Guiaõ; o do Conego Jozé Jacinto da Silveira; e os Conchiologicos de Mr. Rey, e de Joaquim Manoel da Rocha; e as magnificas colleçoens de medalhas do Excellentissimo Bispo de Beja, e do Doutor Joaõ de Magalhens; concluirei em nomear o mais famoso; qual he o Gabinete do Serenissimo Principe formado, e dirigido pelo Secretario de Estado dos Negocios Ultramarinos, o qual pelo adiante não envejará os mais ricos da Europa pela multiplicidade, variedade, e raridade dos produçoens assim naturaes, como estrangeiras, de que se vai enriquecendo, que exaltaõ igualmente o zelo daquelle sabio Ministro Patriota, em que esta Sciencia achou sempre mui particular amparo.

(1) Continha muitas coisas pertencentes á Historia Natural com uma boa colleçaõ de medalhas.

(2) Continha quasi o mesmo no que pertencia á Historia Natural; era superior porém na colleçaõ das medalhas, que era quasi toda de ouro.

(3) Conservava animaes de quase todas as espécies com huma grande colecçaõ de Bezoars. Refere D'Argenville pág. 320. Tom. 1.

§ XIV.

Logo que o Excellentissimo Bispo Conde tomou posse do seu Bispado, quis que também nelle se conhecessem evidentemente os importantes fructos da Filozofia natural, ordenado viagens Filozoficas por todos os terrenos das suas Jurisdiçoens: entã Coja, e muitas outras Villas, e lugares circumvizinhos descubriraõ a historia dos seus paizes, pelas descobertas, e differentes prescrutaçoens das minas de chumbo no valle da Garcia ⁽¹⁾ ; Gandufo ⁽²⁾ ; Sernalhozo ⁽³⁾ ; Chaõ de Egoa ⁽⁴⁾ ; Val de Cabras ⁽⁵⁾ ; Piscanceco ⁽⁶⁾ ; Castanheira ⁽⁷⁾ ; e em vários outros lugares; Cobalto em Cavalheiros ⁽⁸⁾ ; Antimonio em alguns ramos do Assor ⁽⁹⁾ Oiro em varias partes, onde regaõ Zezere e o Alva ⁽¹⁰⁾ ; Cobre em Botaõ ⁽¹¹⁾ e na Ribeira de Folques; ⁽¹²⁾ Molibdeno na serra do Carvalho ⁽¹³⁾ ; em Miranda do Corvo bitume schistozo ⁽¹⁴⁾ ; ferro nos contornos de Coimbra ⁽¹⁵⁾ ; e em Pedrogo ⁽¹⁶⁾ Maxuca, e Vendas de Maria, e por toda a Serra do

(1) He uma galena mineralizada em excesso de arsenio, e enxofre, que na fuzaõ decompõem, e volatiza muita parte de chumbo, principalmente quando a operaçaõ docymatica naõ he devidamente tratada com os alkales fixos; rende entã 50. por quintal. Apresenta esta galena as mais ricas, e particulares cristalizaçoens em differentes maneiras.

(2) Contem menos enxofre e arsênico; rende 70. por quintal e huma oitava de prata por arrátel.

(3) Contem cobre ferro e juntamente.

(4) Rende 6. por quintal.

(5) He superficial.

(6) Rende esta mina de chumbo antimonial 90. por quintal.

(7) He superficial.

(8) Rende 40. por quintal; contem muito arsênico, e enxofre.

(9) Rende 40. por quintal.

(10) O ouro he em pó, mas para as montanhas do Zezere se encontraõ schistos quartsozos, com veios de ouro de 3\$000. de valor intrínseco.

(11) He superficial da especie *cuprum cotaceum*.

(12) He da specie *flavum*, rende 30. por quintal.

(13) He da specie *textura Kalibea*.

(14) Contem muitas pyrites e flor de ferro; decomposto pelo acido vitriolico, na cristalizaçaõ offerece a Capa roza; o carvaõ pode depois ser aproveitado para o serviço das cozinhas, ou para os fornos de telha &c.

(15) Rende 25. até 30. por quintal á proporçaõ da maior ou menor riqueza dos bancos; he da specie *nigra solida tritura rubra*. A falta de lenhas impossibilita a extracçaõ.

(16) Rende 50, 60, e mais por quintal á proporçaõ das riquezas dos bancos. Os densos matos de cepas asseguraõ todo o beneficio da fuzaõ. Existem ainda hoje na Maxuca e Vendas de Maria as cazas com todo o trem do fabrico, e fornalhas, onde se fundia o ferro extrahido das ditas minas. 262

Trovim, que no Ministerio passado foraõ contempladas, de maneira que só cessou a extracção pelas conveniencias, que inculcava a mina entaõ descuberta de ferro no Reino de Angola pelas suas riquezas, e densos mattos: ^(a) enviando-se por essa occaziaõ os mais experientes Mineiros da Maxuca com alguns outros, que se mandaraõ buscar a Biscaia, cuja extracção teriaõ acompanhado as mesmas conveniencias, que mostraraõ a Inglaterra, a Suecia, e a Biscaia, suas minas de ferro, assim pudessem os nossos supportar a ingratitude do clima, e com suas mortes naõ cauzasse parar huma e outra extracção, e seus fructos. Marmores nobres na Lagarteira ⁽¹⁾ ; Ega ⁽²⁾ ; Soire ⁽³⁾ Lorvaõ ⁽⁴⁾ Bufarda ⁽⁵⁾ ; Tapeus ⁽⁶⁾ ; Perdigota ⁽⁷⁾ ; Povia ⁽⁸⁾ ; Ferrarias ⁽⁹⁾ de cujos bancos se tem tirado muitas peças para bancas ^(a), caixas; e para ás obras da famoza Cathedral de Coimbra.

§ XV.

Pelo mesmo tempo encarregou o Excellentissimo senhor Arcebispo de Braga a Joaquim Vicente Pereira a viagem a Serra do Gerez, pelo que pertencia ás observações Filozoficas, e as Mathematicas ao Doutor Manuel Joaquim da Maia, que executaraõ com muito louvor, descrevendo os differentes bazaltes, e lavas Vulcanicas, de que está cheia a dita Serra; como as suas aguas thermas; as differentes cristalizações de quartzos, prophiros spathozos; spathos; petrociles; calcedonios; poros igneos &c. cuja Colleção foi remetida pelo dito Excellentissimo Arcebispo, a seus Augustos Irmaõs, que tanto prezaõ estas Sciencias, pois foraõ os primeiros, que tiveraõ hum Jardim Botanico de plantas exoticas.

(a) Parece-me ser muito importante ensinar a fundir o ferro aos Pretos acostumados ao ar, e clima do paiz, e incumbir a alguma Junta de Comerciantes, que pagassem o quinto a S. Magestade, todo o cuidado, despesas, e beneficio da extracção.

(1) Constan de huma cor roxa com differentes outras modificaçoens de branco, cinzento, amarelo &c. que formaõ differentes figuras, e paizes, que constituem os denominados mármores *pictorios*, dendriticos &c.

(2) Saõ amarelos com veios de hum preto tirando para o cinzento, formaõ em alguns bancos horizontes com diversas sombras, figuras de montanhas, fortalezas &c. outros com dendritis; e matizados differentemente, outros com diversas cores.

(3) Contem muitas cores; a dominante porém he amarela.

(4) Constaõ de hum fundo tirando para o cinzento com quadrados, e manchas pretas; assemelhaõ-se aos mármores Africanos.

(5) Constaõ de hum verde cinzento com veios brancos spathozos.

(6) Constaõ de pontinhos, e ocelos brancos, e encarnados, diversamente matizados.

(7) Saõ os achados mármores frumentarios.

(8) A mais dominante he a amarela com fitas roxas, e com varias outras cores; em diversos bancos, formando mármores pictorios.

(9) O fundo he amarelo com muitas outras côres differentes.

(a) Com estas tem a Aug. Soberana cubertos os tremozes que ornaõ as falas do seu Real Paço da Ajuda.

§ XVI.

Entre tanto se erigio na Cidade de Lisboa huma Regia Academia, composta da mais illustre, e illuminada parte da Nação, protegida pela Rainha N. Senhora, e pouco depois em Coimbra no lugar de Celas huma pequena Sociedade de mancebos patriotas, que desejando ser uteis á Patria, se destinavaõ a trabalhar em os differentes ramos da Filozofia, para cujo effeito se dividiraõ em quatro classes, destinadas para com mais facilidade dirigirem as suas applicações á Historia Natural; Agricultura; Artes; e Commercio para as quaes davaõ as horas, que lhes sobejavaõ dos outros estudos, e algumas furtadas ao descanso. Fazia isto em pouco tempo ver taõ grandes utilidades, quantas aquella mocidade excitada do patriotismo, e emulação, se enchia cada vez mais dos louvaveis fins, a que se dirigiaõ, inculcadas em muito belas reflexões, acompanhadas das mais uteis experiencias, já a respeito da tinturaria das lãas, do Comercio, e agricultura pelos Directores, e mais socios &c. A separação porém daquelles, que mais influaõ no seu augmento a fez logo decahir, naõ subsistindo mais que dois annos.

§ XVII.

Foi a Real Academia sempre fazendo rapidos progressos, mui proprios dos membros, que a compunhaõ, e para promover a indagação da Natureza propôz annualmente em premio a discrição fysica, e economica de qualquer terreno; do que rezultou a prescrutação de muitos braços das Serras do Maraõ e Marvaõ; descobrindo-se nestes as minas de antimonio e molibdeno, e infinidade de argilla *bolus*; e naquelles ferro, chumbo, cobre; antimonio: estanho (que tambem apparece nas vizinhanças de Vizeu, ou mais antes para S. Pedro do Sul, onde tambem há alguns bazaltes) além de infinitas variedades de spatho. Viaõ-se montanhas cheias de grutas, fabricadas pelos Romanos para a extração de minas, de que eraõ constantes monumentos as medalhas, e antigos fragmentos daquelles povos. Naõ falo da infinidade de marmores nobres de Cintra ^(a); Mafra ^(b); Alcantara ^(c); Montes claros ^(d); Minde ^(e); Estremos ^(f); Arrabida ^(g); Borba ^(h); Odivelas ⁽ⁱ⁾; Salema ^(j); Alqueidaõ da Serra ^(m); Porto salvo ⁽ⁿ⁾

(a) Constaõ estes mármores de huma cor de verde cinzento com manchas brancas spathosas.

(b) Quase o mesmo que o antecedente.

(c) He hum mármore spathozo com muitas cores de amarelo, rouxo, &c., e differentemente maculozo nos diversos bancos e estratos.

(d) He spathozo de hum fundo negro com manchas.

(e) He maculozo, e pictorio em muitos bancos.

(f) He spathozo com muitas cores nos diversos bancos, branco maculozo, negro &c.

(g) Constaõ de muitas cores confuzamente, branca, preta, &c.

(h) He spathozo amarelo com diversas cores nos diversos estratos.

(i) He hum marmore maculozo com muitas cores.

(j) Participa de varias cores.

(m) He de huma cor totalmente negra.

Runa ^(o) ; Trigaxe ^(p) ; Beja ^(q) ; Tavira ^(r) ; Oeyras ^(s) ; Mourilena ^(t) ; Paradela ^(u) ; Bajouca ^(x) ; Caranguejeira ^(z) ; e de infinidade de outros preciosos de Vialonga, Villa fria, Cascaes &c. colligidos por Julio Mattiazi para o Museu de sua Alteza Real. Não digo das curiozas, e particulares cristalizações para ornarem os gabinetes da Historia Natural, nem das plantas, cujas culturas interessa a Nação, como a Ruiva, que se dá nos contornos de Coimbra, e nos arenosos terrenos das Caldas, e em outros paizes; o lirio dos tintureiros; o sumagre; a grãa; a de que se faz a Barrilha; o Salepe; e muitas outras, que espontaneamente crescem em o nosso continente, além das curiozas, que podem bem satisfazer o gosto dos Jardineiros Botanistas.

§ XVIII.

Era indubitavel, que deviaõ aquellos sublimes conhecimentos da natureza, fazer-nos evidentemente comprehender, o quanto elles tem influido na conservação da vida fyzica dos Cidadãos uteis, que pela impericia dos medicos seriaõ assacinados; a pezar de que elles geralmente não tem para esta parte mostrado o extremo das suas inclinações: se bem que na Real Academia das Sciencias tem aparecido mui importantes Memorias de Manoel Alvares de Carvalho, de Jozé Henriques de Paiva, e de alguns outros habeis Medicos, concernentes aos estudos Fyzicos da Natureza, ainda que a todos tem excedido Manoel Henriques de Paiva pelos seus trabalhos litterarios, que depois de serem apresentados e aprovados pella Real Academia, foraõ parte destes, e alguns outros impressos, e publicados, como saõ os seus Elementos de Chimica; sua Farmacopea Lisbonense; as taboas Zoologicas das especies dos Animaes; o Directorio para se saber o modo, e o tempo de administrar o alkalino volatil nas affixias, mordeduras, afogados &c.; O Conservador da saude, o aviso ao Povo a cerca dos perigos, que lhe importa evitar, para conservar-se a saude &c., e muitas outras.

§ XVIII.

E não sò fizeraõ ver suas rellações com a conservação da vida fyzica, mas a da moral pela Bondade publica; quem, sem ser insenssivel á Razaõ, deixou de admirar, e conhecer a necessidade de se reanimarem os interessantes ramos de industria, que se

(n) He hum mármore maculozo cinzento com differentes outras cores.

(o) Contem variedades de cores, que formaõ bem galantes paizes.

(p) He maculozo com diversas cores, dendritico, e nos differentes estratos negro maculozo, cinzento &c.

(q) He maculozo dendritico.

(r) He negro maculozo. Vairaõ muito nos mesmos estratos as modificações diversas das cores destes marmores.

(s) He branco, maculozo, dendritico.

(t) He maculozo com variedade de cores.

(u) O mesmo quase que o antecedente.

(x) O mesmo.

(z) he spatozo de hum amarelo desmaiado, tirando pra cinzento. He o que mais a respeito destes marmores, constantemente tenho observado.

exercitaraõ no Real Castello, onde em virtude das leis da Policia se mandaraõ recolher aquellas gentes, que sendo inuteis ao Estado pelo deploravel estrago, a que se achavaõ pela pobreza, e miseria reduzidos, importunamente mendigando aqui e alli, quando naõ atacavaõ a vida, e a fazenda, de quem imploravaõ socorro, e abrigo: cheios já de industria, sacudindo o jugo fatal, em que jaziam, mostravaõ, o quanto podia nelles obrar a boa policia, convertendo-os de Cidadoens inuteis, e prejudiciaes, em uteis, e necessarios á Patria, para promoverem a sua gloria.

§ XX.

Vio-se tambem em consequencia da applicaçã daquelles conhecimentos estabelecerem-se fabricas de panos; esguioens; loiça; xita; polvora &c.: extender-se o nosso commercio, exercitado por pessoas instruidas até com os ultimos grãos da Universidade; e assim progressivamente se illuminaraõ muitos corpos de industria.

§ XXI.

Naõ falo naquella taõ sublime rellaçaõ, que se dirige a mostrar, de huma maneira a mais efficáz, os conhecimentos da Religiaõ, para que confundidos os espiritos temerarios, seja manifesto a todo mundo, quam immenssa he a Sabedoria; Grandeza; Bondade; Omnipotencia; e Providencia de hum Deos supremo, que adoramos.

§ XXII.

E na verdade se estas sobreditas rellaçoens, sendo mais universalmente contempladas, fossem cultivadas, e executadas por todos os que mormente constituem a publica administraçaõ; como em consequencia dos progressos da Filozofia Natural, se naõ veria geralmente florente a agricultura; (a) polidas, e perfeitas as artes; augmentada a povoaçã; firmes os estabelecimentos das fabricas; em huma palavra, como naõ seriaõ os homens mais amigos da humanidade! Naõ profanariaõ certamente com tanta frequencia o Sagrado da Religiaõ, e o da Ordem Publica.

§XXIII.

Parece que por esta cauza os nossos supremos Legisladores requeriaõ nos

(a) Quem vê a nossa agricultura em todos os gêneros, em todas as terras, e em todas as povoaçoens, conhece exactamente o ponto do seu abatimento nos terrenos, e climas os mais aprazíveis da Europa: sendo em consequência a colheita dos gêneros a mais miseravel, aindanaquelles, que constituem as nossas riquezas, como principalmente saõ os vinhos, azeites &c. Todas as vinhas saõ maltratadas sem preceder o exame na escolha das que saõ boas, para na fermentaçã se obterem os mais generozos vinhos, e por consequência as mais espirituozas agoardentes, succedendo carecermos dos de fora do Reino, que nos introduzem os estrangeiros taõ falsificados, como inficionados pelas differentes misturas de alguns outros corpos heterogeneos, de que participaõ principalmente os vinagres, fabricados com pimenta, zensibre, saes metálicos &c.; o que tambem nos nossos se tem observado, ou por incuria, ou por malicia. Mas graças á Policia, foraõ estes damnos acautelados na prohibiçaõ dos vinagres estrangeiros: e a Academia Real das Sciencias para o melhoramento da cultura das vinhas tem proposto hum Programa, de cuja execuçaõ hade nascer toda a utilidade, que se deseja. Os mesmos inconvenientes acontecem na cultura das oliveiras, das quaes já mais se esperou conseguir fructos, senã depois de longos annos, quando por huma industrioza cultura em dois se deve alcançar. Até agora o azeite foi feito sem arte, e se naõ aproveitava tanto, quanto devia ser. Já hoje o Excellentissimo Martinho de Mello e Castro tem pelas suas experiências, e observaçoens feito na sua quinta hum excellente azeite. Sobre este artigo tem a Academia mui excellentes memórias, como a de se fazer o azeite do Doutor Dolabela. Donde he de esperar dos cuidados econômicos da sobredita Academia sobre a cultura das terras, que muitas Províncias, principalmente as do Sul de Portugal, pelo exame, que actualmente fazem alguns Sócios, sobre a sua organizaçaõ, e constituiaçaõ fysica, recolhaõ mui preciosos fructos. No quepoderá muito ajudar o zelo dos Magistrados, que instruídos dos seus deveres, fizerem conhecer aos povos aquella verdade, que elles naõ vem, senã com olhos fysicos.

magistrados aquelles conhecimentos, quando nas Ordenações do Senhor D. Manoel prescreverão aquellas tão sabias Leis, que foraõ transcriptas para ás novissimas Filipinas na Ord. do Livro I. tit. 58. § 43., e nas que constituem o Officio dos Vereadores, e em outras muitas. Elles advertirão, que para á boa economia dos Povos, e do Estado não era sómente bastante a Sciencia Juridica nos Magistrados, pois que ella tem, como mostra a experiencia, e insinuaõ alguns Politicos, multiplicado mil litigios com total ruina dos Povos, e do Estado; por cuja razaõ mandou o Senhor D. Jozé I., que os Estudantes Juristas versassem pelo menos as aulas de Historia Natural. He possuido talvez destas verdades, que o Intendente Geral da Policia. envia todos os annos cartas encyclicas a todos os Magistrados, para promoverem a agricultura, e as artes, que lhe dizem respeito.

§ XXIII.

Porem a falta destes conhecimentos faz inuteis todas as providencias daquelle Magistrado, e da observancia das Leis do Reino; succedendo por esta razaõ viverem quasi todos os povos inertes; e serem suas povoações, como as estradas publicas, asperas, e cançadas, que servem de constantes barreiras, para impedir toda a communicação com os Povos, que devem entreter o seu commercio, para viverem na abundancia; e daqui vem serem ordinariamente reputados os Magistrados na estimação vulgar, não como Pais, e proctores da Justiça; mas sim como inimigos. Se elles por tanto invertessem esse máo conceito dos povos, animando a sua agricultura, explorando a natureza dos terrenos da sua Jurisdição; promovendo a povoação, e regulando-a por huma sabia, e prudente educação; tendo muito em vista o nascimento, conservação, e educação dos filhos &c.; como não teriaõ os nossos Augustos Soberanos a Historia Natural com a Moral e Politica de todas as suas Comarcas, cidades, Villas &c. para nellas empregar o seu amor paternal, convertendo em paraizos, lapas; em gentes uteis ao Estado, Povoações çafaras.

§ XXV.

E que consequencias não seriaõ produzidas no vasto Continente da America á tres Seculos descoberto? A Augustissima Soberana, que promove a felicidade dos seus Vassallos, dilatando a Gloria do seu Reinado, tem já expedido Naturalistas para a exploração daquelles immensos terrenos, cujos fructos deveraõ ser tão consideraveis, como pedem o objecto da referida expedição.

§ XXVI.

Com effeito, se no tempo, que governavo o Rio de Janeiro o Excellentissimo Marquez de Lavradio, poderaõ nascer das consequencias de huma Sociedade Filozofica a hi então erigida, e por elle protegida, não menos prodigiosos fructos, que os de constituir aquella Capital mais industrioza, masi populoza, e mais florente; que se não deve hoje esperar? He certo, que só depois de sua instituição foi, que a Academia de Stokolmo teve conhecimento das plantas do Brazil por hum selecto Hortario Braziliense, que lhe enviaraõ Manoel Joaquim de Paiva, e Jozé Henriques de Paiva: he não menos manifesto, que a esta Sociedade he que se deve a cultura do anil, coxonilha &c. Até entã se via hum Commercio tão limitado, que dalli partiaõ os Navios á buscar carga á Bahia, e a Pernambuco para trazerem para o Reino: depois pelo contrario abundou até os generos novos, como principalmente arroz, anil, e café, que na verdade iguala ao de Moca.

§ XXVII.

Começando pelo Reino vegetal, colheremos a maravilhoza spigelia, que tanto prezaõ os Moscovitas, que a compraõ a pezo de ouro, por ser específico remedio contra os vermes, que roem os intestinos daquelles povos Septentrionaes; por cuja razaõ o Doutor Carlos Lineu escreveu ao Doutor Wandeli, assim por esta maneira: *Archiatri Petropolitani*

comparant sibi spigelim meam, eaque curant stupende vermes quoscumque; dosis herbae venit ducato uno. Tu, qui habitas in Lusitania, cui parent Brasilia, ubi spontanea posses comparare ingentem copiam, et vendere summo lucro per Europam; emptores nunquam deficerent, nec potest cum lucro in hortis coli, cum servidissimum expedit coelum: hac sola posses tibi comparare thesauros.

§ XXVIII.

Já felizmente tivemos esta planta no Real Jardim, conservada pelos cuidados de Julio Mattiazi, insigne Botânico, e amante das produções da natureza; ignoramos, que nome obtem no Brazil, que deve sem duvida descobrir-se nas observações Botánicas do paiz. A facilidade de ser apanhada nos campos, logo que for descuberta; a comodidade de a transportar seca; as ventagens, que della veriaõ ao commercio, como inculcaõ as palavras assima referidas de Lineu, nos fazem ver a necessidade da Botanica neste paiz, para á descuberta, e cultura daquella maravilhosa planta.

§ XXVIII.

Muitas outras inteiramente ignoramos; sabemos sim, que os Indios conhecem immensas, que servem de especifico antidoto contra inumeraveis enfermidades; da qui he, que a Humanidade tem recebido tantos bens com o Balsamo Peruviano; o de Cupaiva: a Salsa parrilha; a Ipicacoenha; a Contraherva; a Jalapa; a Capiá; (e presentemente receberá a Quina de Pernambuco); e de infinitas outras contra o mal venereo, e para vomitorios, febres podres, gangrenas &c.

§ XXX.

Suposto seja unicamente a Holanda, que possua a Canela, o Cravo, a Nosnocada, para fazer taõ grosso commercio em beneficio da companhia Holandezas; quem como nós poderia adiantar este ramo de Commercio, visto que o nosso continente he capás de produzir os referidos generos? Quem naõ sabe que a Canela se dá bem em S. Thomé, e no Brazil, suposto seja pela indifferença, com que he tratada, inferior à fina de Ceilaõ? O cravo de Maranhão só na figura differe do de Molucas. A pimenta tambem se dá bem na Bahia, onde ainda hoje se conserva huma pimenteira no Hospicio da Senhora do Pilar, que produz infinitamente, ainda que com effeito he pela falta de cultura mais miuda que a da Azia.

§ XXXI.

Consta das nossas Historias termos possuido todas aquellas drogas naquelle continente, exportadas da Azia, que foraõ arrancadas por huma Lei politica do Senhor D. Manoel. E naõ só tivemos muitas produções das da Azia, mas ainda as de Europa; pois se acha no Padre Vasconcellos na sua chronica que haviaõ excellentes Uvas no Rio de Janeiro, Santos, S. Vicente &c., dizendo o citado A. que se podiaõ colher todos os mezes, se em todos fossem as vinhas podadas, e cultivadas.

§ XXXII.

Mas hoje que naõ possuímos aquelles fructos dos trabalhos dos nossos antepassados como entaõ, seria de dezejar que se aperfeiçoassem aquelles que possuímos. A antiga cultura do assucar tem acazo a perfeiçaõ dezejada? O nosso he muito inferior ao de fora, e contem huma menor cultura. Quem crerá, que os Inglezes na sua Çafra do anno passado tivessem I: 498, 867. quintaes de assucar; e nós com os mais fecundos terrenos, e saudaveis climas, apenas podemos fazer 30\$. caixas, que reputando-se a 50. arrobas, (que nunca lá chega) constutue o total de I: 500\$. arrobas, de que a maior parte consta de assucar

mascavado? He de crer, que a grandioza manobra, e trem das caldeiras ^(a) das nossas fabricas embarça haver huma maior cultura, que podia ser promovida, havendo facilidade e comodidade de cada hum particularmente poder fabricar o seu assucar, o qual não he outra coiza, senão o sal essencial da cana, reduzida a massa concreta por meio do cozimento, e cristalizaçãõ; em cuja operaçãõ se devem attender algumas circumstancias, que todas consistem em reduzir a conveniente proporçãõ o oleo, o acido, e a terra absorvente por intermedio das caes, e cinzas; porque a terra absorvente da agoa da cal, e o alkale fixo extrahido das cinzas, iriaõ senhorear-se do acido superabundante do assucar, até que não o encontrando mais, agitariaõ sobre o oleo excessivo, formando hum composto sabonozo, que no extremo calor vem á superficie da caldeira com as mais partes crassas, que se devem logo cuidadosamente tirar com a escumadeira. E porque as cinzas quentes podem communicar hum gosto empyreumatico; o mais prudente seria usar da lixívia fria com a agoa da cal filtrada, e evaporada ao fogo. He necessário fugir de empregar nesta operaçãõ, como mandaõ alguns artistas, o antimonio, porque este, como diaforetico, pode communicar ao assucar qualidades heterogêneas, das quaes podem nascer perniciosos effeitos. Segue-se a purificaçãõ, que por meio da clarificaçãõ facilmente se deve obter; he desnecessario falar da refinaçãõ, e seus methods, prescriptos na Encyclopedia no artigo *Sucre*, por vedarem-na nestes paizes as nossas leis. Mas a necessidade deste genero, visto que com elle se faz na Europa hum taõ grande commercio, ao mesmo tempo, que ninguem melhor do que nós o podia exercer, possuindo nestes paizes immensas lenhas, fará com que aquella prohibiçãõ seja pelo diante restringida, e mesmo cassada pela Rainha Nossa Senhora.

§ XXXIII.

A irregularidade, e má construcçãõ, e direcçãõ das fornalhas embarça também haver huma maior cultura. He incomprehensivel a immensa quantidade de lenhas, que inutilmente consome a factura dos assucar pela construcçãõ das suas fornalhas, pois que para huma carrada de cana, se requer outra de lenha. A boa construcçãõ dos fornos de Reverberio fanaria este mal, que cauza gravíssimo prejuízo aos lavradores e Senhores de Engenho, vindo a succeder que aquelles, que não possuem grandes matas, não fabriquem assucar, e os que as possuem, pelo diante deixaõ tambem de trabalhar os seus Engenhos pela falta de lenhas, pois assim o confirma a experiencia.

§ XXXIII.

O ignorarem ainda aquelles povos o grão de fogo, que devem applicar para o cozimento do seu assucar, faz tambem, que não fabriquem aquella quantidade, que deveriaõ fabricar, porque o calor maior, que applicaraõ fez queimar os principios essenciaes do assucar, ou o mesmo assucar, e tem formado aquella calda empyreumatica, a que chamaõ melasso, que sendo sua abundancia maior, ou menor, o assucar he mais, ou menos claro. Como porém se applicaõ estes melassos para aguardente, os lambiques destillatorios devem ser mais bem destinados, do que saõ, para se tirar aquella conveniência, que devem, quando as aguardentes tem subido a hum taõ alto preço.

§ XXXV.

A falta de economia, e direcçãõ dos trabalhos dos pretos, não cauza pequeno

(a) Podem bem suprir as caldeiras de ferro as de cobre, ao mesmo passo, que será muito cômodo aos lavradores pobres, e ainda aos ricos servirem-se deste unicamente para o fundo, ou foco da Caldeira, e compor o restante de pastas argillozas, que com outras differentemente misturadas, e preparadas formariaõ excellentes vasos para o serviço da fabrica.

prejuizo, cujos danos devem ser reparados, se a Meza da Inspeção com sabias e prudentes providencias der aos lavradores a instrucção de que carecem para a boa cultura dos seus generos, animando, e protegendo seus trabalhos.

§ XXXVI.

Naõ toco na cultura do algodão, se acazo sendo maior, e manufacturada, hajá de constituir hum novo, e mais poderozo ramo de industria, e commercio, entretendo, e diminuindo huma grande parte da ociozidade, substituindo este trabalho, ao que exercitaõ as negras, e mulatas em seus inuteis bordados. A Europa toda tem aprovado o gosto de semelhantes manufacturas, introduzindo milhares de fabricas ao modelo das da Azia. Naõ digo da cultura do arros com os engenhos de o descascar. Naõ falo na serragem das madeiras por Engenhos, que devem poupar os longos, e peniveis trabalhos dos pretos em tantos dias, para mais utilmente serem em outros empregados, porque cada hum destes artigos haõ de entereçar as vistas, e cuidados patrioticos da Meza de Inspeção, e dos Generaes, e Magistrados, que naquelles continentes tem a honra de servirem a Sua Magestade.

§ XXXVII.

E como he praticada a cultura das terras? O mais miseravelmente que he possivel imaginar. Desconhecesse o uzo do arado, e charruas, ^(a) porque dellas naõ uzaraõ os antepassados. He exercitado o trabalho pelos miseraveis escravos, que mal educados, nus,

(a) A cauza que me parece demonstrativa do desuzo do arado, he a que se seguer, representada pelo Excellentissimo Vice-Rei do Estado o Marquez do Lavradio a seu sucessor nas palavras seguintes

“Para melhor intelligencia de V.

“Excellencia a respeito do pouco cuida-

“do, que tem devido aquellas Provincias

“aos que as tem até agora governado a

“respeito do seu augmento em Agricultura,

“Commercio, e Navegação, lembro que

“tendo o Senhor Rey D. Joaõ V. que santa

“gloria haja, mandado immensidade de

“instrumentos, como enxadas, arados,

“picaretas, e outros instrumentos seme-

“lhantes, para se repartiram pelas gen-

“tes pobres, a fim de poderem abrir,

“e cultivar as terras, se executou is-

“to por tal modo, que havendo im-

“mensa pobreza em todas aquellas Pro-

“vincias, sem terem meios, para se em-

“pregarem na Agricultura, se conservou

“nos armazens, a que S. Magestade ti-

“nha mandado, repartindo-se só por al-

“guns poucos afilhados, alguns dos so-

“bredits Instrumentos, e o mais apo-

“dreceo, e se encheo de ferrugem nos

“armazéns, a onde na Ilha de Santa

“Catherina o acharaõ agora os Castelha-

“nos, e no Rio grande de S. Pedro ain-

“da á muito pouco tempo lá se achavaõ.

tyranizados, mortos muitas vezes de fome, como haõ de interessar nas fortunas do Senhor? Huma melhor educaçaõ, e tracto dos servos pode prosperar a agricultura do Brazil, e deve formar mui interessantes Capitulos das Leis moraes, e economicas, pelas quaes se produziriaõ necessariamente maravilhozas consequencias.

§ XXXVIII.

Deve-se em I. lugar geralmente estabelecer o uzo de cazar os escravos, por quanto os penhores da mulher, e filhos os ligaraõ estreitamente na familia do Senhor, donde naõ dezejaraõ sahir, nem entaõ já mais proseguiriaõ nos crimes, e excessos das paixoes sensuaes, e em muitos outros, que frequentemente praticaõ. Verse hiaõ as crias com mais decoro das familias, as quaes sendo acostumadas a ver os seus Senhores com amor e respeito, a quem seus Pais igualmente servem, amariaõ servilos, e lhe augmentariaõ suas riquezas. Esta sorte de escravidãõ naõ será offensiva á Humanidade, se olhando os Senhores para á propria economia (quando naõ attendaõ para os deveres, a que os impelle a Religiaõ) os tratarem com moderaçaõ, e naõ nos criminozos excessos, de que abuzaõ a mais grande parte. Naõ falo na indispensavel obrigaçaõ de os fazer instruir nos vivos sentimentos da Religiaõ que adoramos, porque he evidente, que amando, e temendo a Deos, seraõ fieis ais seus Senhores.

§ XXXVIII.

Naõ he menos consideravel a maneira, com que se deve prover á sustentaçãõ: praticaõ ordinariamente os Senhores de Engenho concederem a cada escravo o dia do Sabbado, para que consigaõ pelos trabalhos, que nelle exercerem, a sua sustentaçãõ, e vestuario. Donde se deve ponderar, havendo respeito á moral, e á economia I. *Se o trabalho de hum dia somente he bastante para manter hum escravo toda a semana? Se se for bastante II. pela nimia fertilidade do clima se deve o Senhor assim obrar, ou de per si prover, como inculca o Senhor Labat, na sustentaçãõ dos seus escravos?* He certo, que elles de ordinario incluem no Sabbado o Domingo tambem, violando sempre por necessidade a santificaçaõ deste preceito; e isto, os pretos briozos, que os outros só por elles esperaõ para passarem ociozos, embriegados &c. nutrindo os vicios da sua natural frouxidaõ.

§ XXXX.

Parece ser por tanto aquella constante pratica mui alheia da humanidade, e menos capás de reduzir os escravos a serem amigos, e fieis aos seus Senhores; que succederá sem duvida sendo mais humanizados, sem faltar-se nada á sua conveniente conservaçaõ; desterrada a nudez em que vivem; e conduzidos em fim por huma boa moral e prudente economica dos Senhores, ao ponto dezejado, de que elles cuidem com gosto no aproveitamento, e comodidade dos seus Senhores.

§ XXXXI.

O uso do arado, e charruas, trabalhadas pello Senhor Tul deve sem duvida convir a aquelles fortissimos terrenos, denominados *massapé*; cujos trabalhos se devem exercer por bois, ou Cavallos antes; porque quatro destes lavraõ em hum dia tanta porçaõ de terreno, quanta doze bois.

§ XXXXII.

Passando ao Reino animal veremos, que he o Boi capaz de produzir naõ sómente a carne, e o coiro, como tambem o que se dezaproveita, isto he as manteigas ^(a) quejos &c.

(a) A factura da manteiga se redus unicamente a extrahir a nata do leite, que deitaremos em hum vazo de madeira cônico, o qual he na baze mais largo, e na boca mais estreito, que os Francezes chamaõ *Baratte*: he cuberto com hum capacete furado no meio, por onde se introduz hum páo, que termina com hum prato

segundo praticam a Irlanda, Holanda, e outros paizes do Norte, que a seu exemplo nos estimulaõ a cuidar-mos daquelles generos, dos quaes nenhum cazo até aqui fazemos, pois que apenas nas grandes Cidades se vende algum leite fresco; e se fazem nos Certoens e Aldeas hum pequeno numero de quejos; do que succede ser-mos obrigados a mandar ir da Europa immensa manteiga, e quejos para engrossar o ramo do commercio dos Inglezes, Irlandezes, Holandezes, os de Milaõ, Chypre &c. com os quaes annualmente despendemos para cima de trezentos contos de reis.

§ XXXXIII.

E como se aproveitaõ as carnes, e os coiros? As peles, que vem para o Reino com o nome de Vaquetas, são taõ más, que não servem para o calçado no Inverno pela sua porozidade, e falta de consistencia, e solidez; e são além disso muito pequenas: o seu uso mais freqüente consiste em arreios, e coizas deste genero; o que procede I. de não serem curtidas; II. do costume de se matarem, logo que se quer completar certo numero de coiros, bois, vacas, bezerros insdistintamente: sendo consequencia destoa diminuição do gado e a má qualidade dos coiros; acresce ainda que como o gado anda todo junto vacas, bezerros &c. concebem aquellas ants de terem vigorozas forças, e destroem-se estes pelo cio em que entraõ fora de tempo, sendo fracos os animaes, que nascem; e por conseguinte os coiros mais pequenos, e de menor valor.

§ XXXXIII.

As carnes secas são desgostozas; cozidas se desfazem em fibras á maneira de estopa; sendo salgadas de salmoira, ou curadas de sumo, como praticaõ os Holandezes, não seriam muito melhor reputadas com maior consumo para formar hum novo ramo de Commercio, exportando-se para o Reino para o serviço das armadas, excuzando este ramo do Commercio dos Inglezes Holandezes, em que despendemos para cima de 20. contos de reis?

§ XXXXV.

Tivemos a fortuna de merecermos aos infatigaveis cuidados do Senhor D. Jozé I. o estabelecimento de fabricas de pentes, caixas, botoens de tartaruga: com tudo vamos ainda hoje comprar aos Francezes, Castelhanos, Genovezes, Napolitanos os sobreditos generos já em cru, já manufaturados. Vende-se ordinariamente a tartaruga a 2400. reis o arratel, porem esta pescaria não somente está pouco adiantada no Brazil, mas até se acha, como he tradiçãõ,

igualmente de madeira, cheio de buracos, com o qual se trabalhará a nata com hum pouco de leite fresco, que se lhe ajunta. Logo que se sente a nata congelada, se tira para fora com huma colher limpa a manteiga, que está formada, e entãõ se deve lavar bem, até que a agoa senãõ veja nada laitozo. Logo se deve estender sobre huma taboa limpa, e se pulveriza com sal, e com o mesmo se amassa, e com huma camada de sal da parte inferior, e outra superior se embarrica. A que se chama de prato não se amassa com sal. Tambem para á sua conserva se funde a manteiga hum fogo moderado, e com a escumadeira se tira toda a espuma, e partes crassas, e amassada sem sal se embarrica. Para haver boa manteiga, he necessário que o leite seja bom, o que depende dos bons pastos, que naquelles continentes se não ppodem appetecer milhores. O leite deve ser coado por hum pano limpo, e as vazilhas, em que for posto para se formar a nata devem ter pouca altura, e o fundo truncado. Como os ardentes calores podem corromper o leite, e embaraçar a extracçãõ da nata, será necessário, que hajaõ subterraaneos para se conservar o leite sem alteraçãõ nos tempos de calor immoderado. E melhor se pode ver neste artigo o Corpo das Artes ultimamente impresso na Real Academia das Sciencias de Pariz, e o Tractado de Scokio De *butyro et aversione casei*. A maneira de se fazerem os quejos he mais trivial no Brazil; o leite que resta da nata cozido, dá a massa do quejo, que conforme for o seu trabalho, assim será na bondade o quejo. As Capitãneas do Sul, e as Minas no-los subministraõ excellentemente preparados, iguaes na bondade aos do Norte; suposto que pela limitada porçãõ não constituem ramo de commercio; e he sensível, que fornecendo os fertilissimos certoens de Pernambuco carne seca para todo o Brazil, façaõ apenas alguns quejos mais, quando se servem do leite a todas as horas, até em lugar de agoa, e dando-se mesmo aos Caens.

arruinada.

§ XXXXVI.

Abundão os certos de veados, que lá mesmo constituem hum pequeno ramo de Commercio; mas como são a todo tempo indiscretamente mortos, pelo diante seraõ mais raros.

§ XXXXVII.

Contem as Costas muito peixe desde Outubro até Março, que dezaparece com a chegada das Baleias, e por isso necessitaõ para a Quaresma de Bacalhau, que vai de Portugal; a pezar de que os pescadores dos Ilheos, e Porto Seguro levaõ á Bahia em suas barcas muitas *garoupas, meros secos, e verdes*; assim como os de Santos ao Rio de Janeiro *enxovas, tainhas, &c.*, e outros a outros portos para o sustento dos escravos, e gentes pobres: porém o mal salgado, o ranço, que conservaõ da má preparação, obriga a não entrarem na meza dos ricos. Donde podendo aquelles povos fazer mui grandes pescarias ao longo de todas aquellas prodigiosas Costas, e prepararem devidamente os seus pescados, como fazem os Holandezes com os seus Arenques, e os Inglezes, e Francezes com o Bacalhau, cujos pescados não são certamente mais saborozos, que os que temos feito menção: que aproveitando muito pouco a sua pescaria, obrigaõ Portugal a não poupar taõ grandes somas na compra do Bacalhau.

§ XXXXVIII.

Naõ devo omitir a cultura da coxonilha, que faz hum dos mais poderozos ramos das riquezas de Espanha. O Marquez de Lavradio foi o primeiro que tentou introduzila no Brazil, a pezar de que muitos negavaõ a sua introdução, porque se secavaõ as Figueiras, logo, que se lhes umpunha o insecto; mas não advertindo, que isto procedia por não estar aind a planta vigorosa, pois que o contrario mostravaõ as experiencias a este respeito praticadas no Rio de Janeiro, sobre o que existe huma famosa memoria de Jozé Henriques de Paiva, anotada por seu Irmaõ Manoel Joaquim de Paiva, intitulada *Historia do descobrimento da coxonilha*. Em virtude do que mandou o Vice-Rei, que entaõ era o sobredito Marquez do Lavradio, transportar de Santa Catherina muitos caixoes da planta, onde se cria aquelle insecto para fazer familiar no Rio de Janeiro; merecendo tudo a aprovação de S. Magestade, que mandou promover aquelle ramo de industria, comprando aos lavradores toda quanta cultivassem, que o dito Vice-Rei arbitrou por 4\$000 o arratel, ella ainda não teve maior adiantamento; mas he evidente que se a exemplo dos Espanhoes for a dita cultura entregue aos nossos Indios a troco de agoardentes, e varias bugigangas, que elles tanto prezaõ, formará sem duvida grandes fontes de riquezas para o Estado.

§ XXXXIX.

Ve-se pois, quam poderosa será a agricultura daquellas vastas conquistas pela immensa fertilidade do terreno, creação, e multiplicação dos seus animaes; suas ricas produções &c. , assim fosse desterrada a indolencia, e a inercia dos naturaes, e dos povos de Portugal, que lá vão buscar os seus estabelecimentos, e crescesse a industria popular, promovida, e animada pelos Generaes e Magistrados daquelles Estados. Como seriaõ convertidas entaõ as povoações a melhores uzos, e sensiveis os progressos da Filozofia Natural?

§ L.

Entrando no Reino Mineral, que importantissimos objectos não admiraremos? Lesse no Padre Vasconcellos já citado a respeito da Serrania dos Orgãos, que se algum dia merecesse os trabalhos humanos se confundiria com o Potosi ou o Perú. E na verdade, que riquezas não temos já admirado nas Minas? Assim o seu trabalho para ser mais util, fosse dirigido por Magistrados Filozofos, como praticaõ as Nações industrias, que possuem

minas, estabelecendo Cameras docymasticas. E com effeito se hum dos nossos Magistrados, munido dos conhecimentos metalurgicos, cheio de doutrinas, e methodos dos Mineiros Alemaes, e os mais peritos da Europa, observando as experiencias, que os nossos mineiros sem instrucão, tem feito arte, estabelecesse huma maneira facil, e a mais conveniente para os ensaios, e direção da Mineralogia do paiz; porque não perceberia o Regio Erario então maiores lucros com a simultanea felicidade de tantos povos?

§ LI.

He de esperar, que os Naturalistas enviados por autoridade regia, hajaõ de fazer ver todos os portentos, que a natureza quis occultar naquelles paraizos, onde parece, que em nenhuma outra parte do mundo, procurou manifestar tanto o seu poder. Mas não sei, se os Indios conciliados com brandura ^(a) e premios, podem fazer resultar daquellas expediçoens maiores conveniencias ao Estado; maiores descobertas? A facilidade dos caminhos, e terrenos que se haõ de prescrutar; a povoação, que apõz outras se iriaõ formando sua boa educação; hum tracto mais civilizado; a salvação de suas almas, que ignoraõ a luz do Evangelho por nascerem nas trevas do gentilismo; não se consentindo por maneira alguma, que Cidades inteiras, cheias de Ecclesiasticos tenhaõ a este respeito toda a indifferença sem o menor remorso.

§ LII.

Estes objectos me parecem dignos de chegarem ao Augusto Throno de taõ Magnanimos Soberanos, pois pelos seus Ministros e Secretarios de Estado não promovem a Sciencia dos conhecimentos da Natureza, se não para fazer respeitavel, e feliz a sua Monarchia, e attender ás nossas necessidades, e ás fortunas dos povos.

(a) O meio de que se servem as Naçoens industriosas para communicarem com os Índios, tem sido multiplicar cada vez mais as suas necessidades, pelas quaes elles são forçados a communicarem-se com os seus vizinhos industriosos. He assim, que os Inglezes tiraõ toda conveniência dos Indios do Canadá; os Francezes das suas Americas, &c.